

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE)

**POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: QUAL O LUGAR DA
MÃE ESTUDANTE NA PÓS-GRADUAÇÃO?**

KAMILA EULALIO ABREU

Orientadora: Rosana Rodrigues Heringer

Rio de Janeiro

2025

KAMILA EULALIO ABREU

**POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: QUAL O LUGAR DA
MÃE ESTUDANTE NA PÓS-GRADUAÇÃO?**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientadora: Rosana Rodrigues Heringer

Rio de Janeiro

2025

CIP - Catalogação na Publicação

A162p ABREU, KAMILA EULALIO
POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR:
QUAL O LUGAR DA MÃE ESTUDANTE NA PÓS-GRADUAÇÃO? /
KAMILA EULALIO ABREU. -- Rio de Janeiro, 2025.
193 f.

Orientadora: ROSANA RODRIGUES HERINGER.
Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio
de Janeiro, Faculdade de Educação, Programa de Pós
Graduação em Educação, 2025.

1. ENSINO SUPERIOR. 2. PERMANENCIA
UNIVERSITÁRIA. 3. UFRJ. 4. MÃES NA PÓS-GRADUAÇÃO. 5.
POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS. I. HERINGER, ROSANA
RODRIGUES, orient. II. Título.



PPGE/UFRJ

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação
ATA DA SESSÃO DE DEFESA DE TESE

DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

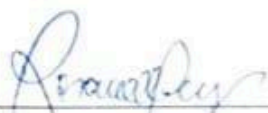
Aos 07 dias do mês de novembro de 2025, às 14h, no auditório do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, reuniu-se em sessão pública a Banca Examinadora da Tese intitulada **"POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: QUAL O LUGAR DA MÃE ESTUDANTE NA PÓS-GRADUAÇÃO?"** de autoria da Doutoranda **KAMILA EULALIO ABREU**, candidata ao título de **Doutora em Educação**, turma 2021 do Programa de Pós-Graduação em Educação. A Banca Examinadora, constituída pela orientadora Prof.^a Dr.^a Rosana Rodrigues Heringer (UFRJ), pelo Prof. Dr. Rodrigo Pereira da Rocha Rosistolato (UFRJ), pela Prof.^a Dr.^a Giovana Xavier da Conceição Côrtes (UFRJ), pela Prof.^a Dr.^a Eliane Ribeiro Andrade (Unirio) e pela Prof.^a Dr.^a Hustana Maria Vargas (UFF), considerou o trabalho:

(X) Aprovado(a) () Aprovado(a) com recomendações de reformulação
 () Reprovado(a)

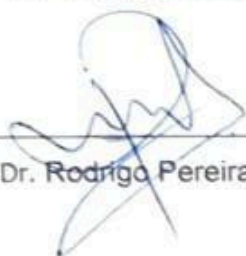
Eu, Mariana Chaves Lopes, Chefe de secretaria, lavrei a presente Ata que segue por mim assinada, pelos membros da Banca Examinadora e pelo candidato, no verso.

A banca destaca o ineditismo e o caráter inovador de pesquisa. Também enfatiza o esmero de leituras e sistematização dos dados coletados e recomenda a divulgação de artigos e eventos acadêmicos, especialmente no âmbito da UFRJ.

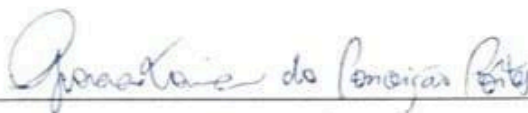
Cont. Ata de Defesa de Tese da Doutoranda KAMILA EULALIO ABREU – 07/11/2025.



Prof.^a Dr.^a Rosana Rodrigues Heringer (UFRJ) - Orientadora



Prof. Dr. Rodrigo Pereira da Rocha Rosistolato (UFRJ)



Prof.^a Dr.^a Giovana Xavier da Conceição Côrtes (UFRJ)



Prof.^a Dr.^a Eliane Ribeiro Andrade (Unirio)



Prof.^a Dr.^a Hustana Maria Vargas (UFF)



KAMILA EULALIO ABREU – candidata



Mariana Chaves Lopes – Chefe de Secretaria

Dedico esta tese aos meus filhos, Helena e Henrique, por serem a luz da minha vida. À minha avó, que, mesmo sem saber ler “direito”, sempre me incentivou a acreditar que eu poderia me tornar doutora. E a todas as mães que ousaram estudar. Conseguimos!

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que contribuíram para a realização desta tese:

Primeiramente, a Deus, por guiar minha vida e me conceder as oportunidades necessárias para estar aqui hoje.

Ao meu companheiro, Thiago, por me acolher com paciência, apoiar-me sempre que necessário e acreditar em mim, mesmo quando eu já não acreditava.

À minha mãe, por lutar tantos anos para que eu pudesse estudar.

À minha orientadora, Rosana Heringer, por me ensinar a ser uma pesquisadora mais comprometida com a Educação e por me acompanhar na produção desta tese, mesmo em momentos tão difíceis.

À minha filha Helena, à minha irmã Allannys e à minha avó Jurema, que foram meu suporte diário no cuidado com meu bebê durante o período de escrita.

Às minhas amigas, Andressa, Ivana, Juliana, Mithaly e Paloma, que, mesmo distantes, me acolheram e me lembraram de que desistir nunca foi uma opção. Minha eterna gratidão.

Às professoras Eliane Ribeiro e Andréa Lopes, por acolherem aquela jovem mãe estudante e incentivarem a não desistir da graduação.

Aos professores doutores Eliane Ribeiro, Giovana Xavier, Rodrigo Rosistolato, Sônia Sampaio, Hustana Vargas e Juliana Silva, pela leitura atenta deste trabalho e pelas contribuições ao longo da pesquisa.

Às Mães do Coletivo Mães da UFRJ (CMUFRJ) e do Coletivo Nacional de Mães, por serem apoio e acolhimento dentro da universidade.

E, por fim, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio e investimento no meu desenvolvimento acadêmico durante esses seis anos de pós-graduação.

*“Nós, caminhando pelos penhascos,
atingimos o equilíbrio das planícies.*

*Nós, nadando contra as marés,
atingimos a força dos mares.*

*Nós, edificando nos lamaçais,
atingimos a firmeza dos lajeiros.*

*Nós, habitando nos rincões,
atingimos a proximidade da redondeza.*

***Nós somos o começo, o meio e o
começo.***

*Existiremos sempre,
sorrindo nas tristezas
para festejar a vinda das alegrias.*

*Nossas trajetórias nos movem,
Nossa ancestralidade nos guia.”*

Nego Bispo

RESUMO

Esta tese investiga as condições de permanência de mulheres mães na pós-graduação brasileira, com ênfase nas experiências de estudantes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O trabalho se insere na agenda de pesquisa do LEPES – Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação Superior, da Faculdade de Educação da UFRJ. Parte-se da constatação de que as políticas de acesso ao ensino superior, promulgadas nos últimos anos, ampliaram significativamente as vagas e a diversidade do corpo discente. Contudo, a pesquisa evidencia que a permanência, especialmente das mães, ainda encontra barreiras estruturais, culturais e institucionais. O estudo fundamenta-se nos debates feministas sobre maternidade, desigualdade de gênero e políticas públicas educacionais, ressaltando como a universidade historicamente negligenciou as demandas maternas. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa inspirada na sociologia da educação, articulada às noções de interseccionalidade, combinando levantamento bibliográfico, aplicação de e-survey e realização de entrevistas. Foram conduzidas oito entrevistas qualitativas, envolvendo seis estudantes mães de pós-graduação e duas pesquisadoras vinculadas a coletivos maternos. Os resultados demonstram que a maternidade intensifica desigualdades já presentes no espaço acadêmico, sobretudo para estudantes de primeira geração e oriundas de camadas populares. Mesmo quando existem políticas de permanência, muitas mães desconhecem sua existência ou enfrentam dificuldades de acesso, o que evidencia falhas de comunicação e alcance institucional. Conclui-se que a democratização da pós-graduação no Brasil não pode ser efetiva sem considerar a maternidade como eixo estruturante das desigualdades acadêmicas. A permanência das mães requer políticas integradas, que combinem auxílios financeiros, infraestrutura, flexibilização acadêmica e reconhecimento institucional de sua condição. A tese defende que uma universidade mais justa e inclusiva depende do reconhecimento e do apoio às mães estudantes, permitindo-lhes concluir sua formação sem renunciar ao direito à maternidade.

PALAVRAS-CHAVE: maternidade; Ensino Superior; Pós-Graduação; Permanência Estudantil; UFRJ.

ABSTRACT

This thesis investigates the conditions for the retention of mothers in Brazilian postgraduate programs, with an emphasis on the experiences of students at the Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ). The work is part of the research agenda of LEPES – Laboratory of Studies and Research in Higher Education, at the College of Education at UFRJ. It starts from the observation that higher education access policies implemented in recent years have significantly expanded both the number of places and the diversity of the student body. However, the research shows that retention, particularly for mothers, still faces structural, cultural, and institutional barriers. The study is grounded in feminist debates on motherhood, gender inequality, and educational public policies, highlighting how universities have historically neglected maternal demands. The research adopts a qualitative approach inspired by the sociology of education, articulated with the notions of intersectionality, combining a literature review, an e-survey, and interviews. Eight qualitative interviews were conducted, involving six postgraduate student mothers and two researchers affiliated with maternal collectives. The results demonstrate that motherhood intensifies inequalities already present in academic spaces, especially for first-generation students and those from lower-income backgrounds. Even when retention policies exist, many mothers are unaware of them or face difficulties in accessing them, revealing failures in institutional communication and reach. It is concluded that the democratization of postgraduate education in Brazil cannot be effective without considering motherhood as a structural axis of academic inequality. Retention of mothers requires integrated policies that combine financial aid, infrastructure (such as university childcare), academic flexibility, and institutional recognition of their condition. This thesis argues that a more just and inclusive university depends on acknowledging and supporting student mothers, allowing them to complete their education without relinquishing their right to motherhood.

KEYWORDS: Motherhood; Higher Education; Postgraduate Studies; Student Retention; UFRJ.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- População em idade de trabalhar, na força de trabalho, desocupada e subutilizada (%)	30
Gráfico 2 - Pessoas com rendimento mensal domiciliar per capita abaixo das linhas de pobreza (%)	31
Gráfico 3 - Média de horas semanais dedicadas a cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos por pessoa de 14 anos ou mais	34
Gráfico 4 - Proporção de mulheres entre docentes de ensino superior (%)	35
Gráfico 5 - Número de publicações por ano de publicação (1974-2024)	72
Gráfico 6 - Distribuição de pessoas 25 anos ou mais de idade (%), segundo o nível de instrução	97
Gráfico 7 - Alunos que frequentam um curso de Pós-graduação	100
Gráfico 8 - Centro de Pesquisa das estudantes mães de pós-graduação	124
Gráfico 9 - Idade das mães estudantes de pós-graduação	125
Gráfico 10 - Quantidade de filhos das estudantes mães de pós-graduação	126
Gráfico 11- Autoidentificação racial das estudantes mães de pós-graduação	127
Gráfico 12- Estado civil das mães estudantes de pós-graduação	128
Gráfico 13- Renda familiar mensal das estudantes mães de pós-graduação	128
Gráfico 14 - Auxílios financeiros x sustento das estudantes mães de pós-graduação bolsistas	129

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição de entrevistadas pelos Centros de Pesquisa	46
Tabela 2 - Leis de proteção às mulheres enquanto mães ou gestantes no Brasil	63
Tabela 3 - Categorias descritivas para identificação das temáticas das publicações, por número de ocorrências (1974-2024)	70
Tabela 4 - Tipos de textos de publicados (1974 - 2024)	71
Tabela 5 - Área de Pesquisa por incidência de publicações (1974-2024)	72
Tabela 6 - Auxílios Vinculados à Resolução CONSUNI 02/2019	116
Tabela 7- Demandas que podem dificultar a jornada das mães da pós-graduação segundo as estudantes mães	130
Tabela 9 - Fatores que contribuem para a permanência das mães na pós-graduação segundo as estudantes mães	131

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Logo do Coletivo de Mães da UFRJ (CMUFRJ)	136
Figura 2 - Logo do Núcleo Materna	137
Figura 3 - Cartaz I Seminário Sobre maternidade na Graduação - UFRJ	137

LISTA DE SIGLAS

ANPG – Associação Nacional de Pós-Graduandos
CAp-UFRJ – Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCJE – Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas
CCMN – Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza
CCS – Centro de Ciências da Saúde
CEPG – Conselho de Ensino para Graduados e Pós-Graduados
CFCH – Centro de Filosofia e Ciências Humanas
CH – Complexo Hospitalar
CLA – Centro de Letras e Artes
CMUFRJ – Coletivo de Mães da Universidade Federal do Rio de Janeiro
CM UFRJ-Macaé – Centro Multidisciplinar da UFRJ - Macaé
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COPPE – Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia
CT – Centro de Tecnologia
DS – Demanda Social
FAPERJ – Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro
FCC – Fórum de Ciência e Cultura
FURG – Universidade Federal do Rio Grande
GT – Grupo de Trabalho
HUCFF – Hospital Universitário Clementino Fraga Filho
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LEPES – Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação Superior
MEC – Ministério da Educação
NAP – Núcleo de Acolhimento Parental
OMS – Organização Mundial da Saúde
ONU – Organização das Nações Unidas
PCD – Pessoa com Deficiência

PEC/PG – Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação
PIPD – Programa Institucional de Pós-Doutorado
PIS – Parent in Science
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAD Contínua – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PNAES – Plano Nacional de Assistência Estudantil
PPG – Programa de Pós-Graduação
PPGE – Programa de Pós-Graduação em Educação (UFRJ)
PR-1 – Pró-Reitoria de Graduação
PR-2 – Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
PR-3 – Pró-Reitoria de Planejamento, Desenvolvimento e Finanças
PR-4 – Pró-Reitoria de Pessoal
PR-5 – Pró-Reitoria de Extensão
PR-6 – Pró-Reitoria de Planejamento Estratégico e Governança
PR-7 – Pró-Reitoria de Políticas Estudantis
RCLE – Registro de Consentimento Livre e Esclarecido
RU – Restaurante Universitário
SUPEREST – Superintendência Geral de Políticas Estudantis
UFBA – Universidade Federal da Bahia
UFPEl – Universidade Federal de Pelotas
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UnB – Universidade de Brasília
UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
URJ – Universidade do Rio de Janeiro
UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	7
RESUMO	9
ABSTRACT	10
LISTA DE GRÁFICOS	11
LISTA DE TABELAS	12
LISTA DE FIGURAS	13
LISTA DE SIGLAS	14
SUMÁRIO	16
INTRODUÇÃO	18
i. Por que um estudo de maternidade e não sobre parentalidade na Universidade?	18
ii. O que é maternidade e por que as mulheres ainda lutam por espaço na sociedade?	21
iii. Desigualdade social e de gênero no Brasil	28
iv. Objetivos de Pesquisa	35
v. Metodologia da pesquisa	38
vi. Estruturação da Tese e Caminhos percorridos	46
1. O FEMINISMO E A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA MATERNIDADE	50
1.1 - Ondas do Feminismo: entendendo a maternidade em cada contexto	50
1.2. Terceira Onda do Feminismo: o ponto de partida para as discussões sobre feminismo plural e a Interseccionalidade	55
1.3. Maternidade, múltiplas jornadas e as relações de cuidado	59
1.4. Avanços nas políticas públicas para mulheres, mães e gestantes no Brasil no âmbito da educação	61
2. UNIVERSIDADE, MATERNIDADE E AS MUDANÇAS NO BRASIL NAS ÚLTIMAS TRÊS DÉCADAS	69
2.1. Breve revisão de literatura	69
2.2 - Revisão de literatura: maternidade e universidade	74
2.2.1. Artigos	74
2.2.2. Trabalhos de Conclusão de Curso	82
2.2.3. Dissertações	86
2.2.4. Teses	91
2.3- Aproximações entre trabalhos acadêmicos sobre universidade e a maternidade	92
3. A PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL: DA CRIAÇÃO AS POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA	96
3.1. Um breve histórico da Pós-graduação no Brasil	96
3.2. Políticas de permanência e a pós-graduação: novas camadas de exclusão e a urgência da permanência na pós-graduação	102
3.3. Estudantes de Pós-Graduação de Primeira Geração	103
3.3.1. Pós-graduação de Primeira Geração e maternidade Acadêmica	106

4. MATERNIDADE E PÓS-GRADUAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	109
4.1. Estrutura institucional da UFRJ	109
4.1.1. Breve histórico da Universidade Federal do Rio de Janeiro	110
4.1.2. Estrutura da UFRJ	111
4.1.3. Políticas institucionais de assistência estudantil e permanência	113
4.1.4. Espaços e serviços de apoio às mães na UFRJ	118
4.2. Resultados do e-survey	123
4.2.1. Demandas e Vivências	129
4.3. Entrevistas qualitativas: vivências das estudantes-mães e pesquisadoras	133
4.4. Coletivo Mães da UFRJ	135
4.4.2. Experiências relatadas sobre acesso, permanência e maternidade na pós-graduação: Conexões entre experiências individuais e coletivas	144
4.4.3. Estratégias de conciliação e redes de apoio	147
4.5. Impactos emocionais da mulher-mãe-estudante na pós-graduação: cobranças, sobrecarga e culpabilização materna	152
CONSIDERAÇÕES FINAIS	158
REFERÊNCIAS	167
APÊNDICE	187
1 - Formulário de e-survey	187
2 - Questionário de entrevista para Mães Pós-graduandas	190

INTRODUÇÃO

i. Por que um estudo de maternidade e não sobre parentalidade na Universidade?

A noção de parentalidade constitui uma categoria relacional e socialmente construída que ultrapassa a definição restrita de mães e pais biológicos. De modo mais amplo, a parentalidade refere-se ao conjunto de práticas, responsabilidades e vínculos de cuidado exercidos por diferentes sujeitos que assumem a função de garantir a proteção, a educação e o desenvolvimento de crianças e adolescentes. Nessa perspectiva, a parentalidade não se limita à estrutura familiar nuclear, mas se inscreve em arranjos familiares diversos, incluindo famílias monoparentais, famílias extensas, famílias recompostas, famílias formadas por casais homoafetivos, bem como redes comunitárias e coletivas de cuidado.

Souza e Fontella (2016, p. 112) definem a parentalidade como o conjunto de modos de ser e de viver o fato parental, congregando dimensões materiais, psicológicas, morais, culturais e sociais. Trata-se de um processo que qualifica o laço entre um adulto e uma criança, independentemente da configuração familiar, envolvendo um conjunto de direitos, deveres e obrigações exercidos em nome do interesse superior da criança. Assim, a parentalidade se inscreve em um contexto social e educativo mais amplo, no qual diferentes sujeitos podem assumir funções parentais, evidenciando a centralidade das redes de apoio e das práticas coletivas de cuidado na sustentação da vida cotidiana.

Ao deslocar a parentalidade de uma compreensão estritamente biológica para uma abordagem social e relacional, reconhece-se que o cuidado infantil é produzido em contextos históricos, culturais e institucionais específicos. Avós, tios, irmãos mais velhos, responsáveis legais e cuidadores exercem, em diferentes graus, funções parentais fundamentais, especialmente em contextos marcados por desigualdades sociais. No espaço universitário, essa ampliação conceitual permite reconhecer a presença de estudantes responsáveis por crianças em múltiplas condições, filhos

biológicos, filhos adotivos, sobrinhos ou crianças sob guarda legal, cujas experiências de conciliação entre estudo, trabalho e cuidado permanecem, muitas vezes, invisibilizadas pelas políticas institucionais ainda orientadas por um modelo restrito de família.

Reconhecer a pluralidade da parentalidade, contudo, não implica ignorar as assimetrias de gênero que atravessam o exercício do cuidado. Ao contrário, essa ampliação conceitual evidencia que, mesmo em arranjos familiares diversos, o trabalho de cuidado recai de forma desproporcional sobre as mulheres. É a partir dessa constatação que se justifica o recorte analítico deste estudo na maternidade, entendida como uma experiência socialmente construída, atravessada por normas, expectativas e desigualdades estruturais de gênero, classe, raça e território.

A maternidade constitui um fenômeno multifacetado que engloba aspectos físicos, emocionais, sociais, culturais e simbólicos relacionados ao papel social atribuído às mulheres enquanto cuidadoras. Não se limita aos aspectos biológicos da reprodução, mas envolve expectativas sociais que historicamente associam às mulheres a responsabilidade principal pelo cuidado e pela reprodução da vida. Compreender a maternidade, portanto, exige uma abordagem interdisciplinar capaz de articular dimensões biológicas e contextos sociais e culturais que moldam essa experiência.

No campo educacional, essa discussão torna-se ainda mais relevante. Segundo dados do IBGE (2022), as mulheres representam cerca de 57% dos estudantes universitários no Brasil, o que indica um avanço significativo em termos de acesso ao ensino superior. No entanto, esse dado não se traduz automaticamente em igualdade de condições dentro das universidades. As mulheres permanecem sub-representadas em cargos de poder e gestão e enfrentam desigualdades no acesso a bolsas de pesquisa e oportunidades de progressão acadêmica.

Diversos fatores contribuem para a manutenção dessas desigualdades, incluindo determinantes culturais relacionados aos papéis sociais de gênero, além de preconceitos explícitos, assédio, violências e vieses implícitos que tornam o ambiente acadêmico frequentemente hostil às mulheres. Nesse conjunto de fatores,

a maternidade ocupa lugar central. Embora a parentalidade impacte a trajetória acadêmica de cientistas de modo geral, esse impacto não se distribui de forma equitativa entre homens e mulheres, como apontam Carpes et al. (2022).

Os fatores que ajudam a entender esse fenômeno são diversos, incluindo desde determinantes culturais, relacionadas ao papel social atribuído a homens e mulheres, até questões relacionadas ao preconceito explícito, assédio, violências diversas e viés implícito, afastando as mulheres do ambiente hostil que a academia frequentemente assume. Nesse conjunto de múltiplos fatores, insere-se a maternidade. A parentalidade traz consigo grandes e diferentes responsabilidades, que podem impactar a carreira de cientistas, e a comunidade acadêmica deve estar ciente desse impacto, que não é igual para homens e mulheres. (Carpes et al, 2022, p. 1)

Dados do movimento *Parent in Science* (2017/2018) evidenciam que a maternidade gera impactos significativos na produtividade e na carreira acadêmica das cientistas brasileiras, com queda na produção científica observada desde o período gestacional até aproximadamente quatro anos após o nascimento dos filhos (Carpes et al., 2022). Esse impacto não se manifesta de forma equivalente na trajetória dos homens que se tornam pais, revelando a persistência de normas de gênero que naturalizam a responsabilização das mulheres pelo cuidado.

No Brasil, as mulheres continuam sendo as principais responsáveis pelas tarefas domésticas e pelo cuidado de pessoas, dedicando, em média, mais de 21 horas semanais a essas atividades, segundo dados da PNAD Contínua (2019). Esse volume de trabalho não remunerado reduz o tempo disponível para atividades acadêmicas, intensifica a sobrecarga física e emocional e compromete a saúde mental das mulheres, sobretudo em um contexto acadêmico marcado por jornadas extensas e exigências de produtividade.

Diante desse cenário, investigar os impactos da maternidade na trajetória acadêmica das mulheres revela-se fundamental para a compreensão da persistência das desigualdades de gênero no ensino superior brasileiro. A maternidade emerge, assim, como um marcador central na análise das trajetórias acadêmicas femininas, impondo desafios específicos que não se colocam de forma equivalente para os homens. Pausas na carreira, redução da participação em atividades acadêmicas e obstáculos à progressão profissional configuram experiências recorrentes entre mulheres-mães, evidenciando a necessidade de reconhecer a maternidade como dimensão estruturante das desigualdades de gênero na universidade.

A partir dessa noção, reforçamos que o que se entende por parentalidade envolve a figura do pai, mãe, familiares e cuidadores no meio social e na criação de seus filhos. Por outro lado, quando falamos de maternidade, estamos diante do papel da mulher em ser mãe de um outro indivíduo, tenha ela gerado ou não aquela pessoa.

ii. O que é maternidade e por que as mulheres ainda lutam por espaço na sociedade?

A maternidade é um fenômeno complexo, que vem gerando análise e estudos em diversas disciplinas. Ao longo dos anos, os estudiosos têm investigado profundamente os aspectos biológicos, psicológicos, sociológicos, antropológicos, históricos e filosóficos da maternidade, buscando compreender sua complexidade e impacto nas sociedades humanas. Este campo interdisciplinar de estudo oferece uma visão abrangente das diversas dimensões da maternidade, desde os processos fisiológicos da concepção e gestação até as construções culturais e sociais que moldam as experiências maternas em diferentes contextos.

A análise da maternidade sob uma perspectiva biológica examina os aspectos físicos e fisiológicos da gravidez, parto e amamentação, investigando os processos hormonais, anatômicos e genéticos envolvidos na reprodução humana. Por outro lado, a abordagem psicológica se concentra nos aspectos emocionais, mentais e cognitivos da maternidade, explorando o vínculo mãe-filho, o desenvolvimento emocional da mãe durante a gravidez e após o parto, bem como questões como a depressão pós-parto e o estresse parental (Scavone, 1985).

Na perspectiva sociológica, a maternidade é analisada dentro do contexto social e cultural, examinando as normas, valores e expectativas relacionadas ao papel da mãe na família e na sociedade, bem como questões como maternidade e trabalho, divisão de trabalho doméstico e políticas públicas de apoio à maternidade. Já a abordagem antropológica investiga como diferentes culturas concebem e praticam a maternidade, explorando rituais de nascimento, práticas de cuidado infantil e sistemas de parentesco em diferentes contextos culturais (Scavone, 1985).

A análise histórica da maternidade examina como as concepções e práticas em torno da maternidade mudaram ao longo do tempo, considerando os ideais de maternidade em diferentes épocas e culturas, bem como as condições sociais, econômicas e políticas que influenciaram as experiências maternas ao longo da história. Por fim, as perspectivas filosóficas, incluindo a perspectiva feminista, exploram questões éticas, políticas e de poder relacionadas à maternidade, questionando as expectativas de gênero, o direito das mulheres à reprodução e o papel das mães na formação moral e ética de seus filhos (Saffioti, 1976).

Nesta pesquisa, iremos explorar essas diversas perspectivas de estudo e análise da maternidade, destacando as contribuições de diferentes disciplinas acadêmicas para a compreensão deste fenômeno fundamental da experiência humana. Entretanto, nessa sessão iremos visitar apenas aspectos que possuem o objetivo de fornecer alicerces para a estruturação de uma pesquisa mais ampla no sentido sociológico, levando em consideração os estudos de aspectos biológicos, psicológicos e sociológicos. Ao longo da pesquisa, iremos abordar os outros aspectos direta e indiretamente.

O processo de transformar-se em mãe, biologicamente, perpassa uma série de fatores que buscam adaptar o corpo da mulher para a chegada de uma criança. O primeiro fator decisivo é a concepção, onde durante o processo de reprodução o espermatozoide percorre o canal vaginal até o óvulo e o fecunda. A partir da primeira menstruação, entre os 10 a 15 anos de idade, mulheres (meninas) podem engravidar e vir a passar pelo processo de gestação que envolve diversos fatores físicos e emocionais.

A partir da fecundação, o corpo feminino passa a se adaptar ao processo de gestação, onde os órgãos, sistema nervoso, sistema circulatório, entre outros, passam a funcionar de maneira a garantir o melhor desenvolvimento do feto. Tal processo dura em média 40 semanas, podendo o parto ser realizado antes (em casos de prematuridade) ou depois até 42 semanas.

Em regra, o parto pode ser realizado de duas formas: parto normal (parto vaginal) e cesariana. O parto normal é um processo que se inicia com as contrações uterinas que ajudam na dilatação do colo do útero e empurram o bebê para baixo em direção ao canal de parto. Esse processo varia de tempo, em média de 8 a 12

horas¹, entre o nascimento do bebê e a expulsão da placenta, que finaliza o processo de parto e dá início ao processo de pós-parto. A outra forma de finalizar o processo de gestação é através de uma cesariana, que se caracteriza por uma cirurgia, que deve ser realizada num centro cirúrgico, sendo aplicada uma anestesia na parturiente e feitas incisões na região abdominal até o útero da gestante, onde é retirado cuidadosamente o feto e a placenta, logo após realizado o fechamento através de pontos cirúrgicos.

Outro fator que é levado em consideração na análise biológica é a amamentação. A amamentação é o processo pelo qual a mãe fornece leite materno ao bebê. O leite materno é produzido nas glândulas mamárias da mãe e contém nutrientes essenciais, anticorpos e outras substâncias que ajudam a nutrir e proteger o bebê. No Brasil, a recomendação é de que o bebê seja amamentado até os 6 meses de forma exclusiva, a fim de garantir a nutrição e prevenir infecções futuras (Brasil, 2025).

O leite materno protege contra diarreias, infecções respiratórias e alergias. Diminui o risco de hipertensão, colesterol alto e diabetes, além de reduzir a chance de desenvolver obesidade. Crianças amamentadas no peito são mais inteligentes; há evidências de que o aleitamento materno contribui para o desenvolvimento cognitivo. A amamentação oferece diversos benefícios à mulher. Amamentar reduz os riscos de hemorragia no pós-parto e diminui as chances de desenvolver câncer de mama, ovários e colo do útero no futuro. Além disso, fortalece o vínculo entre mãe e filho. [...] Nos primeiros seis meses de vida, recomenda-se que o bebê seja amamentado exclusivamente, sendo desnecessária a oferta de água, chás e outros leites, mesmo em locais secos e quentes. O colostro (primeiro leite produzido pela mãe após o parto) nos primeiros dois a três dias de vida, é suficiente para nutrir e hidratar recém-nascidos saudáveis e eles não necessitam de qualquer outro líquido além do leite materno, pois nascem com níveis de hidratação tecidual relativamente altos. (Brasil, 2025)

As abordagens psicológicas no estudo da maternidade são uma temática amplamente discutida, principalmente entre o final dos anos 1980 e início dos anos 1990, com a divulgação das diretrizes da Organização Mundial de Saúde (OMS), que afirmavam que o bem-estar das mulheres no pós-parto deveria incluir fatores físicos, psicológicos e sociais.

Todas las personas necesitamos de ese bienestar bio-psico-social, pero existe una característica genética que diferencia a hombres de mujeres, como es la capacidad de engendrar hijos por parte de la mujer. La mujer, durante el periodo de gestación, se constituye, junto con el ser no nacido, en

¹ SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. O parto. Disponível em: <http://www.riocomsaude.rj.gov.br/espacodagestante/site/conteudo/o-parto.php#:~:text=O%20trabalho%20de%20parto%20pode,ao%20sentir%20os%20primeiros%20sintomas>. Acesso em: 21 mar. 2024.

objeto especial de atenciones particulares tanto en el periodo prenatal, como en el parto y periodo postnatal. (Fernandez e Cabaço, 2004, p. 2)

Essa análise se concentra nos aspectos emocionais, mentais e cognitivos inerentes à experiência materna, com o propósito de compreender como os processos de gravidez, parto e pós-parto podem desencadear comportamentos, emoções e até mesmo doenças em mulheres mães. O intuito desses estudos é compreender e auxiliar na diminuição do impacto da maternidade, na auto identificação e no bem-estar de mulheres mães, de forma a identificar fatores decisivos que influenciam na experiência materna, interagindo com a saúde mental e emocional de mães ao redor do mundo.

Considerando todos los aspectos anteriores, el concepto de salud mental positiva reúne una serie de criterios que la definen: los referidos a la estructura interna del individuo, los adaptativos y de relación con el entorno y los criterios evolutivos o procesales (crecimiento, desarrollo y adaptación). (Fernandez e Cabaço, 2004, p. 3)

Além disso, a experiência da maternidade é decisiva para uma série de mudanças psicológicas que são levadas em consideração nesses estudos. Como: as mudanças de identidade; mudanças emocionais; mudanças nos relacionamentos; mudanças na percepção de mundo; e no autoconhecimento.

Com frequência, discute-se a maternidade numa perspectiva em que a responsabilidade pela criação, manutenção e aprendizado dos filhos seria de responsabilidade apenas da mulher. Dessa forma, descartando completamente o papel do progenitor e até mesmo da sociedade em auxiliar na manutenção da vida desse indivíduo, mulheres são julgadas e colocadas num papel de “apenas mães” onde há de se fazer uma escolha: ser mãe ou ser mulher (Abreu, 2018). Como se não fosse possível a coexistência de ambas as identidades num mesmo indivíduo.

Quando pensamos no papel de mãe, socialmente imaginamos aquela mulher que está disponível para as necessidades daqueles que precisam dela. É também socialmente delegado à mulher o lugar do cuidado, não é por acaso que profissões associadas ao cuidado são historicamente destinadas às mulheres, como por exemplo, domésticas, babás, cuidadoras de idosos, enfermeiras e professoras. São esses papéis que se destinam às mulheres e aquelas que ousam avançar nas suas carreiras passam por diversos julgamentos, como explica Badinter ao criticar concepções segundo as quais o “papel” da mãe é o de ser subserviente aos filhos e cuidados com a família (Badinter, 1985). (Silva et. al, 2021, p.152)

Do ponto de vista sociológico, a maternidade é analisada dentro do contexto social e cultural em que aquela mulher vive, levando-se em consideração as experiências, valores, normas e expectativas da sociedade em que essa mulher está inserida. Desse modo, em teoria, mulheres são observadas a partir de sua cultura e sua inserção na sociedade. Por mais que as relações de cuidado estejam se modificando lentamente, nos últimos anos, ainda observamos que a mulher continua sendo a principal responsável pelo cuidado e manutenção da vida e do lar.

Assim compreendemos que em nossa sociedade as mulheres foram historicamente submetidas as atividades do cuidado de tal maneira que estas já se encontram como valores morais seguidos muitas vezes sem quaisquer questionamentos, pois estes valores já penetraram nosso conceito feminino de ética. [...] Entendemos que quando falamos sobre a situação atual das mulheres, podemos ressaltar que ao longo dos anos registram-se muitos progressos; entretanto, quando o assunto é cuidado dos filhos e das tarefas domésticas, pouco foi modificado em nossa sociedade. (Silva et. al, 2021, p.152)

A abordagem sociológica da maternidade não se limita apenas a examinar o papel da mulher-mãe dentro do ambiente familiar, mas também busca compreender de forma mais abrangente as implicações sociais e culturais dessa experiência. Em essência, essa análise sociológica nos convida a refletir sobre as dinâmicas sociais e as expectativas impostas às mulheres que se tornam mães.

Ao adentrar o universo da maternidade sob a perspectiva sociológica, deparamo-nos com uma série de questões complexas e inter-relacionadas. Por um lado, a sociedade moderna esperava que a mulher-mãe assumisse a responsabilidade integral pelo cuidado dos filhos, uma tarefa muitas vezes considerada fundamental para a estabilidade e o bem-estar da família. Nesse contexto, espera-se que a mãe desempenhe múltiplos papéis, que vão desde provedora de cuidados básicos, como alimentação e higiene, até educadora e orientadora emocional. Para Hirata (2016), a maternidade como imposta socialmente, não é um atributo “natural” das mulheres, mas sim uma posição socialmente construída dentro da divisão sexual do trabalho, onde é marcada por profunda desigualdade.

Por outro lado, é importante reconhecer que, ao mesmo tempo em que é atribuída à mulher-mãe essa carga de responsabilidade, ela também é confrontada com expectativas sociais contraditórias. Por exemplo, apesar da valorização do papel materno na criação dos filhos, muitas mulheres enfrentam pressões e em

muitos casos também fazem a escolha de não abandonar suas carreiras profissionais ou suas atividades sociais após o nascimento dos filhos. Essa dicotomia coloca a mulher-mãe em uma posição ambígua, na qual ela é simultaneamente incentivada a dedicar-se integralmente à maternidade e pressionada a manter uma presença ativa em outros aspectos de sua vida, como o trabalho e o convívio social.

Além disso, a análise sociológica da maternidade também nos leva a refletir sobre as expectativas culturais em relação à imagem da mãe ideal. Nesse sentido, as mulheres são constantemente bombardeadas com ideais de maternidade perfeita, que muitas vezes incluem a manutenção de uma aparência física impecável mesmo após o parto, a busca pela "volta ao corpo de antes" e a capacidade de conciliar todas as esferas da vida de maneira equilibrada (Paim, 1998).

Diante do cenário apresentado pelas diversas perspectivas de análise conceitual, torna-se evidente que a maternidade não é apenas uma questão individual, mas sim um fenômeno profundamente enraizado nas estruturas sociais e culturais. As questões biológicas acabam por influenciar em aspectos psicológicos e sociais na vida das mulheres, seja essa maternidade apresentada de forma natural (via gestação) ou em forma de adoção de menores de idade. Essa última forma de maternar é ainda mais complexa do ponto de vista da compreensão da sociedade, pois as mulheres são questionadas do porquê optaram pela adoção. Muito recentemente, o governo brasileiro equiparou os direitos da mãe que adota² aos da mãe que “pariu” e ainda assim, há uma distinção social das maternidades, que não levam em consideração o processo de adaptação e afiliação das mães adotivas e seus filhos.

Por fim, tais análises nos fazem refletir sobre o papel da mulher na sociedade e porque elas ainda precisam lutar pela garantia de direitos e políticas públicas. A necessidade contínua das mulheres de lutar por espaço na sociedade está intrinsecamente ligada a conceitos como patriarcado, discriminação de gênero e desigualdade estrutural, que estudaremos mais à frente. No cerne desses conceitos

²BRASIL. Lei nº 13.509, de 22 de novembro de 2017. Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre a adoção e a guarda; e altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 23 nov. 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13509.htm. Acesso em: 13 nov. 2024.

está a ideia de que, historicamente, as mulheres foram relegadas a papéis secundários e subordinadas aos homens em diversas esferas da vida social, política e econômica.

As relações de cuidado e gestão da vida doméstica sempre foram atribuídas à mulher. Socialmente, é a mulher que é responsável por realizar a logística familiar, tendo ela filhos ou não. No patriarcado, os homens detêm o poder e privilégios em detrimento das mulheres, em uma estrutura que continua a moldar as normas da sociedade. Nesse sistema, as mulheres são frequentemente marginalizadas, subestimadas e excluídas de posições de liderança e influência. Isso se reflete em disparidades salariais, falta de representação em cargos de poder, violência de gênero e limitações nas oportunidades educacionais e profissionais.

A discriminação de gênero é outro aspecto fundamental que leva à necessidade das mulheres de lutar por espaço na sociedade. Embora muitos avanços tenham sido feitos em termos de igualdade de gênero, ainda existem preconceitos arraigados e estereótipos de gênero que perpetuam a desigualdade. Esses preconceitos podem se manifestar de várias formas, desde a exclusão das mulheres de certos ambientes profissionais até a objetificação sexual e a violência baseada no gênero.

Além disso, as estruturas sociais e econômicas muitas vezes favorecem os homens em detrimento das mulheres. Por exemplo, sistemas de licença-maternidade inadequados, falta de creches acessíveis e políticas de trabalho inflexíveis podem dificultar a participação das mulheres na força de trabalho e limitar suas oportunidades de progresso profissional.

Portanto, a necessidade contínua das mulheres de lutar por espaço na sociedade é uma manifestação da persistência do patriarcado, da discriminação de gênero e das desigualdades estruturais que permeiam as instituições e as relações sociais. Esse estudo busca analisar como a maternidade pode ser um potencializador dessas disparidades, no campo específico da pós-graduação, e de que forma a sociedade continua a utilizar desse mecanismo desigual para a não promoção de mulheres no campo familiar e do trabalho.

iii. Desigualdade social e de gênero no Brasil

A Desigualdade é um conceito que tenta descrever um conjunto de disparidades ou diferenças de recursos, oportunidades, direitos e privilégios entre diferentes indivíduos, grupos sociais ou comunidades. Essa disparidade pode se manifestar em diversas dimensões, como econômica, social, educacional, de saúde, de gênero, entre minorias, entre territórios e entre outros (Carneiro, 2015).

A prevalência da concepção de que certos humanos são mais ou menos humanos do que outros, levando à naturalização da desigualdade de direitos, é o fator determinante para que possamos entender esse conceito. Se algumas pessoas têm o seu papel consolidado no imaginário social como portadores de humanidade incompleta, torna-se natural que não participem igualmente do gozo pleno dos direitos humanos (Carneiro, 2015).

Ao mesmo tempo em que sabemos que as desigualdades sociais se manifestam de diversas formas, torna-se imprescindível que a luta contra elas seja ampla, interseccional e transversal, através de estratégias que visem o fim das desigualdades. Dessa forma, a desigualdade vem sendo pautada não só pelos intelectuais do campo dos estudos sociais e pelos movimentos sociais, mas cada dia mais sendo apresentada aos governos como uma pauta para criação de políticas públicas (Abreu, 2021).

A desigualdade social e de gênero no Brasil é um tema de extrema relevância e complexidade, que tem sido objeto de estudos por diversos acadêmicos e pesquisadores. Este capítulo busca explorar duas dimensões dessa desigualdade, a desigualdade social e a desigualdade de gênero. A análise centra-se na interseccionalidade das desigualdades de classe, raça e gênero, oferecendo uma visão abrangente do panorama social brasileiro.

Historicamente, o Brasil, como descrito por Ribeiro (1996), é o resultado de um processo de formação social marcado pela colonização, escravidão e desigualdades estruturais. O autor também critica a desigualdade social enquanto analisa como as estruturas de poder, que são uma herança da colonização e do sistema escravocrata, moldaram a sociedade brasileira assim perpetuando a desigualdade e injustiças sociais através dos anos.

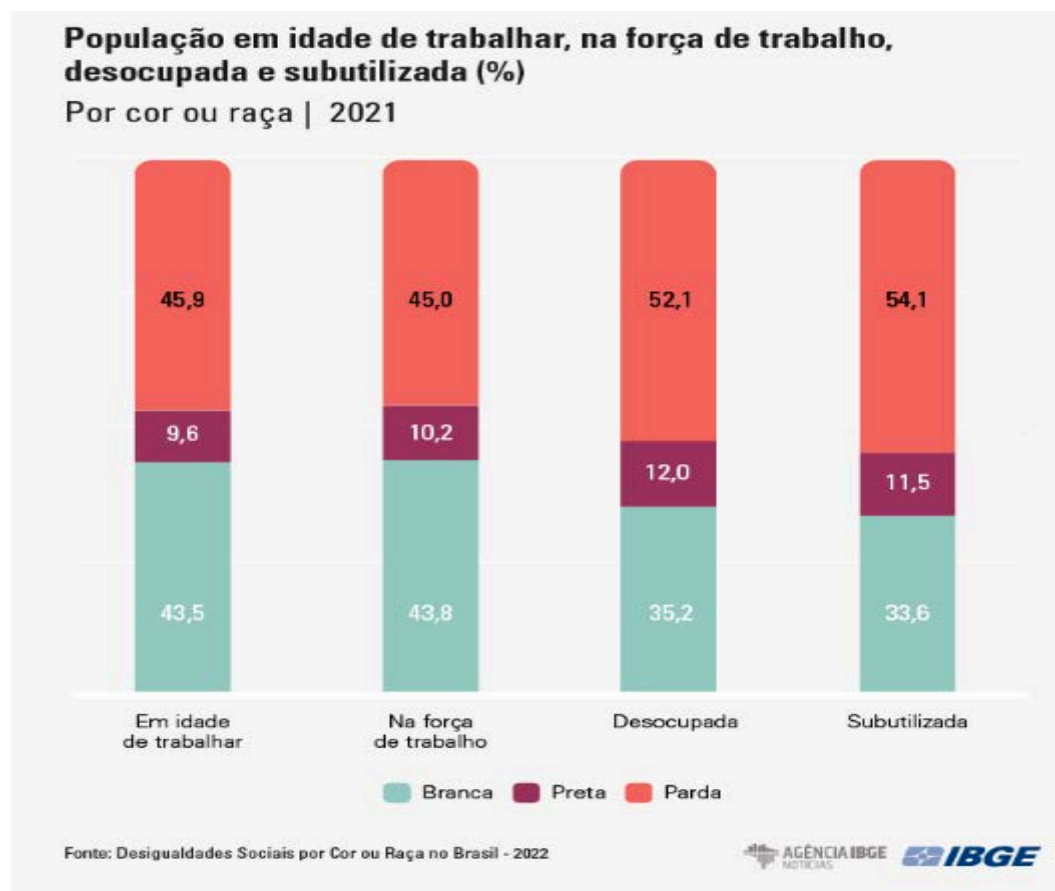
Ao mesmo tempo, encontramos elementos para a discussão sobre desigualdade de classe no Brasil na obra de Souza (2017), onde ele argumenta que a desigualdade brasileira é perpetuada por uma elite que se beneficia da manutenção do *status quo*. Souza, ainda argumenta que a maior parte dos problemas sociais e econômicos do Brasil são de origem da história escravocrata do país, tendo a escravidão deixado marcas em diversos âmbitos, dentre eles, nas relações de trabalho, de família e até mesmo nas relações conjugais. Com isso, as profundas desigualdades enfrentadas pela sociedade brasileira seriam resultado das práticas realizadas no dia a dia das relações sociais, que influenciam na estrutura social e econômica.

Ademais, a questão racial é central na compreensão da desigualdade no Brasil. Como aponta Nascimento (1978), o racismo desempenha um papel fundamental na perpetuação da desigualdade racial, afetando as oportunidades educacionais, econômicas e sociais dos afro-brasileiros.

Abdias Nascimento (1978) mostra que o racismo está embutido nas instituições e nas práticas sociais, econômicas e políticas do país. Esta perspectiva institucional seria essa uma das formas mais cruéis do racismo, onde está intrínseco no sistema social, operando continuamente para manter a desigualdade racial.

Como apresentam os dados do estudo “Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil (2021)” do BRASIL (2022), quando olhamos por exemplo mercado de trabalho, a desocupação, a subutilização e a informalidade atingem muito mais pretos e pardos do que a população branca. Os dados mostram que em 2021, as taxas de desocupação foram de 32,7% para pretos e pardos, enquanto a de brancos foi de apenas 11,3%.

Gráfico 1- População em idade de trabalhar, na força de trabalho, desocupada e subutilizada (%)



Fonte: BRASIL, 2022.

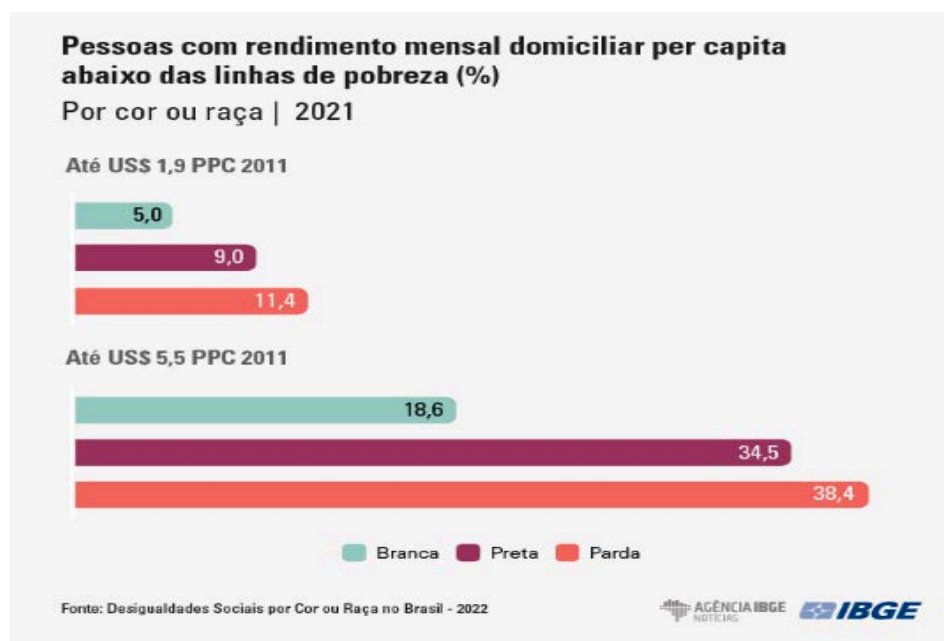
Mesmo quando falamos de pessoas com um recorte educacional mais elevado, por exemplo com Ensino Superior, os pretos ainda recebiam 50% a menos do que os brancos. O estudo demonstra que pessoas brancas com ensino superior completo ou mais continuaram a ser melhor remuneradas do que pessoas pretas e pardas, cerca de 50% e 40% a mais na remuneração respectivamente (BRASIL, 2022).

Ao mesmo tempo, as pessoas pretas e pardas em cargos de gerência e de maior poder aquisitivo ocupavam apenas 29,5% das cadeiras, mesmo sendo elas a ocupar 53,8% das vagas do mercado de trabalho no Brasil.

Uma análise das linhas de pobreza propostas pelo Banco Mundial atesta a maior vulnerabilidade das populações preta e parda. Em 2021, considerando a linha de US\$5,50 diários (ou R\$486 mensais *per capita*), a taxa de pobreza dos brancos era de 18,6%. Já entre pretos o percentual foi de 34,5% e entre os pardos, 38,4%. Na linha da extrema pobreza, (US\$1,90 diários ou R\$168 mensais *per capita*), as taxas foram 5,0% para brancos,

contra 9,0% dos pretos e 11,4% dos pardos. “Em 2021, havia 8,4% da população na extrema pobreza. O percentual da população branca estava abaixo dessa média. Já as populações preta e parda tinham proporções acima da média e dos brancos”, diz o analista André Simões.(BRASIL, 2021)

Gráfico 2 - Pessoas com rendimento mensal domiciliar per capita abaixo das linhas de pobreza (%)



Fonte: BRASIL, 2022

Como demonstrado acima, a desigualdade deixa marcas fundamentais na sociedade brasileira, tornando-se imprescindível que para qualquer discussão de políticas públicas seja pautada na perspectiva de acabar com as marcas deixadas por um sistema desigual.

Desigualdade de gênero no Brasil

Como já visto anteriormente, a desigualdade se manifesta em diversos âmbitos das instituições sociais. E quando falamos de desigualdade de gênero, precisamos levar em consideração que a herança patriarcal é um fator fundamental na perpetuação dessa mazela.

Saffioti (1976) destaca que a desigualdade de gênero no Brasil é profundamente enraizada em estruturas patriarcais, que historicamente relegaram as mulheres a um papel secundário na sociedade. Dessa forma, seria a opressão feminina uma questão intrinsecamente ligada às estruturas de classe que estão

enraizadas nas dinâmicas socioeconômicas e na divisão do trabalho que recai muito mais sobre a vivência da mulher, embora a desigualdade de gênero seja um fenômeno complexo, ele estaria sendo sustentado pelas instituições sociais, incluindo a família, o mercado de trabalho e o Estado.

Não podemos deixar de mencionar que é com o patriarcado que o sistema social e cultural, no qual os homens são aqueles que possuem a maior parte do poder social e detêm os papéis de liderança e autoridade sobre os corpos das mulheres.

Podemos localizar a origem do patriarcado nas primeiras sociedades humanas, onde os homens eram caçadores e líderes, e as mulheres eram relegadas ao papel de cuidado e manutenção do lar (Hirata, 2016). Embora nesses primórdios esses papéis não exercessem um peso social, com o tempo a modificação desses códigos transformou os papéis de cuidado e manutenção em subordinação e com menor prestígio social³.

Dessa forma, o patriarcado produziu regras e normas de gênero que determinam como homens e mulheres devem ser e devem se portar em sociedade. Aos homens foi atribuída a predominância da força, liderança e, frequentemente, a maior inteligência intelectual. Já as mulheres, foram associadas a submissão, emocionalidade e cuidados. Essas normas são fatores que perpetuam as desigualdades de gênero e limitam a individualidade e manifestação de novas formas de existir na sociedade.

Ao mesmo tempo, em que as mulheres são colocadas nos lugares de cuidado da família e sociedade, não podemos esquecer que as mulheres de camadas populares não ficaram destinadas apenas a esse papel. Desde as sociedades

³ A consolidação do ideal da mulher como responsável por tarefas de menor prestígio social, lê-se aqui tarefas de pouco valor social, sendo elas tarefas de cuidado, está diretamente relacionada à separação historicamente construída entre as esferas pública e privada, que se intensifica a partir do século XIX com o advento do capitalismo industrial. Nesse processo, o trabalho produtivo passa a ser socialmente associado à esfera pública, vinculada ao mercado, ao Estado, à política e ao trabalho assalariado, majoritariamente masculino, enquanto o espaço doméstico é redefinido como esfera privada, destinada à reprodução da vida, ao cuidado e à manutenção cotidiana da força de trabalho. Essa divisão não corresponde a um afastamento espontâneo ou universal das mulheres do trabalho produtivo, mas a um rearranjo ideológico que naturaliza a atribuição do cuidado e do trabalho doméstico às mulheres, convertendo-os em dever moral, vocação ou expressão de afeto, e não em trabalho socialmente reconhecido. Tal modelo foi construído como norma sobretudo para mulheres brancas das classes médias e altas, ao passo que mulheres pobres, negras e racializadas permaneceram inseridas no trabalho remunerado, ainda que em posições precarizadas e desvalorizadas. A separação de esferas opera, assim, como um dispositivo ideológico fundamental para a sustentação do capitalismo, ao invisibilizar o trabalho doméstico e de cuidado, indispensável à reprodução da força de trabalho e à própria organização da vida social.

pré-capitalistas, as mulheres dessas camadas não foram isentas de trabalho braçal, formando múltiplas jornadas de trabalho, enquanto aos homens apenas era atribuído o trabalho formal.

A MULHER das camadas sociais diretamente ocupadas na produção de bens e serviços nunca foi alheia ao trabalho. Em todas as épocas e lugares tem ela contribuído para a subsistência de sua família e para criar a riqueza social. Nas economias pré-capitalistas, especificamente no estágio imediatamente anterior à revolução agrícola e industrial, a mulher das camadas trabalhadoras era ativa: trabalhava nos campos e nas manufaturas, nas minas e nas lojas, nos mercados e nas oficinas, tecia e fiava, fermentar a cerveja e realizava outras tarefas domésticas. Enquanto a família existiu como uma unidade de produção, as mulheres e as crianças desempenharam um papel econômico fundamental[...] o têxtil inglês. Também na França, durante todo o antigo regime, a mulher gozou de todas as capacidades necessárias ao exercício das atividades comerciais. Em qualquer dos dois países, contudo, as liberdades femininas se circunscrevem às atividades da mulher negociante. Em todas as outras esferas, quer de trabalho, quer de vida ociosa, a mulher sempre foi considerada menor e incapaz, necessitando da tutela de um homem, marido ou não. (Saffioti, 1976, p.17)

Saffioti (1976), ainda fala que nas sociedades pré-capitalistas não é possível falar de independência financeira, já que a mulher realizava um papel de auxiliar na manutenção da economia familiar. E ainda nos lembra que essa noção de individualidade e independência financeira nasceu com a sociedade capitalista e que até então, o trabalho da mulher era focado na manutenção e ascensão do grupo familiar. Já com a ascensão do capitalismo, nasceu o processo de individualização onde a mulher conta com uma dupla desvantagem social, em que:

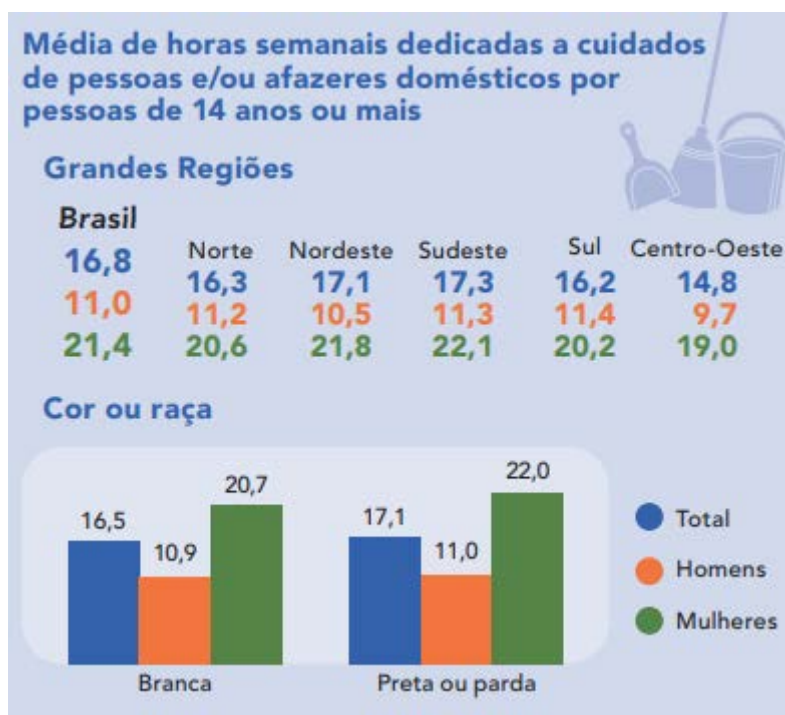
O aparecimento do capitalismo se dá, pois, em condições extremamente adversas à mulher. No processo de individualização inaugurado pelo modo de produção capitalista, a mulher contaria com uma desvantagem social de dupla dimensão: no nível superestrutural era tradicional uma subvalorização das capacidades femininas traduzidas em termos de mitos justificadores da supremacia masculina e, portanto, da ordem social que a gerara; no plano estrutural, à medida que se desenvolviam as forças produtivas, a mulher vinha sendo progressivamente marginalizada das funções produtivas, ou seja, periféricamente situada no sistema de produção. (Saffioti, 1976, p.18)

Consequentemente, a combinação das barreiras ideológicas, onde as mulheres enfrentam uma supremacia masculina, com uma marginalização das funções produtivas, têm levado mulheres a uma posição de subalternização e exposto as desigualdades em termos de educação, emprego, saúde e poder político.

Essa desigualdade pode ser vista nos números e nos dados publicados pelo IBGE, que mostram que as mulheres dedicam 21,4 horas semanais de cuidado com

a casa e com a família, em contrapartida aos homens que gastam apenas 11 horas semanais.

Gráfico 3 - Média de horas semanais dedicadas a cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos por pessoa de 14 anos ou mais



Esses dados refletem diretamente na ocupação e ascensão social das mulheres, onde, segundo a mesma pesquisa de 2019, 19,4% das mulheres (grupo de 25 anos ou mais) possuíam Ensino Superior Completo, enquanto o número dos homens era de apenas 15,1%. Apesar de mais instruídas, esse dado não se refletia nas carreiras acadêmicas, pois apenas 46,8% dos professores de Ensino Superior no Brasil são mulheres, mostrando que embora possuam maior nível acadêmico, isso não garante às mulheres estabilidade e ascensão social (BRASIL, 2019).

Gráfico 4 - Proporção de mulheres entre docentes de ensino superior (%)



Fonte: SINOPSE estatística da educação superior 2019. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, 2020. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: jan. 2021.

Dessa maneira, podemos concluir que a desigualdade social e de gênero no Brasil é uma realidade complexa e enraizada, profundamente influenciada por fatores históricos, raciais, de classe e de gênero. E que o caminho para uma sociedade mais igualitária exige um comprometimento contínuo com políticas inclusivas e uma transformação nas estruturas sociais e econômicas do país, onde a luta contra a desigualdade de gênero é uma luta por uma sociedade mais justa, igualitária e que preserva a diversidade.

iv. Objetivos de Pesquisa

Este estudo visa examinar e analisar a implementação das políticas públicas concernentes à permanência estudantil e à maternidade no âmbito do Ensino Superior, com uma abordagem centrada nos Programas de Pós-graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Investigar as condições de permanência de mulheres mães na pós-graduação brasileira, com foco nos programas da UFRJ. Analisando como a maternidade impacta suas trajetórias acadêmicas das mães da UFRJ. E de que forma as políticas institucionais (ou a ausência delas) respondem as demandas específicas dessas estudantes.

Nossa premissa é que a maternidade se constitui em um ponto central de desigualdade nos processos de permanência de mulheres na pós-graduação,

incidindo diretamente sobre suas possibilidades de pertencimento acadêmico. A partir dos achados empíricos discutidos por Moura (2024; 2025), argumenta-se que a experiência universitária das estudantes mães não pode ser compreendida de forma dicotômica, entre permanência ou evasão. Ao contrário, ela exige categorias analíticas intermediárias capazes de apreender as múltiplas formas de inserção precária, instável e tensionada dessas mulheres no espaço acadêmico. Nesse sentido, o conceito de "afiliação parcial" (Moura, 2024; 2025) torna-se fundamental para compreender a relação fenomenológica estabelecida entre as pós-graduandas mães e a universidade.

O conceito de "afiliação parcial" emerge da crítica aos limites analíticos do conceito de afiliação formulado por Alain Coulon (2017), sobretudo quando aplicado às trajetórias de estudantes socialmente marcados por desigualdades estruturais. Embora o autor ofereça contribuições decisivas para a compreensão dos processos de inserção no universo universitário, sua formulação não alcança plenamente as experiências de grupos historicamente subalternizados e invisibilizados. A "afiliação parcial" designa, assim, a condição de estudantes que, embora formalmente vinculadas à universidade e ativamente envolvidas em suas trajetórias acadêmicas, vivenciam processos incompletos, instáveis e fragmentados de pertencimento institucional. Tal condição não expressa ausência de compromisso acadêmico ou incapacidade intelectual, mas resulta da combinação entre sobrecarga materna, desigualdades de gênero e ausência, ou insuficiência, de políticas institucionais sensíveis às demandas específicas das mães pós-graduandas, configurando uma forma de pertencimento tensionado produzida pelas próprias dinâmicas institucionais. Sabemos que as estudantes mães viveram momentos distintos de entrada na Pós-Graduação e que por isso passaram por processos de políticas de permanência diferenciados. O perfil de mães que adentram a pós-graduação é variado, podem ser mães com filhos mais velhos, que decidiram retornar e ampliar os estudos; podem ser gestantes; mães de filhos pequenos ou recém-nascidos; podem ser mulheres que acabaram de sair da graduação e ingressaram logo depois na pós-graduação, incluindo uma variedade de perfis estudantis.

Para essa pesquisa, decidimos escolher a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) como campo de pesquisa, pois além de ser uma das maiores e mais

prestigiadas universidades do país, é o local onde a pesquisadora realizou o doutorado, o que tornou mais fácil o acesso a alguns espaços.

Ao abordarmos o tema da permanência estudantil é necessário trazer o enfoque para este tema a partir do que está especificado no Plano Nacional de Assistência Estudantil – PNAES (Brasil, 2010), embora saibamos que este plano é de abrangência apenas para a graduação. Ainda assim, ele dá um parâmetro de direitos que as estudantes da pós-graduação também poderiam ter. Entendemos que após a ampliação da democratização do acesso ao ensino superior (Dubet, 2015), muitos jovens acabam escolhendo a carreira acadêmica como um caminho para atingir as suas profissões e maiores qualificações, mas não deixam de ser jovens advindos de camadas populares.

A inclusão de jovens de camadas populares na graduação é um marco fundamental para a democratização da educação (Abreu, 2021). Para muitos, a graduação representa uma chance de mudar suas trajetórias, possibilitando um futuro com melhores condições de vida e principalmente a promoção social que se tem como objetivo de vida. Além disso, a presença de estudantes de camadas populares na graduação e na pós-graduação possibilita que a produção de conhecimento seja feita também por aqueles que vivenciam os dilemas sociais. E esses estudantes, que antes não entravam na pós-graduação, passam a observar e ter contato com um novo campo de possibilidades após a sua entrada na graduação, passam a observar a carreira acadêmica como um caminho possível para adentrar na vida profissional.

Uma das consequências da democratização do acesso aos jovens de camadas populares na graduação, é a entrada desses jovens em cursos de pós-graduação. Dados apresentados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) demonstram que em 2023 houve um aumento de 35 mil matrículas⁴ nos cursos de pós-graduação no país, em relação ao ano anterior.

Nesse contexto, uma das nossas principais questões de pesquisa é: há um processo de democratização da pós-graduação? Quais são os novos sujeitos dentro

⁴ BRASIL. Ministério da Educação. Pós-graduação stricto sensu tem mais de 350 mil matriculados. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/maio/pos-graduacao-stricto-sensu-tem-mais-de-350-mil-matriculados>. Acesso em: 8 nov. 2024.

da pós-graduação? Eles irão conseguir permanecer na pós-graduação, da mesma forma que fizeram na graduação? E, dentro deste objetivo de democratização, como se inserem as estudantes mães na pós-graduação?

Essas perguntas são inquietantes e precisam ser feitas, pois estão latentes dentro do meio acadêmico. Dados empíricos mostram que cada vez mais mães abandonam os estudos por conta da sobrecarga estudantil, doméstica, laboral e materna. Estando presente em diversos coletivos de mães no Rio de Janeiro e no Coletivo Nacional, e através do conhecimento de pesquisas realizadas neste campo, tenho visto isso acontecendo constantemente (Abreu, 2020; Brum, 2022; Salles, 2020; Gomes, 2020).

Objetivos específicos

1. Analisar quais são e se existem políticas de permanência para a pós-graduação da UFRJ.
2. Analisar quais são e se existem políticas de permanência para estudantes mães na pós-graduação da UFRJ. Identificar como os programas vêm aplicando tais políticas, a partir de sua autonomia.
3. Compreender como a relação maternidade/pós-graduação é vivenciada e percebida por mulheres estudantes de diferentes classes sociais.
4. Entender quais são as demandas levantadas pelas mães pós-graduandas e como as políticas estão ajudando ou dificultando na resolução de tais demandas.

v. Metodologia da pesquisa

Nessa seção iremos abordar as escolhas metodológicas para realização dessa pesquisa, traçada a partir de uma abordagem qualitativa.

A metodologia qualitativa é uma abordagem de pesquisa muito utilizada nas ciências humanas e sociais, que visa compreender os fenômenos sociais através de uma busca profunda das interpretações individuais e coletivas da complexidade das experiências humanas. Ou seja, a metodologia qualitativa tem como objetivo

entender as relações sociais dando protagonismo de ação e compreensão nas interações sociais para aqueles que estão inseridos no contexto pesquisado.

As razões para a utilização deste ao invés dos métodos quantitativos, entretanto, podem divergir dependendo da orientação metodológica básica do pesquisador. Enquanto os quantitativos justificam seu uso sob o argumento de impossibilidade de geração de dados estatísticos ou por razões de custo ou rapidez na pesquisa (Boudon, 1971, Lazarsfeld, 1969), os qualitativos afirmam seja a superioridade do método que fornece uma compreensão profunda de certos fenômenos sociais apoiados no pressuposto da maior relevância do aspecto subjetivo da ação social face à configuração das estruturas sociais, seja a incapacidade da estatística de dar conta dos fenômenos complexos e os fenômenos únicos. (Haguette, 1992, p.63).

Essa metodologia nos permite observar padrões, temáticas e relações baseadas na interpretação dos significados subjetivos dos discursos e prática dos indivíduos observados, de modo a possibilitar os pesquisadores a reconhecer o seu papel ativo não só na construção do conhecimento mas, também reconhecendo que suas perspectivas e posições sociais têm impacto na pesquisa realizada.

Segundo Haguette (1992), há cerca de três tipos de situações que favorecem a utilização da metodologia qualitativa, entretanto nos ateremos ao terceiro tipo, que são as situações em que a simples observação qualitativa é usada como indicador de funcionamento complexo de estruturas e organizações da sociedade. Por exemplo:

[...] é tipificado nos estudos de unidades sociais naturais, tais como: organizações (empresa, hospital, prisão) e comunidades, também fortemente apoiados nos pressupostos teóricos do interacionismo simbólico [...] Da mesma forma estariam aqui incluídos os estudos sobre um aspecto social particular como estratificação ou a mobilidade social (Haguette, 1992, p.64)

Torna-se importante salientar que a abordagem qualitativa nos permite realizar uma pesquisa que busca trazer o protagonismo de mulheres mães, entendendo que, a partir dessa metodologia, o processo de apreensão de conhecimento passa a ser mais acessível e gerado no decorrer das falas dos próprios sujeitos, ou seja, as mães estudantes. Um exemplo disso é quando Collins (1990) aponta que, durante muitos anos, a academia estadunidense privou as mulheres negras de estarem a frente de pesquisa sobre elas mesmas, gerando um desequilíbrio proposital entre as relações sociais.

Além disso, embora existam historiadoras, escritoras e cientistas sociais negras, até recentemente essas mulheres não ocupavam posições de liderança em universidades, associações profissionais, publicações impressas, veículos de rádio e teledifusão e outras instituições sociais de validação do conhecimento. A exclusão das mulheres negras de posições de poder nas principais instituições levou à valorização das ideias e dos interesses da elite masculina branca e à correspondente supressão de ideias e interesses das mulheres negras no mundo acadêmico tradicional. Além disso, essa exclusão histórica significa que imagens estereotipadas das mulheres negras permeiam a cultura popular e as políticas públicas (Collins, 1990, p. 37)

Collins argumenta que a metodologia qualitativa deve estar atenta e sensível às distintas formas de opressão e privilégio que influenciam na vivência de experiência dos indivíduos, mais precisamente de mulheres (negras). Assim, pensamos em uma metodologia capaz de compreender as diferentes realidades de mulheres mães e consideramos que a metodologia qualitativa pode nos ajudar a compreender suas pluralidades, contribuindo para compreender como as relações sociais podem influenciar na vivência de grupos oprimidos.

A metodologia utilizada neste trabalho aproxima-se do que Gil (2008) definiu como pesquisa exploratória. Tais pesquisas pretendem auxiliar no desenvolvimento de conceitos e ideias que podem ajudar na formulação de variáveis para a criação de políticas e outros fatores para a modificação da vida da população. Comumente são pesquisas que envolvem levantamentos bibliográficos e documentais, e também entrevistas e estudos de caso. Essas pesquisas são desenvolvidas visando ampliar os dados e aproximar da realidade vivida por indivíduos que estão necessitando dessas políticas. Apresentamos a seguir as etapas de realização da pesquisa.

1ª Etapa:

A primeira etapa dessa pesquisa foi identificar qual seria a abordagem estudada nesse momento, tendo em vista que o tema de maternidade, permanência e universidade já vinha sendo abordado pela pesquisadora desde a graduação e levando em conta o objetivo de ampliação da discussão sobre a maternidade dentro da Academia. Analisadas as possibilidades de pesquisa, optamos por realizar uma tese que envolvesse a temática de maternidade e permanência, tendo como foco a

discussão para a pós-graduação, que até então não havia sido contemplada na graduação e no mestrado da pesquisadora.

Desse modo, passamos à definição de qual seria a abordagem utilizada para compreender tais discussões. Fizemos então um levantamento bibliográfico sobre a temática, procurando no Google Acadêmico, que dá acesso aos sites Scielo e aos Repositórios das Universidades Brasileiras, e também na plataforma Sucupira, para encontrar teses e dissertações que estivessem dentro da temática estudada.

2ª Etapa

Nesta segunda etapa, nos valem da tecnologia a favor das pesquisas qualitativas e quantitativas, utilizando de *e-survey* para conseguir abranger o máximo de respostas possível. Essa ferramenta é crucial para a pesquisa pois com seu baixo custo e fácil compartilhamento, conseguimos “espalhar” a pesquisa por toda a universidade de forma rápida e eficiente. Silva (2020) salienta que a garantia de anonimato e a facilidade de autopreenchimento são fatores cruciais para que as *e-survey* sejam tão bem utilizadas durante as pesquisas acadêmicas.

Com o crescente uso de tecnologias portáteis característico do estilo de vida das primeiras décadas do séc. XXI o *e-survey* apresenta-se como uma ferramenta adequada para atingir o público-alvo. Sua facilidade de autopreenchimento, a garantia do anonimato, o baixo custo e a sistematização dos dados, oferecidos pelo Google Formulários, são fatores que colaboram para a adesão do público ao preenchimento do formulário como destacado por Vasconcellos e Guedes (2007). (SILVA, 2020, p.21)

Dessa forma, elaboramos um questionário através da ferramenta *Google Forms*, contendo 53 perguntas, sendo 52 perguntas para apreensão de informações dentro dos seguintes eixos: dados socioeconômicos; perfil de pertencimento aos programas de pós-graduação; entrada, permanência, vivências e aproveitamento dentro da pós-graduação. E 1 questão de aceite de participação da pesquisa com o link para o REGISTRO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (RCLE).

O link do questionário foi distribuído através do e-mail de todas as secretarias e coordenações dos programas de pós-graduação da UFRJ. Também foi feita a divulgação via Grupos de Whatsapp, Facebook e páginas de Instagram relacionados com a temática de maternidade e UFRJ, como as páginas do Coletivo de Mães da UFRJ (CMUFRJ), Projeto Extensão Mães na Universidade e Núcleo Materna⁵.

⁵ Estes grupos, coletivos e projetos serão melhor apresentados ao longo da tese.

Utilizamos a estratégia de compartilhamento em rede, onde os questionários foram repassados dentro dos grupos pelas próprias mães que já haviam respondido, a fim de conseguir abranger o máximo de respostas possível. Tal metodologia de disseminação de pesquisa se dá como uma rede materna.

A rede materna universitária pode ser definida como um arranjo coletivo, formal ou informal, constituído por mães estudantes, mães pesquisadoras, mães professoras, ou até mesmo pessoas que cuidam, enquanto estão inseridas no ambiente universitário. As práticas envolvem o compartilhamento de informações, experiências, pesquisas e produções textuais, articulando saberes situados a partir da vivência da maternidade e suas relações políticas intra-rede materno-universitárias organizadas. Por meio dessa rede, as mães estudantes constroem estratégias de apoio mútuo, elaboram coletivamente diagnósticos sobre as condições de acesso e permanência na educação, formulam demandas e políticas públicas e institucionais, e se organizam politicamente em escala local e nacional. Trata-se de uma rede que opera simultaneamente como espaço de circulação de informações, produção de conhecimento e mobilização política, possibilitando que pesquisas, narrativas e reivindicações formuladas a partir das margens ganhem visibilidade, legitimidade e capacidade de incidência no debate público em diferentes regiões do país.

A rede de movimentos materno-universitários da UFRJ atua, inicialmente, ao nível do lugar e, assim como aponta Santos (2006), sua estrutura indica níveis de solidariedade, mas também indica contradições. Em relação à solidariedade, identifica-se que a rede tem como base o auxílio para a replicação de ideias através da criação de projetos e de ações em outros movimentos maternos e instituições, essa solidariedade faz com que o movimento ganhe força e alcance, além de fomentar parcerias que fortalecem a rede como um todo. (Corrêa, 2023, p. 64)

As redes sociais digitais desempenham papel central na consolidação e no fortalecimento das redes maternas estudantis, especialmente em um contexto marcado pela dispersão geográfica das mães estudantes e pelas restrições de tempo impostas pela maternidade (Corrêa, 2023; Corrêa e Marques, 2024; Corrêa e Couto Junior, 2025). Ao possibilitarem comunicação assíncrona, rápida circulação de informações e baixo custo de participação, essas plataformas tornam-se espaços estratégicos para a troca de experiências, a divulgação de pesquisas, a elaboração coletiva de textos e a organização política. Mais do que ferramentas de socialização,

as redes sociais operam como arenas de produção de conhecimento situado e de articulação de demandas coletivas, permitindo que vozes historicamente marginalizadas no espaço acadêmico ampliem sua visibilidade e capacidade de incidência pública.

Nesse contexto, é fundamental demarcar a atuação da rede materna estudantil enquanto fenômeno social e político. Diferentemente de outras formas de metodologia de pesquisa, em que a circulação do instrumento ocorre sem intencionalidade ou real compromisso com a pesquisa, uma vez que o compartilhamento não pressupõe responsabilidade sobre quem recebe ou responde, a rede materna se estrutura a partir de uma intencionalidade explícita e de um compromisso coletivo. Na rede materna, há consciência sobre o ato de compartilhar, engajamento com a pauta e alinhamento em torno de objetivos comuns, o que constitui uma característica singular do movimento de mães universitárias. Essa intencionalidade compartilhada é o que diferencia a rede de uma simples técnica de disseminação de questionários, configurando-a como uma forma própria de organização, mobilização e produção de conhecimento. Trata-se, portanto, de um fenômeno que extrapola o campo metodológico e se inscreve no campo político e social, exigindo um enquadramento analítico específico.

Diferentemente do que ocorre em metodologias de amostragem por "bola de neve", a circulação do questionário nesta pesquisa não se deu por cadeias individuais de indicação desprovidas de vínculo coletivo ou compromisso político. O instrumento foi disseminado, em grande parte, no interior de coletivos materno-universitários já constituídos, cujas integrantes compartilham experiências, diagnósticos e pautas comuns em torno da maternidade no ensino superior. Nesse sentido, o compartilhamento do questionário não operou como uma técnica neutra de ampliação da amostra, a exemplo do que ocorre com as amostragens coletadas a partir do método de "bola de neve", mas sim como uma prática situada, atravessada por intencionalidade, engajamento e responsabilidade coletiva.

Em diálogo com a noção de saberes situados (Haraway, 1988), essa escolha metodológica reconhece que a produção de dados ocorre em contextos marcados por relações, afetos e compromissos políticos, especialmente quando se trata de sujeitos historicamente marginalizados no espaço acadêmico. Assim, a chamada "rede materna universitária de coleta de dados" não se configura como mera

estratégia de disseminação do instrumento, mas como um arranjo coletivo de produção de conhecimento, no qual a circulação do questionário é mediada por vínculos de pertencimento, reconhecimento mútuo e engajamento com a pauta da permanência. Trata-se, portanto, de um dispositivo que extrapola o campo metodológico estrito e se inscreve no campo social e político, exigindo um enquadramento analítico próprio.

À luz da Pedagogia Materna, compreendida como um princípio ético-metodológico (Moura, 2025), essa forma de coleta de dados deve ser entendida como expressão da própria rede materna universitária, que atua simultaneamente como espaço de apoio, produção de saberes e mobilização política.

Do ponto de vista teórico, a Pedagogia Materna se ancora em um diálogo interdisciplinar que articula, de um lado, as contribuições de Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron (2014) sobre violência simbólica, permitindo compreender os mecanismos sutis de exclusão e reprodução das desigualdades no ambiente universitário; de outro, o pensamento maternal de Sara Ruddick (1989), que reconhece o maternar como prática intencional, ética e cognitivamente situada; e, ainda, as pedagogias decoloniais de Catherine Walsh (2013) e de Salazar e Walsh (2017), que concebem a pedagogia como prática insurgente, voltada à produção de sentidos, à resistência e à transformação social.

Nesse sentido, o conceito colabora na compreensão de que localizar o modelo de coleta realizado nesta tese como "Bola de neve" e limitar a uma técnica ou procedimento de pesquisa que não reflete a realidade metodológica que atravessa essa investigação. Torna-se, assim, apropriado reconhecer que a coleta foi realizada por "rede materna universitária", pois esse método de coleta opera como uma orientação que informa escolhas analíticas, políticas e institucionais, ancoradas em uma ética do cuidado, com responsabilidade política, intencionalidade e em uma leitura situada das desigualdades acadêmicas.

Assim, nesta 2ª etapa da investigação, foram recolhidas 62 respostas, sendo 37 de doutorandas e 25 de mestrandas. Em consonância com a compreensão da coleta de dados como prática situada e relacional, os formulários foram posteriormente organizados por centros de pesquisa, permitindo apreender as

múltiplas e diferenciadas demandas das mães vinculadas a distintos cursos da UFRJ. Essa classificação não teve caráter meramente técnico, mas político, na medida em que possibilitou evidenciar como as desigualdades acadêmicas e as condições de permanência se expressam de forma heterogênea conforme áreas de conhecimento, regimes de trabalho e culturas institucionais específicas, reforçando o papel da rede materna universitária como mediadora da produção de saberes e da leitura crítica dessas experiências⁶.

3ª Etapa

A terceira etapa é composta pela análise dos dados da pesquisa *e-survey*. Para esta etapa foram analisados de forma descritiva os dados socioeconômicos juntamente com as tendências sobre demandas e vivências das mães estudantes de pós-graduação. Foram analisados dados como: centro de pesquisa pertencente à UFRJ; idade, raça e estado civil; renda e recebimento de auxílio estudantil; e as respostas recorrentes sobre demandas e vivências das estudantes na UFRJ. Uma síntese desses resultados será apresentada mais adiante neste trabalho.

4ª Etapa

O *e-survey* teve, entre seus objetivos, a intenção de identificar as estudantes que estivessem disponíveis para participar de uma entrevista. Dentre as respondentes, 33 estudantes assinalaram tal disponibilidade. A partir desse grupo, estabeleceu-se como critério a busca por uma seleção proporcional às respostas obtidas nos diferentes centros de pesquisa da universidade. Dessa forma, considerou-se o nível de ensino, de modo a contemplar, de forma equilibrada, mães vinculadas ao mestrado e ao doutorado nos centros da UFRJ. A seleção final das entrevistadas pautou-se, portanto, na disponibilidade e adesão voluntária das participantes ao convite da pesquisa, incluindo aquelas que, ao serem contatadas, confirmaram interesse, responderam às mensagens e agendaram a entrevista. Esse procedimento possibilitou a constituição de um grupo que colaborou com a pesquisa e que se dispuseram a contribuir ativamente para o desenvolvimento do estudo. Seguindo a distribuição proposta abaixo:

⁶ O projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) da UFRJ e após análise do projeto recebeu parecer favorável em 17 de outubro de 2024 (Parecer número 7.165.662).

Tabela 5 – Distribuição de entrevistadas pelos Centros de Pesquisa

Centro de Pesquisa⁷	Mestrado	Doutorado	Total
CFCH	1	2	3
CLA	1	1	2
CT	0	1	1
Total	2	4	6

Fonte: Elaborado pela autora a partir das entrevistas realizadas.

Para ampliar o debate sobre as lutas maternas dentro da UFRJ, foram entrevistadas uma pesquisadora propulsora dos debates de permanência para mães nos PPG da UFRJ e a fundadora do Coletivo de Mães da UFRJ (CMUFRJ)⁸.

5ª Etapa

A quinta etapa consistiu na análise das entrevistas, com foco em observar como as categorias apresentadas ao longo do texto, nos objetivos e na bibliografia se apresentaram dentro do grupo pesquisado. A pesquisa foi concluída com a escrita da tese.

vi. Estruturação da Tese e Caminhos percorridos

Descrevo a seguir os caminhos percorridos durante a realização da pesquisa e como a estrutura dela foi pensada e organizada de maneira a apresentar os dados e a teoria aqui discutida.

No ano de 2021, em meio a Pandemia de Covid-19, adentro para o doutorado com objetivo de ampliar as minhas pesquisas sobre a permanência de mães no Ensino Superior. Neste momento, a minha ideia era percorrer o Brasil e entrevistar os coletivos materno-estudantis, de todas as universidades brasileiras, para compreender como cada um se organiza frente aos dilemas impostos pelas instituições (falta de creches, falta de bolsas e infraestrutura precária).

⁷ Foram recebidas respostas positivas para a realização da entrevista apenas desses centros.

⁸ O Coletivo de Mães da UFRJ (CMUFRJ) será apresentado mais detalhadamente ao longo da pesquisa, através da entrevista com a fundadora do coletivo.

Porém, esse projeto teve que ser abandonado, frente a falta de bolsa de doutorado naquele momento, com a necessidade de me organizar entre trabalhos temporários, o cuidado da minha filha mais velha e restrições impostas pela pandemia. Foi nesse momento em que a pesquisa passou pela primeira modificação, decidimos que seria mais viável realizar uma pesquisa exploratória dentro da UFRJ, com os Programas de Pós-Graduação (PPG) para entender como se apresentavam as demandas de mães estudantes e se e como estas demandas chegavam às coordenações dos programas de pós-graduação. E posteriormente, entender como funcionavam as relações entre a universidade e as mães.

Dessa forma, em outubro de 2023, foi enviado e-mail a todos os programas de pós-graduação da UFRJ, à Pró-reitoria de Políticas Estudantis (PR7), à Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação (PR-2), ao GT de parentalidade da UFRJ⁹, porém não houve respostas. Apenas em março de 2025, em um novo e-mail, obtive respostas quanto às solicitações de documentos e solicitações de entrevistas, das quais apenas a PR2 e a PR7 responderam. A PR2 respondeu com o link da “RESOLUÇÃO CEPG/UFRJ Nº302 DE 19 DE JULHO DE 2024 (UFRJ, 2024); e a PR7 informando que havia encaminhado o e-mail ao gabinete do Pró-reitor para que pudesse ser analisada a possibilidade de entrevista, não sendo mais dada nenhuma resposta.

Com a baixa adesão por meio da instituição foi necessário reformular novamente a pesquisa, para uma outra perspectiva sugerida na primeira qualificação pelos professores Rodrigo Rosistolato e Eliane Ribeiro. A partir das reflexões suscitadas no momento da primeira qualificação, a questão de pesquisa definida então foi: *Qual o lugar da mulher mãe na pós-graduação?* A partir deste momento foi

⁹ No dia 10 de dezembro de 2020 foi publicado no Boletim Oficial da UFRJ a PORTARIA Nº 8772, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2020 que institui o Grupo de Trabalho parentalidade e Equidade de Gênero tendo como atribuições, conforme o texto publicado no Boletim, discutir e propor políticas de apoio à parentalidade, especialmente a maternidade, para docentes, técnico-administrativas e discentes no âmbito da Universidade; dialogar com a comunidade sobre o viés implícito e a construção de estereótipos de Gênero que representem barreiras à participação feminina nas diversas áreas do conhecimento e espaços de decisão; propor políticas de incentivo à participação feminina, em particular a ocupação de cargos de liderança nas diferentes esferas da Universidade, incluindo ensino, pesquisa, extensão, gestão e governança; propor políticas de apoio à pluralidade e diversidade nos espaços acadêmicos, visando ao aumento da participação de grupos sub-representados em critérios de gênero e sexualidade; incentivar a igualdade de Gênero na composição de comissões de avaliação e instâncias decisivas dentro da Universidade. O GT é composto por docentes, técnicos-administrativos, representantes do Movimento Parent In Science da UFRJ, representantes das pró-Reitorias acadêmicas e discentes de graduação e pós-graduação. (Núcleo Materna, 2020)

possível avançar na construção mais detalhada dos objetivos, do referencial teórico e das estratégias metodológicas da pesquisa, chegando-se à apresentação de resultados parciais da pesquisa empírica na segunda qualificação realizada em 2024. Dessa forma, a pesquisa se estrutura em uma introdução, quatro capítulos e uma conclusão.

A introdução desta tese tem o objetivo de contextualizar a escolha pelo estudo da maternidade, em vez da parentalidade, para evidenciar como a experiência das mulheres-mães na universidade é atravessada por desigualdades de gênero e sociais que não recaem da mesma forma sobre os homens. São discutidas as múltiplas dimensões da maternidade, biológica, psicológica, sociológica e cultural, bem como a permanência das desigualdades estruturais no Brasil, marcadas por racismo, patriarcado e desigualdade de classe. São explicitados os objetivos de analisar políticas de permanência na pós-graduação da UFRJ e compreender as demandas de mães estudantes, apresentando ainda a opção metodológica por uma abordagem qualitativa, com *e-survey* e entrevistas, que privilegia as vozes das próprias mulheres como protagonistas da pesquisa.

O primeiro capítulo analisa a trajetória do feminismo e suas diferentes “ondas”, destacando como cada período interpretou a maternidade, desde sua negação como imposição patriarcal até sua valorização como experiência plural. Aqui a interseccionalidade é vista como chave para compreender maternidades diversas, abordando também as múltiplas jornadas femininas, os cuidados associados ao papel materno e os avanços em políticas públicas voltadas a mulheres, mães e gestantes no Brasil.

O segundo capítulo traz um panorama das transformações sociais e acadêmicas que ampliaram o acesso de mulheres e mães à universidade, analisando produções acadêmicas entre 1974 e 2024. Tem como objetivo fundamentar a temática da maternidade universitária que vem ganhando visibilidade recentemente e evidenciar lacunas institucionais na permanência estudantil. A revisão de artigos, teses e dissertações revela recorrência de sobrecargas, ausência de políticas adequadas e a necessidade de repensar o sistema universitário de forma mais inclusiva.

No terceiro capítulo é traçado um histórico da pós-graduação no Brasil desde a década de 1950, mostrando sua centralidade para a ciência e a mobilidade social. Apresenta discussão sobre as políticas de permanência, ressaltando como a falta de apoio institucional acentua exclusões, especialmente para mães e estudantes. Os estudantes de pós-graduação são analisados nesse capítulo, como um desdobramento do fenômeno de estudantes de graduação de primeira geração. São analisadas barreiras simbólicas e materiais enfrentadas por essas mulheres, destacando a urgência de políticas mais equitativas para garantir a permanência desses sujeitos na Universidade.

O quarto e último capítulo apresenta os resultados do estudo de caso da UFRJ, através da combinação de um levantamento quantitativo (*e-survey*) e entrevistas qualitativas com oito mães estudantes e pesquisadoras. A análise revela barreiras institucionais, falta de infraestrutura e apoio, bem como as estratégias de conciliação e redes coletivas de resistência, como o CMUFRJ. São expostos os impactos emocionais, a sobrecarga cotidiana e as percepções sobre políticas educacionais, ao mesmo tempo em que se evidenciam potências coletivas e perspectivas de transformação acadêmica e social. Como última parte deste trabalho são apresentadas as considerações finais, destacando os principais achados da pesquisa, bem como apontando suas limitações e possibilidades de aprofundamentos futuros nesta temática.

1. O FEMINISMO E A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA MATERNIDADE

1.1 - Ondas do Feminismo: entendendo a maternidade em cada contexto¹⁰

O feminismo é um movimento social, político e cultural que visa à conquista da igualdade de gênero e à libertação das mulheres dos sistemas de opressão patriarcal. Esse movimento defende os direitos das mulheres e busca aumentar a conscientização sobre as disparidades de gênero que persistem na sociedade.

O movimento feminista nasce no século XVIII (Alves; Pitanguy, 1985, p. 32), partindo de uma perspectiva que cuida de retirar a mulher do espaço de opressão e de exclusão para colocá-la em uma posição que não a inferiorize perante seus iguais, pertencentes ao sexo masculino. Em outros termos, seu principal escopo seria o de excluir a categoria gênero dos espaços opressivos e tornar homens e mulheres, materialmente, iguais. (Siqueira e Bussinguer, 2020, p; 148)

Como um movimento multifacetado, o feminismo apresenta uma ampla diversidade de ideologias, teorias e práticas, influenciadas pelo contexto histórico,

¹⁰ Reconhece-se que a periodização do feminismo a partir da noção de “ondas” tem sido amplamente problematizada na literatura contemporânea, sobretudo por seu caráter linear, eurocêntrico e por privilegiar experiências e agendas de mulheres brancas, ocidentais e de classes médias. Tal modelo tende a invisibilizar lutas históricas protagonizadas por mulheres negras, indígenas, trabalhadoras, camponesas e por mulheres do Sul Global, cujas formas de resistência e organização antecedem e atravessam aquilo que convencionou-se chamar de “ondas” do feminismo. Ainda assim, neste trabalho, a utilização dessa periodização não se dá como forma de negar a pluralidade e a simultaneidade das lutas feministas, mas como um recurso analítico e didático que permite compreender como determinadas pautas, discursos e enquadramentos foram hegemonizados e nomeados pelo próprio campo feminista ao longo do tempo. Assim, as “ondas” são mobilizadas não como uma narrativa totalizante ou universal, mas como uma das possíveis leituras históricas do feminismo, tensionada e situada a partir de uma perspectiva crítica, plural e interseccional.

cultural e político em que emergem. Apesar dessa diversidade, todas as formas de feminismo compartilham o objetivo fundamental de desafiar e transformar as estruturas sociais, políticas e econômicas que mantêm as mulheres em uma posição subordinada.

O feminismo aparece como um movimento libertário, que não quer só espaço para a mulher – no trabalho, na vida pública, na educação –, mas que luta, sim, por uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, em que esta última tenha liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo. (Pinto, 2010, p.16)

Durante o século XIX, o feminismo se consolidou como um movimento de reforma social, concentrando-se principalmente na luta pelo sufrágio feminino e na melhoria das condições de trabalho e educação para as mulheres. No entanto, o movimento enfrentou resistência significativa por parte das instituições estabelecidas e de setores conservadores da sociedade. A virada do século XX testemunhou o crescimento e a diversificação do feminismo, com o surgimento de diferentes correntes de pensamento e estratégias de ação. A luta pela igualdade legal e política continuou a ser uma prioridade, mas questões como direitos reprodutivos, violência contra as mulheres e discriminação de gênero no local de trabalho também ganharam destaque. Ao longo das décadas seguintes, o feminismo passou por várias transformações e adaptações para abordar as mudanças sociais e políticas em curso, resultando nas chamadas "ondas" do feminismo.

[...] A chamada primeira onda do feminismo aconteceu a partir das últimas décadas do século XIX, quando as mulheres, primeiro na Inglaterra, organizaram-se para lutar por seus direitos, sendo que o primeiro deles que se popularizou foi o direito ao voto. As sufragistas, como ficaram conhecidas, promoveram grandes manifestações em Londres, foram presas várias vezes, fizeram greves de fome. Em 1913, na famosa corrida de cavalo em Derby, a feminista Emily Davison atirou-se à frente do cavalo do Rei, morrendo. O direito ao voto foi conquistado no Reino Unido em 1918. (Pinto, 2010, p.15)

Conforme mencionado anteriormente, durante a primeira onda do feminismo, o movimento estava direcionado principalmente para a busca da igualdade de direitos políticos entre homens e mulheres, com uma atenção particular voltada para o direito ao voto. No Brasil, embora tenha ocorrido de maneira mais tardia em comparação com outros países, o movimento de mulheres que buscavam igualdade social e política também se engajou na luta pelo direito ao voto, um direito já conquistado pelos homens no século XIX, embora sob formas e restrições distintas.

É relevante ressaltar que a mobilização pelo direito ao voto foi impulsionada pelo retorno das mulheres de seus períodos de estudo no exterior, onde absorveram influências do feminismo norte-americano e europeu, e trouxeram essa pauta para o contexto brasileiro. Esse movimento representou um marco importante na história do feminismo brasileiro, marcando o início da luta das mulheres por reconhecimento e participação plena na esfera pública e política (Bonato, 2011).

As sufragistas brasileiras foram lideradas por Bertha Lutz, bióloga, cientista de importância, que estudou no exterior e voltou para o Brasil na década de 1910, iniciando a luta pelo voto. Foi uma das fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, organização que fez campanha pública pelo voto, tendo inclusive levado, em 1927, um abaixo-assinado ao Senado, pedindo a aprovação do Projeto de Lei, de autoria do Senador Juvenal Larmartine, que dava o direito de voto às mulheres. Este direito foi conquistado em 1932, quando foi promulgado o Novo Código Eleitoral brasileiro. desde o Brasil colônia. (Pinto, 2010, p.16)

Essa demanda pelo sufrágio feminino surgiu em um período em que as mulheres buscavam não apenas a igualdade legal, mas também o reconhecimento de suas capacidades intelectuais e sociais. A conquista do direito ao voto era considerada uma etapa crucial rumo à emancipação das mulheres e à garantia de sua representatividade política e participação cívica.

Dessa maneira, as mulheres que buscavam igualdade de direitos na esfera pública, também enfrentavam desafios dentro do ambiente familiar. As mulheres eram colocadas no papel de cuidado constante dos filhos e da casa, tendo sua função social associada apenas a esse aspecto. Logo, a luta por igualdade também perpassa a luta por uma maternidade menos individualizada.

Uma das fases mais significativas do movimento feminista é conhecida como a Segunda Onda do Feminismo, que emergiu nas décadas de 1960 e 1970. A Segunda Onda foi um movimento diverso que surgiu em resposta às desigualdades sociais, políticas e econômicas enfrentadas pelas mulheres, especialmente nos países ocidentais industrializados. Embora as raízes desse movimento possam ser traçadas até o século XIX, com as primeiras lutas pelo sufrágio feminino e direitos de propriedade, foi nas décadas de 1960 e 1970 que o feminismo ganhou centralidade.

Surge, a partir desses eventos históricos, a expansão do feminismo pelo mundo, por meio de movimentos sociais, trazendo uma nova concepção de mulher reflexiva, buscando seus direitos e valores, negados por um modelo tradicional de ideias machistas. Devido a essa nova reestruturação, o ano 1970 tornou-se relevantes para o movimento feminista internacional. Já 1975 foi marcado pela Primeira Conferência Mundial sobre as Mulheres, na Cidade do México, estruturada pela Organização das Nações Unidas (ONU), onde foi declarado o Ano Internacional das Mulheres, fortalecendo

as lutas das mulheres feministas (Sardenberg, 2018). (Silva et al, 2021, p.108)

No entanto, à medida que o movimento ganhava ímpeto, as vozes e preocupações das mulheres negras, de camadas populares e trabalhadoras muitas vezes eram negligenciadas ou marginalizadas dentro desse contexto. Enquanto as feministas brancas focam em questões como direitos reprodutivos, igualdade salarial e representação política, as mulheres negras viam essas questões entrelaçadas com suas próprias lutas contra o racismo institucional, a pobreza e outras formas de opressão sistêmica.

Mesmo que mulheres negras individuais fossem ativas no movimento feminista contemporâneo desde seu início, elas não foram os indivíduos que se tornaram “estrelas” do movimento, que atraíam a atenção da mídia de massa. Muitas vezes, essas mulheres negras ativistas do movimento feminista eram feministas revolucionárias (como várias lésbicas brancas). Elas já discordavam de feministas reformistas que estavam decididas a projetar a noção do movimento como se ele fosse, exclusivamente, pela igualdade entre mulheres e homens no sistema existente. Mesmo antes de raça se tornar uma questão debatida nos círculos feministas, estava claro para as mulheres negras (e para as revolucionárias aliadas da luta) que jamais alcançariam igualdade dentro do patriarcado capitalista de supremacia branca existente. (hooks, 2015, p. 20)

Primeiramente, elas apontaram para a falta de representação e liderança negra nos principais espaços e organizações feministas. A ausência de mulheres negras em posições de destaque dentro do movimento feminista refletia uma falta de reconhecimento das suas experiências únicas e das questões específicas que enfrentavam como mulheres negras. Além disso, as mulheres negras criticavam a tendência do movimento feminista de focar exclusivamente em questões que afetavam mulheres brancas de classe média, negligenciando as realidades das mulheres negras, indígenas, latinas e de outras minorias étnicas e raciais. hooks (2015) afirma que mesmo antes dessa questão ser debatida nos círculos feministas havia uma clara concepção de que a igualdade nunca seria alcançada dentro de um sistema patriarcal capitalista de supremacia branca. Foram essas mesmas feministas que deixaram de considerar um feminismo revolucionário quando começaram a alcançar poder econômico dentro da estrutura social existente (hooks, 2015, p.22).

A crítica levantada por hooks, e outras intelectuais da época, gira em torno da falta de narrativas de outras mulheres e consecutivamente de outras realidades, mulheres negras e mulheres da classe trabalhadora sempre estiveram presentes no

campo de trabalho, muitas vezes em posição de subserviência às mulheres brancas que diziam lutar por igualdade de gênero.

A famosa frase de Friedan, “o problema que não tem nome”, muitas vezes citada para descrever a condição das mulheres nesta sociedade, na verdade se refere à situação de um seleto grupo de mulheres brancas casadas, com formação universitária, de classe média e alta – donas de casa entediadas com o lazer, a casa, os filhos, as compras, que queriam mais da vida. Friedan conclui seu primeiro capítulo afirmando: “Não podemos continuar a ignorar essa voz íntima da mulher, que diz: Quero algo mais que meu marido, meus filhos e minha casa”. A autora definiu esse “mais” como profissões, sem discutir quem seria chamado para cuidar dos filhos e manter a casa se mais mulheres como ela própria fossem libertadas do trabalho doméstico e tivessem o mesmo acesso a profissões que têm os homens brancos. Ela não falou das necessidades das mulheres sem homem, sem filhos, sem lar, ignorou a existência de todas as mulheres não brancas e das brancas pobres, e não disse aos leitores se era mais gratificante ser empregada, babá, operária, secretária ou uma prostituta do que ser dona de casa da classe abastada. (hooks, 2015, p. 193-194)

Por fim, as mulheres negras criticavam a falta de solidariedade dentro do movimento feminista e que a reflexão feita por mulheres brancas, não ia além da sua própria realidade. Elas argumentavam que as feministas brancas muitas vezes priorizavam suas próprias preocupações e não reconheciam ou apoiavam adequadamente as lutas das mulheres negras e de outras mulheres de cor.

Já no âmbito das discussões sobre maternidade, diversos pontos de vista foram levados em consideração como a imposição da maternidade a todas as mulheres, a luta pela autonomia reprodutiva, a desconstrução de estereótipos de gênero (relacionados à maternidade) e a reivindicação por políticas de apoio à maternidade.

Um grande questionamento era a imposição da maternidade como um destino inquestionável às mulheres, destacando as implicações dessa expectativa para a autonomia e liberdade femininas. Nessa situação, homens se beneficiam do controle exercido por mulheres mães, subjugando-as a papéis tradicionais e limitando suas possibilidades de realização pessoal e profissional. Essa exposição se fez presente tanto para a imposição de uma maternidade universal, quanto pela luta por políticas de apoio à maternidade, mesmo as que estavam dentro de uma perspectiva de contracepção e o direito a uma autonomia reprodutiva.

1.2. Terceira Onda do Feminismo: o ponto de partida para as discussões sobre feminismo plural e a Interseccionalidade

Podemos localizar a Terceira Onda Feminista a partir do início dos anos 1990, onde o questionamento sobre a branquitude, heterossexualidade, a formação intelectual e ocidental, voltaram ao centro da questão feminista. Retorna também, a crítica de qual seria o papel de outras classes e raças dentro do feminismo. Nesse momento o principal objetivo é abordar as críticas e as limitações apresentadas nos movimentos anteriores, trazendo novas questões e desafios que surgiram desde então.

Essas críticas produziram uma ruptura com o tradicionalismo estabelecido no século XX e trouxeram uma reivindicação jovem, alternativa e popular para o movimento. Assim, a partir da fragilidade que o feminismo enfrentou face às novas críticas, tem-se o que muitas feministas e estudiosos classificam como a terceira onda feminista. (Almeida, 2018, p. 4)

A terceira onda feminista vem com o objetivo de incluir pautas que não eram levadas ao centro das discussões nas outras ondas. As pautas de diversidade sexual, de identidade de gênero, de classe social, raça, entre outras, ganham força no cenário internacional. Estas discussões ganharam força a partir das discussões de interseccionalidade e pluralidade dentro do movimento feminismo.

A interseccionalidade¹¹ é um conceito fundamental que descreve a complexa interação e sobreposição de múltiplos e variados fatores sociais, como raça, gênero, classe, sexualidade e outros aspectos identitários que coletivamente definem a identidade de um indivíduo. Operacionalizada por Crenshaw¹² no final dos anos 1980, esta perspectiva reconhece que esses fatores não operam de forma isolada, mas sim de maneira interligada e interdependente, influenciando profundamente as experiências e realidades sociais das pessoas. O propósito de Crenshaw era destacar que as opressões enfrentadas pelas mulheres negras são complexas e

¹¹ Cabe destacar que autoras vinculadas ao feminismo negro e decolonial, como Carla Akotirene e Djamila Ribeiro, partiram da noção de interseccionalidade para formularem suas contribuições a partir de uma crítica consistente ao feminismo hegemônico, historicamente marcado por experiências brancas, de classe média e urbanas. Tal crítica evidencia o que vinha sendo alertado por autoras como Crenshaw e Collins, e que iam de encontro com a análise de como a universalização da categoria “mulher” operou, por muito tempo, apagamentos raciais, de classe, territoriais e maternos, limitando o alcance político e analítico do próprio feminismo.

¹² Kimberlé Crenshaw contribuiu decisivamente para a formulação do conceito de “interseccionalidade”, ao organizar e dar densidade analítica a debates já consolidados no feminismo negro e nas lutas políticas de mulheres negras, demonstrando que os eixos de opressão não operam de maneira isolada, mas de forma simultânea, articulada e estrutural.

inter-relacionadas: essas mulheres lidam não apenas com questões relacionadas ao gênero, mas também à raça. Esse padrão de interseção também se aplica a outros contextos, como mulheres com deficiência, da classe trabalhadora, mulheres latinas, mulheres indígenas e africanas, e de diferentes faixas etárias.

No contexto da violência contra as mulheres, esta elisão da diferença na política identitária é problemática, fundamentalmente porque a violência que muitas mulheres experimentam é muitas vezes moldada por outras dimensões de suas identidades, como raça e classe. Além disso, ignorar a diferença dentro dos grupos contribui para a tensão entre estes, outro problema da política de identidade que envolve esforços para politizar a violência contra as mulheres. (Crenshaw, 2017, p. 2)

Assim, a interseccionalidade destaca como a intersecção dessas identidades múltiplas e interdependentes molda não apenas as percepções individuais de si mesmo, mas também os modos pelos quais os indivíduos interagem com as estruturas sociais e institucionais, bem como seu acesso a oportunidades, recursos e direitos dentro da sociedade.

No contexto brasileiro, essa perspectiva é aprofundada por autoras como Carla Akotirene e Djamila Ribeiro, que, a partir de uma crítica ao feminismo hegemônico e eurocêntrico, tensionam suas limitações analíticas e políticas. Conforme explicita Akotirene (2019), a interseccionalidade constitui uma ferramenta teórico-política que evidencia como formas de opressão como racismo, sexismo e classismo se articulam estruturalmente nos contextos sociais, sendo fundamental para compreender as desigualdades que atravessam a vida das mulheres, especialmente das mulheres negras, no espaço acadêmico brasileiro. Djamila Ribeiro, por sua vez, ao problematizar as hierarquias de poder na produção do conhecimento e a noção de lugar de fala, contribui para evidenciar como essas opressões se reproduzem também nos regimes de visibilidade, legitimidade e reconhecimento no campo acadêmico.

Tal conceito é uma sensibilidade analítica, pensada por feministas negras cujas experiências e reivindicações intelectuais eram inobservadas tanto pelo feminismo branco quanto pelo movimento antirracista, a rigor, focado nos homens negros. Surge da crítica feminista negra às leis antidiscriminação subscrita às vítimas do racismo patriarcal. Como conceito da teoria crítica de raça, foi cunhado pela intelectual afro-estadunidense Kimberlé Crenshaw, mas, após a Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância, em Durban, na África do Sul, em 2001, conquistou popularidade acadêmica,

passando do significado originalmente proposto aos perigos do esvaziamento. A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado – produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais. (Akotirene, 2019)

As formulações apresentadas também se inscrevem em uma crítica mais ampla ao feminismo hegemônico, que, ao longo de sua trajetória, privilegiou determinadas experiências femininas em detrimento de outras. As contribuições do feminismo negro e dos feminismos plurais deslocam esse centro normativo, evidenciando que as desigualdades atravessam não apenas a sociedade, mas o próprio campo feminista, tensionando seus limites analíticos, políticos e institucionais. Em *Interseccionalidade* (2019), Carla Akotirene problematiza o uso do conceito por correntes feministas que não reconhecem a centralidade das experiências de mulheres negras, criticando a apropriação do termo por perspectivas associadas ao chamado feminismo branco, que tende a tratar gênero de forma isolada e universalizante. Nesse contexto, o conceito de interseccionalidade é crucial para entendermos como as mudanças nas pautas feministas e a visibilidade de outras questões possibilitaram o entendimento de que existe mais de um feminismo dentro do movimento, essa noção é chamada de *Feminismos Plurais*.

A noção de feminismo plural adotada neste trabalho dialoga com as contribuições reunidas por Djamila Ribeiro, ao evidenciar que não há uma experiência feminina universal, mas múltiplas formas de viver o gênero, atravessadas por marcadores como raça, classe, território, maternidade e inserção institucional. Ao reunir vozes diversas, a autora tensiona perspectivas feministas hegemônicas e reafirma a necessidade de análises situadas, capazes de reconhecer desigualdades internas ao próprio campo feminista (Akotirene, 2019).

O Feminismo Plural combate a ideia de um feminismo homogêneo que não leva em consideração as experiências, perspectivas e identidades plurais que compõe o movimento feminista. Nessa perspectiva deve-se analisar os diferentes fatores que influenciam as vivências femininas, como: raça; classe social; etnia; orientação sexual; faixa etária; deficiência (física, mental, psicossocial e intelectual); entre outros.

Nos últimos anos, a questão da maternidade foi abordada de maneira complexa dentro de uma perspectiva plural, em vista da compreensão profunda das

interseções de gênero, raça, classe e outras formas de identidade. A influência da interseccionalidade nas questões sobre maternidade trazem características importantes para a evolução das pautas maternas. O que antes eram discussões sobre divisão de tarefas domésticas para ambos os gêneros e questões sobre direitos reprodutivos, ampliou-se para questões relacionadas a discriminação no ambiente de trabalho, direitos maternos, relações de tempo e maternidade, relações afetivas, saúde mental, maternidades não-cisgênero, entre outras demandas apresentadas pelo feminismo materno.

Uma das principais características dessa nova geração feminista foi a ênfase na agência individual e na escolha das mulheres. Enquanto na segunda onda do feminismo houve uma crítica contundente à ideia tradicional de que a maternidade deveria ser o destino e o papel principal das mulheres, na terceira onda, houve uma valorização da escolha individual em relação à maternidade. Isso significa reconhecer e respeitar as decisões das mulheres sobre se desejam ou não ter filhos, bem como sobre como desejam criar e educar seus filhos.

Além disso, as discussões de maternidade dentro do feminismo procuram desconstruir estereótipos em torno das mães, desafiando noções pré-concebidas sobre o que significa ser uma mãe "ideal" (Badinter, 1985) e reconhecendo a diversidade de experiências das mulheres em relação à maternidade.

Com o aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho e a crescente demanda por igualdade de gênero no local de trabalho, questões relacionadas ao equilíbrio entre trabalho e vida pessoal, incluindo a maternidade, tiveram centralidade na luta feminista. Isso envolveu a defesa de políticas de licença-maternidade remunerada, creches e flexibilidade no local de trabalho para que as mulheres pudessem conciliar suas carreiras com suas responsabilidades familiares.

Além disso, o movimento feminista trouxe a possibilidade de reconhecer a interseccionalidade da maternidade com outras formas de opressão, como raça, classe, sexualidade e capacidade. Isso envolveu a compreensão de que as experiências de maternidade podem ser moldadas por fatores sociais, econômicos e culturais diversos e que as políticas e práticas relacionadas à maternidade devem levar em conta essas interseções. Por exemplo, mulheres negras e de classes sociais menos privilegiadas podem enfrentar desafios adicionais em relação à

maternidade, incluindo acesso limitado a cuidados pré-natais de qualidade, discriminação no local de trabalho e falta de apoio social.

Concluimos que o movimento feminista não se mostrou homogêneo com relação a maternidade. Se num primeiro momento a maternidade era naturalizada pelas próprias feministas, que adotavam posturas bastante maternalistas, na chamada segunda onda a maternidade foi descrita como principal forma de dominação. Durante a segunda onda do feminismo, o chamado feminismo radical, apenas se preocupou em denunciar a maternidade e tal prática acabou por afastar o movimento do cotidiano da maioria das mulheres. Contudo, uma espécie de conciliação entre o feminismo e a maternidade foi selada a partir dos anos de 1970 com a tentativa da valorização da diferença, ou seja, a maternidade é uma fonte de poder exclusivamente feminino. Para além do debate sobre a maternidade, o movimento feminista entra no linear no século XXI com uma nova roupagem, que extrapola a ideia de diferença e, almeja defender um novo mundo onde os limites do gênero não sejam determinantes, discriminadores e muito menos excludentes. Desta forma, acredita-se que a maternidade, pensada à luz desta nova concepção, possa ser analisada como uma experiência ética plural. (Vásquez, 2014, p. 179)

Em resumo, a terceira onda do feminismo tem uma abordagem mais inclusiva e complexa, reconhecendo a diversidade de experiências das mulheres e defendendo políticas e práticas que promovam a igualdade e o bem-estar das mães em todas as suas diversidades. Ao desafiar estereótipos, promover a escolha individual e levar em conta as interseções de gênero, raça, classe e outras formas de identidade, o feminismo da terceira onda continua a ser uma força poderosa na transformação das experiências das mulheres em relação à maternidade e além.

1.3. Maternidade, múltiplas jornadas e as relações de cuidado

Scavone (2001) aborda a maternidade como um fenômeno social fortemente marcado pelas desigualdades sociais, raciais, étnicas e pela questão de gênero. Ou seja, a maternidade não atinge todas as mulheres da mesma forma, pois mesmo havendo um “modelo padrão” do que é ser mãe, a cultura e o país em que a mulher se localiza influenciam na vivência da mulher mãe.

Um fator a ser considerado é o avanço da sociedade industrial sobre a percepção de maternidade. Antes disso, nas sociedades rurais, ter filhos significava ter mão de obra qualificada para trabalhar, dessa forma haveria tantos filhos quanto a necessidade de trabalhadores na terra. A transição para uma maternidade

“moderna” como entendemos hoje deve-se a partir da lógica de sociedade industrial, onde mulheres passaram a ser mão de obra no mercado de trabalho formal e o trabalho realizado em domicílio continuou a ser realizado por elas. Resultando numa dupla responsabilidade, uma dupla jornada.

No momento em que as mulheres das famílias operárias, no séc. XIX, começaram a associar, de forma crescente, trabalho fora do lar e maternidade (leia-se, também, como trabalho no lar), instaurou-se a lógica da dupla responsabilidade, que se consolidou no séc. XX, com o avanço da industrialização e da urbanização, recebendo por parte das análises feministas contemporâneas a designação de “dupla jornada de trabalho” (Scavone, 2001, p. 49)

A experiência das mães contemporâneas é caracterizada por uma complexa rede de responsabilidades que abrangem tanto o âmbito profissional quanto o doméstico, refletindo uma realidade conhecida como "múltiplas jornadas". Esse fenômeno, que teve base na transição das sociedades rurais para a sociedade industrial, vem sendo amplamente discutido dentro dos estudos de gênero e da sociologia, descreve a situação na qual as mulheres, particularmente as mães, são confrontadas com uma sobrecarga de trabalho devido à combinação de suas responsabilidades profissionais e domésticas.

No âmbito doméstico, as mães frequentemente desempenham uma variedade de tarefas, incluindo cuidados com os filhos, administração da casa, preparação de refeições e limpeza, entre outras atividades. Além disso, muitas vezes são responsáveis pelo cuidado de membros idosos da família ou de outros parentes que necessitam de assistência, adicionando camadas adicionais de trabalho não remunerado.

No entanto, mesmo quando as mulheres também participam do mercado de trabalho, a carga de trabalho doméstico continua a recair desproporcionalmente sobre elas. Isso é resultado de normas de gênero arraigadas que atribuem às mulheres a responsabilidade pelo bem-estar da família e pelo trabalho de cuidado, independentemente de suas atividades profissionais.

Essa sobrecarga de trabalho pode ter consequências significativas para a saúde e o bem-estar das mães. A exaustão física e emocional, o estresse crônico e a falta de tempo para o autocuidado são apenas algumas das consequências

observadas. Além disso, a sobrecarga de trabalho pode impactar negativamente os relacionamentos familiares, contribuindo para conflitos conjugais e tensões parentais.

[...]ainda que uma mulher não tenha seus próprios filhos, ela é vista como naturalmente cuidadora (capaz de “maternar”), podendo e devendo empregar esse “dom” no cuidado de outras pessoas: dos pais, irmãos, sobrinhos, doentes da família, etc. Além disso, esse “cuidado” se desdobra em uma naturalização dos cuidados domésticos, cabendo a elas, também, em grande parte, até hoje, os serviços de casa. Uma mulher que não priorize o cuidado com os outros (filhos, marido, família), geralmente é julgada como egoísta, fálca e outros termos que, no uso, adquirem um caráter pejorativo. (Zanella, 2016, p.114)

Para abordar as múltiplas jornadas das mães, é necessário um esforço coletivo que envolva tanto políticas públicas quanto mudanças culturais. Políticas que promovam a licença parental remunerada, creches acessíveis e de qualidade, horários de trabalho flexíveis e uma cultura organizacional que valorize o equilíbrio entre trabalho e vida pessoal são fundamentais.

Além disso, é essencial desafiar as normas de gênero e as expectativas sociais que perpetuam a divisão desigual do trabalho doméstico e de cuidado. Isso requer um compromisso com a promoção da igualdade de gênero em todas as esferas da sociedade, reconhecendo o valor do trabalho das mães e apoiando sua participação plena e igualitária na vida profissional, familiar e comunitária.

1.4. Avanços nas políticas públicas para mulheres, mães e gestantes no Brasil no âmbito da educação

As políticas públicas que visam a superação das desigualdades sociais vêm sendo ampliadas ao longo dos últimos anos. É inegável que, no que tange às desigualdades de gênero, há uma luta constante para que os governos (federal, estaduais e municipais) busquem a melhora da vida das mulheres, pois, mesmo sendo a maioria da população brasileira, cerca de 51,5% (BRASIL, 2022), as mulheres ainda são vítimas de diversos tipos de desigualdades sociais. Por exemplo, quando falamos de mulheres em idade fértil, aquelas entre 10 e 49 anos

(30,01% da população), as políticas públicas que garantem o bem estar dessas mulheres ainda são insatisfatórias. E poucas são as leis que procuram ampliar os direitos das mulheres no âmbito da educação.

Neste subcapítulo iremos apresentar e analisar as principais políticas públicas voltadas para a maternidade nos últimos 50 anos, partindo da Lei de Licença maternidade de 1975 até a recente lei das mães cientistas promulgada em julho de 2024.

É necessário mencionar que, como base para a nossa pesquisa, iniciamos observando a primeira Constituição Brasileira de 1824, onde as mulheres não eram reconhecidas como cidadãs plenas e não possuíam direitos políticos, o que se refletia em sua exclusão das esferas formais de educação e participação pública. Foi apenas com a Lei Geral¹³, que as mulheres ganharam o direito de frequentar as escolas de nível fundamental, com o intuito de aprender ofícios para cuidar dos filhos e maridos, além de prepará-las para o cuidado da casa (Bonato, 2011).

Já em 1934¹⁴, a Constituição brasileira representou um marco tanto pela incorporação do voto feminino - ainda que de forma facultativa - quanto pela introdução de dispositivos voltados à proteção da mulher no ordenamento jurídico nacional. Foi a primeira Carta Magna a prever normas específicas relacionadas ao trabalho feminino, como o repouso antes e depois do parto, a assistência médica à gestante e a proibição do exercício de atividades insalubres. Ainda inserida em uma lógica predominantemente protetiva, e não propriamente emancipatória, essa Constituição inaugura o reconhecimento da maternidade como uma questão social e trabalhista, deslocando-a parcialmente do âmbito privado para o campo da responsabilidade estatal.

Nesse sentido, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) aprofunda e sistematiza direitos trabalhistas já existentes, ampliando a proteção à mulher trabalhadora. No que se refere à maternidade, a CLT estabelece normas relativas à licença-gestante, à estabilidade provisória e às condições específicas de trabalho.

¹³BRASIL. *Lei Geral, publicada em 15 de outubro de 1827*. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacao-original-90222-pl.html. Acesso em: 12 nov. 2024.

¹⁴ Brasil. A conquista do voto feminino. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/agencia/infograficos-html5/a-conquista-do-voto-feminino/index.html>. Acesso em: 12 nov. 2024.

Embora marcada por uma perspectiva que reforça a diferenciação entre homens e mulheres no mercado laboral, a CLT institucionaliza a proteção à maternidade como direito social, criando as bases normativas que seriam posteriormente ampliadas e reafirmadas pela Constituição Federal de 1988.

Quanto ao Ensino Superior, apenas em 1879¹⁵ as mulheres puderam ingressar nas faculdades brasileiras, ainda assim só poderiam cursar as faculdades se fossem matriculadas por seus pais ou maridos. Com o passar dos anos, as leis foram se modernizando e desenvolvendo a fim de ampliar o crescimento pessoal e profissional das mulheres, tendo o objetivo de proteção dos seus direitos. As normas apresentadas a seguir foram analisadas e selecionadas com o intuito de relacionar o direito à educação, ao trabalho e a proteção da vida das mulheres. Ressaltamos que as leis que visam a saúde da mulher ou que sejam transversais, com o objetivo de abranger toda a sociedade, não foram incluídas, pois o foco deste trabalho é analisar as políticas públicas que foram legisladas exclusivamente para mulheres.

Desse modo, montamos abaixo a seguinte tabela, que traz os seguintes dados: número da lei; data de publicação; autor da Proposta de Lei (PL) que deu origem à lei; presidente que sancionou a lei; resumo ou ementa; e por último o link de acesso a lei.

Tabela 6 - Leis de proteção às mulheres enquanto mães ou gestantes no Brasil

LEI	DATA	PROPONENTE	PRESIDENTE	RESUMO/ EMENTA	LINK
Lei nº6202	17/04/1975	Poder Legislativo	Ernesto Geisel	Atribui à estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares instituído pelo decreto-lei 1.044, de 21/10/1969 (que dispõe sobre tratamento excepcional para os alunos portadores das afecções), e dá outras providências.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6202.htm

¹⁵ BRASIL. Decreto n. 7.247, publicado em 19 de abril de 1879. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7247-19-abril-1879-547933-publicacaooriginal-62862-pe.html>. Acesso em: 12 nov. 2024.

Constituição Federal de 1988	5/10/1988	Congresso Nacional	José Sarney	Isonomia: Igualdade de todos perante a lei, sem distinção de qualquer natureza; homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, seja na vida civil, no trabalho, e na família. Legalidade: Ninguém pode ser levado a fazer o que não quer, desde que não seja obrigado por Lei. Direitos Humanos: Proibição de tortura, tratamento desumano ou degradante; Inviolabilidade da intimidade, da vida privada e da casa. Direitos e deveres individuais e coletivos: Permanência da presidiária com seus filhos durante o período de amamentação; A prática do racismo é definida como crime, sujeito à pena de reclusão, inafiançável e imprescritível. Direitos Sociais: Educação, saúde, trabalho, lazer, segurança, previdência social. Direitos Trabalhistas: Proibição de diferença de salário, admissão e função, por motivo de sexo; Licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com duração de 120 dias; Proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos;	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
------------------------------	-----------	--------------------	-------------	--	---

				Assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento, até 6 anos de idade em creches e pré-escolas. Direitos das Trabalhadoras Domésticas: Salário-mínimo, proibição da redução do salário, 13º salário, folga semanal, férias anuais remuneradas, licença à gestante de 120 dias, licença paternidade, aposentadoria, integração à previdência Social. Seguridade Social: Saúde, Previdência e Assistência Social. Família: Direitos e deveres referentes à sociedade conjugal passam a ser exercidos igualmente pelo homem e pela mulher; é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar; A família pode ser formada por qualquer dos pais e seus filhos; O prazo do divórcio diminui para 1 (um) ano, em caso de separação judicial; e para 2 (dois) anos, em caso de separação de fato; O Estado criará mecanismos para coibir a violência familiar. Direito à propriedade: A mulher passa a ter direito ao título de domínio e à	
--	--	--	--	---	--

				concessão de uso da terra, independentemente de seu estado civil, tanto na área urbana como rural.	
Lei nº 9.799	26/05/1999	Rita Camata - PMDB/ES	Fernando Henrique Cardoso	Insere na Consolidação das Leis do Trabalho regras sobre o acesso da mulher ao mercado de trabalho e dá outras providências	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9799.htm
Lei nº 10.421	15/04/2002	DEPUTADA FATIMA PELAES (PSDB/AP)	Fernando Henrique Cardoso	Estende à mãe adotiva o direito à licença-maternidade e ao salário-maternidade, alterando a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10421.htm
Lei nº 11.340	08/08/2006	Proposta por um coletivo de ONGs (Advocacy, Agende, Cepia, Cfemea, Claden/IPÊ e Themis)	Luiz Inácio Lula da Silva	Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm
Lei nº 11.770	09/09/2008	Senado Federal - Patrícia Saboya -	Luiz Inácio Lula da Silva	Cria o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença-maternidade	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007

		PDT/CE		mediante concessão de incentivo fiscal, e altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.	-2010/2008/lei/l11770.htm
Lei nº 12.318	26/08/2010	Regis de Oliveira - PSC/SP	Luiz Inácio Lula da Silva	Dispõe sobre a alienação parental e altera o art. 236 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/l12318.htm
Lei nº 14.611	03/07/2023	Sâmia Bonfim (PSol/SP)	Luiz Inácio Lula da Silva	Dispõe sobre a igualdade salarial e de critérios remuneratórios entre mulheres e homens; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2023-2026/2023/lei/l14611.htm
Lei nº 14.925	17/07/2024	Talíria Petrone (Psol-RJ)	Luiz Inácio Lula da Silva	Dispõe sobre a prorrogação dos prazos de conclusão de cursos ou de programas para estudantes e pesquisadores da educação superior, em virtude de parto, de nascimento de filho, de adoção ou de obtenção de guarda judicial para fins de adoção; e altera a Lei nº 13.536, de 15 de dezembro de 2017, para disciplinar a prorrogação dos prazos de vigência das bolsas de estudo.	https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=14925&ano=2024&ato=3ef03aE5ENZpWT08a
Lei nº 14.912	06/08/2024	Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO	Luiz Inácio Lula da Silva	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a fim de estabelecer regime escolar especial para atendimento a educandos nas situações que especifica.	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2024/lei-14952-6-agosto-2024-796032-publicacao-original-1

					72560-pl.html
Lei nº 15.069	23/12/2024	Leandre Dal Ponte PSD/PR	Luiz Inácio Lula da Silva	Institui a Política Nacional de Cuidados.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L15069.htm

Fonte: Elaboração Própria, com base em consulta aos sites das casas legislativas.

Com o presente quadro podemos identificar um progresso contínuo nas políticas públicas que têm como objetivo reduzir as desigualdades de gênero e garantir condições de proteção e igualdade de oportunidades para as mulheres. Desde o estabelecimento do acesso das mulheres à educação fundamental pela Lei Geral de 1827 até as leis mais contemporâneas que dizem respeito à igualdade salarial e à proteção da maternidade em nível superior, compreende-se que houve uma evolução legislativa no Brasil. Assim, essas normas representam uma resposta progressivamente construída pelo poder público às demandas dos movimentos sociais femininos para as mulheres e mães ao longo da história, que, por exemplo, propiciaram sua proteção laboral, acesso à educação superior e ações contra a violência doméstica.

As legislações brasileiras contemporâneas têm procurado proteger mulheres em situações concretas, como a prorrogação dos prazos acadêmicos para as estudantes gestantes ou que possuem filhos. A Constituição de 1988 se estabelece como um marco em que se estabelece a isonomia entre os gêneros e os direitos trabalhistas e sociais que respeitam a dignidade feminina, tais como a licença-maternidade e os direitos no âmbito doméstico. No entanto, ressaltamos que há lacunas legislativas, no que tange às políticas de garantia da educação e proteção de mulheres e mães abrangente, as quais ainda demandam ações do poder público.

Conclui-se que, embora o arcabouço legal seja robusto e abrangente, há necessidade de fortalecer a implementação prática dessas leis e ampliar a abrangência das políticas públicas para cobrir todos os aspectos da vida das mulheres, promovendo, assim, uma sociedade mais justa e igualitária.

2. UNIVERSIDADE, MATERNIDADE E AS MUDANÇAS NO BRASIL NAS ÚLTIMAS TRÊS DÉCADAS

2.1. Breve revisão de literatura

Este capítulo apresenta uma análise a partir da pesquisa bibliográfica realizada para esta tese. Um dos nossos objetivos é compreender como o campo de pesquisa sobre maternidade e Universidade ganhou novos contornos ao longo dos últimos anos, trazendo novos atores (Abreu, 2018) não apenas movimentos sociais, como também novas pesquisas em diversas áreas acadêmicas. Dessa forma, iniciamos a pesquisa identificando as principais categorias descritivas como: maternidade e Universidade; Acesso à pós-graduação; maternidade e Políticas Públicas; maternidade e Cuidado; e maternidade e Trabalho.

O recorte temporal definido para este levantamento abrange o período de 1974 a 2024. O ano de 1974 marca a publicação do primeiro texto localizado que discute a pós-graduação brasileira no âmbito da temática estudada, não tendo sido encontrados trabalhos anteriores que tratam dessas questões. Já o limite em 2024 foi estabelecido por razões metodológicas e práticas: ao longo do processo de escrita da tese, novos textos continuaram sendo publicados, mas a definição desse marco temporal permitiu dar consistência e fechamento ao corpus, evitando uma atualização infinita da base documental. Ainda assim, reconheço que a produção acadêmica segue em expansão e que estudos posteriores a 2025 contribuem para aprofundar o debate, podendo ser retomados em futuras análises.

O passo seguinte foi identificar qual seria a melhor abordagem para compreender tais discussões. Fizemos então uma busca que visou mapear a temática e facilitar na busca por abordagens teóricas e metodológicas sobre o tema buscado. Dessa forma, utilizamos como buscador o site Google Acadêmico, que dá acesso aos sites Scielo e aos repositórios das bibliotecas universitárias, e também pelo portal de periódicos Capes. Nesses sites foram encontrados 78 textos, através das categorias descritivas abaixo:

Tabela 3 - Categorias descritivas para identificação das temáticas das publicações, por número de ocorrências (1974-2024)

Categoria descritivas	Recorrência
Maternidade e Universidade	40
Acesso à pós-graduação	24
Maternidade e Políticas Públicas	6
Maternidade e Cuidado	6
Maternidade e Trabalho	2
Total	78

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do levantamento bibliográfico.

Os dados apresentados representam a frequência das temáticas nas escritas acadêmicas dentro dos termos relacionados. Os dois temas que mais obtiveram escritas foram: "Acesso à pós-graduação" e "maternidade". Sendo essas temáticas aplicadas a diferentes contextos como cuidado, políticas públicas, universidade e trabalho. A análise dessas categorias foi utilizada para identificar as prioridades ou interesses predominantes em pesquisas realizadas por diferentes pesquisadores ao longo dos anos. Mostrando que o termo de maior frequência foi **“maternidade e Universidade”** com 40 textos.

Além das publicações analisadas, é importante destacar a existência de coletâneas que se dedicam à temática da maternidade no contexto universitário. Entre elas, encontram-se obras como: “Por onde andamos? Experiências e perspectivas das múltiplas maternidades nas universidades” (Moura et al., 2023) e “Maternidades plurais: os diferentes relatos, aventuras e oceanos das mães cientistas na pandemia” (Soares et al., 2020). Essas coletâneas reúnem relatos de mães estudantes e cientistas, evidenciando diferentes experiências e vivências dentro do ambiente acadêmico.

Como essas obras contêm muitos artigos e relatos, decidiu-se não as incluir nesta breve revisão de literatura. Essa delimitação visa garantir maior objetividade e foco na análise dos textos selecionados, sem perder de vista a relevância dessas coletâneas para o aprofundamento da discussão sobre maternidade e universidade.

As demais publicações são apresentadas em diversos tipos de textos como: artigos; teses de doutorado; dissertações de mestrado; monografias e trabalhos de conclusão de curso de graduação; e monografia de especialização.

Tabela 4 - Tipos de textos de publicados (1974 - 2024)

Tipo de publicação	Quantidade
Artigo	40
Dissertação	20
TCC	12
Tese	5
Total	77

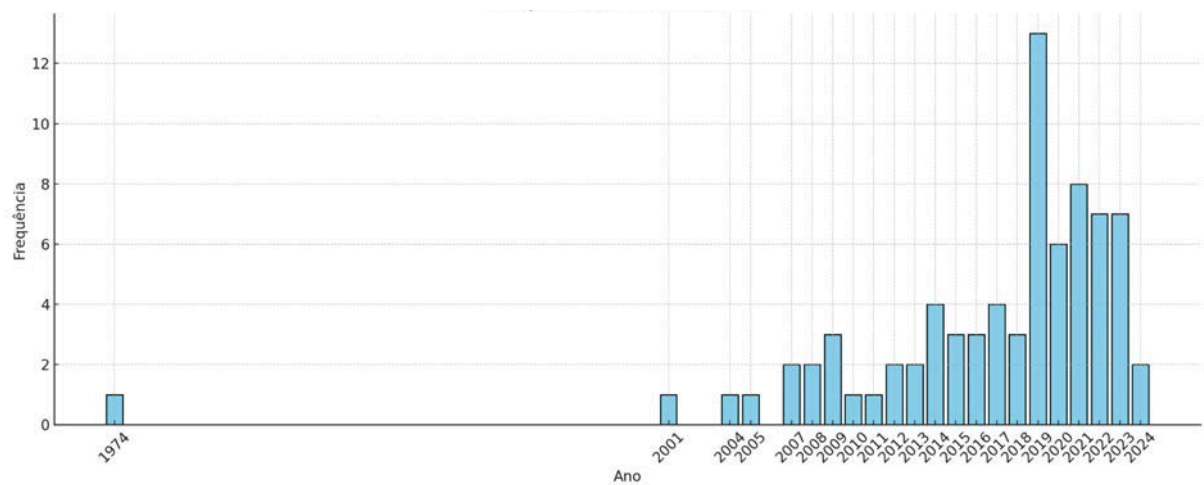
Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do levantamento bibliográfico.

Como podemos observar a maior incidência de publicações se dá em artigos e em dissertações, seguidos de trabalhos de conclusão de curso. Acreditamos que tais publicações estejam situadas em maior número de artigos pela facilidade de publicação em revistas, em dossiês e outros meios digitais, que não exigem tanto tempo de dedicação para que os artigos sejam publicados. Outro aspecto que veremos mais a frente é que a maioria dos textos encontrados foi produzido por mulheres, o que demonstra uma possível proximidade com o tema e a vida pessoal das autoras, que pode ser observado no escopo dos textos analisados.

Para entender com mais profundidade como o tema vem sendo estudado ao longo do tempo, é importante observarmos em quais períodos os textos foram publicados e quais fatores políticos e sociais podem ter favorecido o surgimento de novas escritas nas áreas encontradas.

Podemos destacar que os anos entre 2019 e 2021 foram os que mais trouxeram publicações. Como podemos no gráfico abaixo:

Gráfico 5 - Número de publicações por ano de publicação (1974-2024)



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do levantamento bibliográfico.

O crescimento de trabalhos vinculados a maternidade e universidade, se deu após o ano de 2009, o que podemos atribuir, entre outros fatores, à criação do Plano Nacional de Assistência Estudantil (Brasil, 2010), que abre a possibilidade para o Auxílio Educação Infantil implementado em várias universidades nos anos seguintes e fornecendo bases para a luta política dos movimentos maternos estudantis (Corrêa, 2023; 2024; Silva, 2024) e para as pesquisas que viriam a seguir.

Outro fator importante de análise são as áreas de pesquisa em que esses textos foram publicados. Vemos, com a tabela abaixo, que a maior incidência se dá em textos na área da Educação, seguida pela Psicologia. Outras áreas de pesquisa que apareceram com mais frequência foram as áreas de Avaliação, Serviço Social e Políticas Públicas.

Tabela 5- Área de Pesquisa por incidência de publicações (1974-2024)

Área de Pesquisa	Incidência
Educação	43
Psicologia	6
Avaliação	4
Serviço Social	4

Políticas Públicas	3
Sociologia	2
Administração	2
Ações Afirmativas	1
História	1
Linguagem e Comunicação	1
Psicossociologia	1
Economia	1
Interdisciplinar	1
Terapia Ocupacional	1
Humanidades	1
Ciências Sociais	1
Letras	1
Antropologia	1
Enfermagem	1
Educação Médica	1
Direito	1
Administração Pública	1
Linguística Aplicada	1

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do levantamento bibliográfico.

A partir dos dados levantados na revisão de literatura, procuramos posteriormente por referências a políticas de permanência estudantil. Localizamos dentro dos 78 textos levantados anteriormente, cerca de 47 textos que falam exclusivamente da perspectiva das mães universitárias em diferentes contextos sociais no Brasil.

2.2 - Revisão de literatura: maternidade e universidade

O presente estudo se faz necessário a partir do momento em que percebemos que a temática da maternidade e universidade, que antes era uma das mais recentes no campo da educação, tornou-se nos últimos 21 anos um tema bastante pesquisado no Brasil. Os trabalhos encontrados em nossa revisão de literatura abrangem desde estudos específicos dentro de Universidades, que chamamos de estudos de caso, até trabalhos que buscam compreender as questões sociais e políticas que abrangem as estruturas de manutenção de poder das classes através da dominação de gênero.

A produção dos trabalhos acadêmicos nessa temática segue o mesmo padrão de escrita, apontando como a vivência das mulheres em relação com os estudos universitários podem ser dificultados quando adicionados ao fator maternidade. Por mais interseccionalidades que venham ter essas mulheres, quando o fato de ser mãe se junta a sua vivência as demandas e cobranças se intensificam, levando até mesmo à desistência dos cursos de graduação e pós-graduação.

2.2.1. Artigos

Nesta parte do texto serão apresentados e analisados artigos que discutem a relação entre maternidade e ensino superior, contemplando diferentes perspectivas e contextos de investigação. Os trabalhos reunidos abordam desde as dificuldades cotidianas de conciliar estudo, cuidado e trabalho até as lacunas das políticas institucionais voltadas às estudantes-mães, como a licença-maternidade e a oferta de creches universitárias. Também aparecem estudos que problematizam os impactos históricos e interseccionais da maternidade sobre o acesso e a permanência no espaço acadêmico, bem como pesquisas que destacam a atuação de coletivos de mães como formas de resistência. A análise desse conjunto de produções permite identificar tendências comuns, desafios persistentes e caminhos possíveis para a construção de políticas públicas e institucionais mais efetivas e inclusivas.

Conciliação maternidade–estudo–trabalho

Dentre os trabalhos encontrados, o artigo de Amorim (2012) apresenta uma pesquisa descritiva e qualitativa sobre os desafios enfrentados por mães universitárias do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), Campus Clóvis Moura. A autora foca nas estudantes que são simultaneamente mães, esposas e trabalhadoras, especialmente aquelas com filhos de 0 mês a 1 ano — fase que demanda cuidados mais intensos. Por meio de questionários e entrevistas, o estudo identificou que a maternidade, somada às responsabilidades conjugais e profissionais, afeta diretamente a qualidade da formação dessas mulheres. Muitas enfrentam dificuldades para conciliar suas múltiplas jornadas, o que compromete o rendimento acadêmico. Ainda assim, foi observado que algumas mães optam por não usufruir da licença-maternidade, a fim de evitar atrasos na conclusão do curso, demonstrando grande autodeterminação. O artigo conclui que, embora existam adversidades significativas, a força de vontade e o comprometimento dessas mães universitárias são decisivos na superação dos obstáculos e na continuidade de sua trajetória acadêmica.

O artigo Fiorin et al (2014) analisa como mulheres compreendem o trabalho remunerado e como conciliam essa dimensão com a maternidade. A pesquisa, de base qualitativa, foi realizada com sete mulheres, algumas com filhos e outras sem, e os dados foram analisados por meio da técnica de análise de conteúdo. Os resultados foram organizados em duas categorias principais: o significado do trabalho e a relação entre trabalho e maternidade. As participantes relataram que o trabalho é uma importante fonte de independência financeira, crescimento emocional e ampliação das relações sociais. No entanto, também identificaram que a maternidade representa, muitas vezes, um sacrifício em suas trajetórias profissionais, devido às exigências de cuidado que recaem predominantemente sobre elas. A sobrecarga de tarefas e a falta de divisão equitativa das responsabilidades domésticas foram apontadas como barreiras ao desenvolvimento de suas carreiras. O estudo conclui que a construção de uma divisão mais igualitária das tarefas no lar é essencial para que as mulheres possam exercer a maternidade sem renunciar a seu crescimento profissional.

Os autores Moraes et al. (2021) investigam os impactos da maternidade e paternidade na trajetória acadêmica de estudantes de Medicina, destacando que, apesar das dificuldades enfrentadas, como a sobrecarga de responsabilidades e a escassez de apoio institucional, esses estudantes demonstram orgulho em conciliar

seus papéis familiares e acadêmicos. O estudo revela que, mesmo percebendo prejuízos em seu rendimento, especialmente nos semestres iniciais, os alunos com filhos podem alcançar desempenho igual ou superior ao dos colegas sem filhos ao final do curso, reforçando a importância das redes de apoio e da implementação de políticas institucionais mais acolhedoras nas universidades. Igualmente a Prates e Gonçalves (2019), onde os autores analisam a experiência de estudantes que vivenciam a maternidade durante a graduação em Pedagogia, evidenciando os múltiplos desafios enfrentados para conciliar as exigências acadêmicas com os cuidados maternos. A pesquisa, baseada em entrevistas e dados institucionais, mostra que a licença-maternidade oferecida pela universidade não garante uma pausa efetiva, já que as estudantes continuam recebendo atividades domiciliares. E constatam que mesmo com todas as barreiras e adversidades, muitas conseguem resistir e persistir nos estudos, sendo que 91,16% das mães que engravidaram no curso conseguiram concluí-lo.

Salgado (2019), analisa os impactos da conciliação entre maternidade, vida acadêmica e atuação profissional na qualidade de vida de mulheres que vivenciam a tripla jornada. A autora parte de uma revisão histórica sobre a evolução do papel feminino na sociedade e discute o conceito de “qualidade de vida”, utilizando-se de um questionário fechado da Organização Mundial da Saúde, complementado por três perguntas abertas, de modo a captar tanto dados objetivos quanto percepções subjetivas. Os resultados revelam que nenhuma das participantes alcançou pontuação superior a 67,4% no índice de qualidade de vida, sendo que quanto mais próximo de 100%, maior a satisfação. A pesquisa demonstra que, apesar dos avanços nas conquistas femininas, as mulheres que acumulam essas três funções enfrentam níveis consideráveis de sobrecarga física, emocional e mental, além de deficiências no suporte institucional e social. O estudo reforça a necessidade de políticas públicas e iniciativas institucionais voltadas ao acolhimento e apoio dessas mulheres para promover uma vida mais equilibrada e com maior bem-estar.

Silva e Agapito (2021) investigam os desafios enfrentados por mulheres que conciliam a maternidade com a trajetória no ensino superior, especificamente no município de Joinville/SC. A pesquisa, fundamentada em estudos de gênero e interseccionalidade, teve como objetivo principal identificar as demandas e obstáculos vivenciados por mães-estudantes no acesso e na permanência em instituições de ensino superior públicas e privadas. Os autores também buscaram

fomentar o debate sobre a inclusão dessas mulheres no meio acadêmico e reivindicar o desenvolvimento de políticas públicas e ações institucionais voltadas à garantia do seu direito à educação. A metodologia utilizada foi a pesquisa de levantamento, com a aplicação de um questionário online respondido por 35 mães-estudantes. Os dados evidenciaram que as principais dificuldades enfrentadas por essas mulheres incluem a conciliação entre estudo, trabalho e cuidado dos filhos, a ausência de apoio institucional, barreiras financeiras, o distanciamento prévio do ambiente escolar e a inexistência de estruturas como creches universitárias.

A análise apresentada por Araújo e Ibarra (2019) evidencia os desafios enfrentados por mulheres-mães na busca por acesso e permanência na educação superior, com foco na realidade das estudantes da Universidade de Brasília (UnB) a partir de 2016. O estudo parte de uma abordagem crítica e interseccional, tratando as “universitárias-mães” como um grupo marcado por condicionalidades específicas de gênero, maternidade e, muitas vezes, raça. A pesquisa foi realizada por meio de análise documental, incluindo podcasts, publicações em redes sociais e sites institucionais, aliada a entrevistas e revisão bibliográfica. Os resultados indicam que a permanência dessas mulheres na universidade é ameaçada por uma série de fatores estruturais, culturais e institucionais, como a ausência de políticas de acolhimento, infraestrutura inadequada e desvalorização das demandas específicas da maternidade.

A conciliação entre maternidade, estudos e trabalho configura-se como um dos principais dilemas vivenciados pelas mulheres no ensino superior. As pesquisas analisadas apontam de forma convergente para a presença de sobrecarga física, emocional e mental, associada à ausência de apoio institucional e familiar, além de barreiras estruturais que dificultam a permanência. Evidencia-se a resiliência dessas estudantes, que em muitos casos conseguem concluir seus cursos, embora esse percurso seja marcado por intensos desgastes pessoais e acadêmicos.

Creches e a Permanência de mães

A presença ou ausência de creches universitárias emerge nos artigos analisados como um dos fatores centrais para a permanência de mães no ensino superior. Os estudos destacam que, embora algumas instituições tenham avançado na criação desses equipamentos, sua função ainda se mostra frágil, marcada por

vínculos institucionais pouco consolidados e por restrições de acesso, muitas vezes limitadas apenas à comunidade acadêmica. A literatura aponta que a falta de creches representa um dos principais motivos de evasão ou atraso nos estudos, uma vez que o cuidado infantil recai quase exclusivamente sobre as mães. Nesse sentido, os artigos convergem ao defender a implementação e ampliação das creches como medida indispensável de equidade, reconhecendo-as não apenas como espaços de assistência, mas como dispositivos acadêmicos e políticos fundamentais à garantia do direito à educação das mulheres-mães e ao desenvolvimento pleno de suas trajetórias acadêmicas.

Em Raupp (2004) vemos o papel das creches em instituições federais de ensino superior à luz da Constituição de 1988 e da LDB de 1996. Por meio de questionários respondidos por 88% das unidades e entrevistas em três delas, a autora identifica que essas creches evoluíram de espaços assistenciais a campos significativos de ensino, pesquisa e extensão. No entanto, observa dilemas persistentes, como vínculos institucionais frágeis (muitas vinculadas às pró-reitorias ou setores administrativos, não à área de educação), restrições no atendimento (frequentemente apenas para a comunidade acadêmica), e desafios para definir uma identidade acadêmica plena. O estudo conclui que, apesar do avanço histórico e da contribuição educacional, as creches universitárias ainda precisam consolidar sua função como espaços integrados à missão universitária.

A importância da creche também pode ser vista em Dias e Soares (2019), onde a creche universitária é categorizada como um equipamento público essencial à garantia do direito das mulheres-mães e de suas crianças, especialmente no contexto das universidades públicas. O artigo analisa o texto do PNAES, investigando de que maneira esse programa contribui para o acesso e permanência de estudantes que são mães no ensino superior. Com base em aportes teóricos, documentais e empíricos, a pesquisa foi realizada com dezesseis mulheres, estudantes de três cursos majoritariamente femininos do Centro de Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), todas com filhos entre 0 e 6 anos. Os dados revelam que a ausência de creches universitárias impacta negativamente a trajetória acadêmica das mães, sendo um fator de evasão ou atraso nos estudos. As autoras concluem que a implementação efetiva de creches nas universidades públicas é uma medida fundamental para a permanência dessas mulheres na

universidade, garantindo condições mínimas de equidade e dignidade no processo de formação acadêmica.

A pesquisa de Urpia e Sampaio (2011) aborda os desafios enfrentados por jovens universitárias que se tornam mães durante o percurso acadêmico. A pesquisa, baseada em uma dissertação de mestrado em Psicologia, revela como essas mulheres lidam com a conciliação entre maternidade e vida acadêmica, enfrentando barreiras históricas e culturais que dificultam sua permanência e sucesso na universidade. As autoras destacam a necessidade de políticas institucionais que ofereçam suporte efetivo, como creches universitárias e flexibilização curricular, para garantir a inclusão e a equidade de gênero no ensino superior.

Da mesma forma, o artigo de Pessanha (2023), também investiga os impactos da maternidade na trajetória acadêmica de mulheres durante o ensino superior, com foco nas dificuldades enfrentadas para conciliar os estudos com o cuidado dos filhos. A autora destaca a urgência de políticas públicas voltadas especificamente para mães universitárias, como a ampliação de creches em universidades, maior flexibilidade acadêmica, disponibilização de informações claras sobre o direito à licença-maternidade, sua extensão para mães de bebês prematuros e ações de capacitação de professores para lidarem com a temática da maternidade no ambiente universitário.

Conclui-se, portanto, que as creches universitárias ocupam lugar estratégico nas políticas de permanência, mas que carecem de consolidação como direito garantido nas instituições de ensino superior. Os artigos analisados demonstram que a ausência desses equipamentos compromete diretamente a trajetória acadêmica das mães, gerando evasão, atrasos e sobrecarga, enquanto sua presença fortalece não apenas a permanência, mas também a produção acadêmica e o compromisso social da universidade. Os artigos apontam que a ampliação e efetivação das creches devem ser entendidas como medida prioritária para a equidade de gênero no ensino superior, articulando cuidado infantil, inclusão e direito à educação.

Pós-graduação e maternidade

No contexto da pós-graduação, os artigos analisados evidenciam que a maternidade representa um desafio complexo para a permanência e o desempenho

acadêmico das estudantes. As pesquisas apontam que, embora tenha havido avanços normativos, como a garantia formal da licença-maternidade, sua aplicação prática continua limitada, com pouca adesão por parte dos programas. Além disso, a sobrecarga de responsabilidades, a ausência de políticas de acolhimento efetivas e a escassez de infraestrutura adequada intensificam as dificuldades enfrentadas pelas pós-graduandas. Nesse cenário, ganha relevância a atuação dos coletivos de mães universitárias, que se consolidam como espaços de resistência, apoio mútuo e reivindicação de direitos, tensionando as instituições e trazendo visibilidade às demandas específicas desse grupo no âmbito do *stricto sensu*.

Podemos observar que no texto de Garrido et al. (2017), a discussão do direito à licença-maternidade no âmbito da pós-graduação *stricto sensu*, entre os campos das políticas públicas e do sistema de avaliação dos programas de pós das universidades brasileiras. As autoras destacam o aumento no número de mulheres em idade fértil na pós-graduação e como esse aumento culminou no processo de ampliação do direito à licença maternidade das estudantes, mas salientam que mesmo com a ampliação garantida em lei, houve pouca aderência dos Programas e Universidades o que resulta em um desgaste emocional, físico e até mesmo acadêmico das mães pós-graduandas.

O artigo de Jaques et al. (2023), apresenta uma investigação qualitativa sobre as experiências de estudantes-mães em programas de pós-graduação *stricto sensu* na área de Ciências Contábeis no Brasil. O estudo buscou compreender os impactos da maternidade na vida acadêmica dessas mulheres, focando em questões de desempenho, permanência e percepções individuais. Os resultados evidenciaram que a maternidade impõe desafios significativos à trajetória acadêmica das estudantes, como a sobrecarga de responsabilidades e dificuldades em conciliar atividades acadêmicas com o cuidado dos filhos. Apesar das adversidades, as participantes demonstram resiliência e desejo de continuidade nos estudos, ainda que enfrentem barreiras institucionais e estruturais à sua permanência e desempenho nos programas.

Já Corrêa et al. investigam a historicidade da maternidade como destino natural das mulheres e sua influência na exclusão feminina do ensino superior por séculos. Por meio de revisão teórica, os autores destacam como narrativas tradicionais, que vinculam natureza, raça e classe à maternidade, reforçam barreiras

à permanência de mães negras na universidade. Ressalta-se ainda a mobilização de coletivos de mães universitárias (como o CMUFRJ), que têm organizado ações de apoio, grupos virtuais e projetos de extensão para reivindicar políticas institucionais capazes de garantir acesso, permanência e inclusão dessas estudantes.

Conclui-se que, na pós-graduação, a maternidade impõe desafios significativos à permanência e ao desempenho acadêmico das estudantes. Apesar dos avanços legais, como a previsão da licença-maternidade, a efetiva implementação dessas políticas ainda é limitada, refletindo um descompasso entre legislação e prática institucional. As barreiras estruturais, associadas à sobrecarga de responsabilidades familiares e acadêmicas, evidenciam a necessidade de políticas específicas que considerem a realidade das mães no *stricto sensu*. Acrescenta-se, a emergência de coletivos de mães universitárias reforça a importância de espaços de apoio e mobilização, capazes de promover visibilidade, acolhimento e a reivindicação de direitos, contribuindo para a construção de uma pós-graduação mais inclusiva e equitativa.

Desta forma, a análise dos artigos evidencia que as estudantes-mães no ensino superior enfrentam múltiplos obstáculos estruturais, institucionais e culturais que atravessam suas trajetórias acadêmicas. Entre os principais desafios identificados nas pesquisas, destacam-se a difícil conciliação entre estudo, maternidade e trabalho, a ausência ou insuficiência de políticas de apoio como creches universitárias e flexibilização curricular, além da fragilidade na implementação da licença-maternidade tanto na graduação quanto na pós-graduação. Esses fatores se somam a barreiras históricas e interseccionais relacionadas a gênero, classe e raça, que aprofundam desigualdades e colocam em risco o acesso, a permanência e a conclusão dos cursos pelas mães universitárias.

Apesar desse quadro adverso, os artigos também revelam importantes estratégias de resistência e resiliência. Muitas estudantes persistem em seus estudos mesmo diante da sobrecarga, alcançando a conclusão de seus cursos. Observa-se a atuação crescente de coletivos de mães universitárias, que se consolidam como espaços de acolhimento e reivindicação de direitos, contribuindo para tensionar as instituições e ampliar o debate sobre políticas de permanência. Nesse sentido, os estudos apontam que, embora haja avanços normativos e experiências de apoio, ainda persiste um descompasso entre a legislação e a

prática, o que reforça a necessidade urgente de políticas públicas e institucionais efetivas que garantam condições mínimas de equidade no ensino superior.

2.2.2. Trabalhos de Conclusão de Curso

As produções de TCC recentes discutem sobre a temática que evidencia que a maternidade, quando vivida em conjunto com a experiência universitária, se torna um marcador de desigualdade que atravessa dimensões sociais, econômicas e simbólicas da vida acadêmica. As autoras desses trabalhos, em sua maioria mulheres, têm articulado perspectivas feministas, interseccionais e autobiográficas para refletir sobre a forma como o cuidado, o tempo e o espaço universitário se entrelaçam. Assim, a literatura revisada não apenas denuncia as lacunas institucionais e a ausência de políticas específicas, mas também revela as formas de resistência, solidariedade e produção de conhecimento engendradas por essas estudantes no cotidiano universitário.

Os trabalhos aqui reunidos, desenvolvidos entre 2016 e 2023, oferecem um panorama abrangente sobre o tema da maternidade e permanência universitária. Embora partam de diferentes contextos e enfoques teóricos, todos compartilham a preocupação com o reconhecimento das estudantes-mães como sujeitos de direitos e com a urgência de políticas públicas e institucionais que garantam sua permanência e progressão acadêmica. A seguir, esses estudos foram agrupados por temáticas convergentes, a fim de evidenciar as principais tendências e contribuições da produção científica sobre o tema.

Vivências e reflexões autobiográficas sobre maternidade e universidade

O trabalho de Viana (2016) apresenta uma produção de caráter autobiográfico e reflexivo que articula vivência pessoal e análise acadêmica a partir da trajetória da própria autora como estudante-mãe na UnB. O TCC propõe uma reflexão sobre a importância de políticas públicas específicas, como a criação de creches, flexibilização curricular e suporte emocional, que permitam às estudantes-mães permanecerem na universidade e exercerem plenamente seu direito à educação.

Violências simbólicas, desigualdades de gênero e invisibilização institucional

Em Gaspar (2019) também vemos como a vivência da maternidade durante a trajetória universitária é atravessada por violências simbólicas e estruturais de

gênero. A pesquisa, baseada em entrevistas com mães universitárias da UFRGS, evidencia a precariedade do apoio institucional, especialmente em relação à educação infantil, e denuncia a invisibilização desses estudantes. O trabalho propõe uma reflexão crítica sobre a necessidade de políticas de permanência que considerem o cuidado como eixo central da inclusão.

Ribeiro (2016) aborda, com base em uma perspectiva feminista e histórico-estrutural, os entraves vividos por alunas-mães do curso de Serviço Social da Universidade de Brasília que concorrem com a maternagem, as demandas acadêmicas e familiares, em especial aquelas com filhos de 0 a 12 anos. Utilizando questionários online e fundamentada em dados institucionais e discussões sobre assistência estudantil, gênero, patriarcado e políticas públicas, Ribeiro identifica que as estudantes-mães enfrentam dupla jornada, discriminações raciais e classistas, invisibilidade institucional e escassez de auxílios adequados. O trabalho ressalta o papel dos movimentos sociais e da mobilização estudantil na luta por programas de suporte, destacando a importância de conscientizar essas mulheres acerca de seus direitos e da atuação da universidade como agente promotor de equidade. Conclui-se que, sem a implementação de políticas específicas, como creches, bolsas, flexibilização acadêmica e orientação institucional, a permanência dessas alunas está ameaçada, evidenciando a urgência de uma abordagem interseccional frente às desigualdades de gênero, raça e classe no ambiente universitário.

Políticas institucionais e assistência estudantil

O TCC de Rocha (2017) analisa como as políticas de assistência estudantil das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) tratam a maternidade, demonstrando que a oferta de creches, embora importante, não supre todas as necessidades das estudantes-mães. A pesquisa denuncia a ausência de uma abordagem integrada de gênero e cuidado, revelando como as políticas ainda desconsideram as especificidades da maternidade no contexto acadêmico.

Tauil (2019) destaca a escassez de políticas públicas que ofereçam suporte adequado a esse grupo. A autora analisa a legislação vigente, as normativas institucionais e a presença da temática nas bases de dados acadêmicas, identificando lacunas significativas no apoio institucional. A pesquisa sugere a implementação de ações como a criação de creches universitárias, a disponibilização de salas de amamentação, a priorização de vagas em alojamentos

e restaurantes universitários, além da elaboração de materiais informativos sobre os direitos das estudantes-mães.

Igualmente ao trabalho de Tauil, Zago (2021) investiga os desafios enfrentados por estudantes-mães que engravidaram durante o contexto universitário. A pesquisa identifica a escassez de políticas públicas adequadas e destaca a importância de ações como creche universitária, espaços de amamentação, assistência psicológica e financeira, além de fraldários e espaços recreativos. O estudo enfatiza a necessidade de repensar a universidade para acolher essas estudantes e evitar o abandono escolar.

Interseccionalidade: raça, gênero e maternidade na universidade

Silva (2021) investiga as experiências de mulheres negras, mães e estudantes provenientes da diáspora africana na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). A pesquisa, de abordagem qualitativa e etnográfica, destaca os desafios enfrentados por essas mulheres para conciliar maternidade e vida acadêmica, evidenciando a carência de políticas institucionais que atendam às suas necessidades específicas. O estudo também valoriza iniciativas como a “Faculdade das Crias”, que busca oferecer suporte às estudantes-mães negras, promovendo maior inclusão e permanência no ambiente universitário.

Lourenço (2022) realizou uma revisão de escopo com 15 artigos publicados entre 2012 e 2021, investigando os principais obstáculos que mulheres negras enfrentam ao tentar conciliar estudos universitários e maternidade. O estudo identificou três categorias centrais: (1) discriminação e falta de representatividade no ambiente acadêmico; (2) rede de apoio insuficiente, perpassando por paternidade negligente e machismo; e (3) restrições de acesso a recursos essenciais como apoio financeiro, material e transporte, além de desconhecimento de direitos. Concluiu-se que a sobreposição de papéis e desigualdades estruturais cria uma jornada acadêmica permeada por vulnerabilidades, destacando a urgência de políticas públicas e institucionais que reconheçam, acolham e promovam a continuidade dessas mulheres no ensino superior.

Abreu (2018) analisa, a partir de uma perspectiva sociológica e interseccional, os desafios enfrentados por jovens mães universitárias para permanecerem na

educação superior pública. A autora mostra como a maternidade, especialmente quando vivida na juventude e em contextos de vulnerabilidade socioeconômica, impacta profundamente a experiência universitária das mulheres. A pesquisa destaca que essas estudantes enfrentam inúmeras barreiras estruturais, como ausência de políticas específicas, falta de creches e suporte institucional, sendo forçadas a construir estratégias de sobrevivência e resistência com apoio familiar (sobretudo materno e feminino), redes de solidariedade e militância. A autora também denuncia a invisibilidade das mães universitárias nos debates institucionais e acadêmicos, apontando a urgência de políticas públicas que garantam a permanência dessas mulheres na universidade. O trabalho finaliza propondo medidas práticas, como criação de protocolos de acolhimento e espaços de cuidado infantil, que contribuam para a equidade de gênero e justiça social dentro das instituições de ensino superior.

Experiências, redes de apoio e estratégias de permanência

Lídia (2020) utilizou da pesquisa qualitativa, com abordagem descritiva e exploratória, para investigar as experiências de cinco estudantes-mães universitários com idades entre 19 e 29 anos, cujos filhos tinham entre 3 meses e 6 anos. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, e a análise seguiu a técnica de análise de conteúdo temática de Bardin. A pesquisa identificou três categorias principais: (1) "Hoje eu sou uma mãe universitária" – trajetórias das mães estudantes na intersecção das vivências da maternidade e demandas acadêmicas; (2) "Sinto que não estou sendo nem boa mãe, nem boa estudante" – dificuldades de conciliar a vida acadêmica com a maternidade; e (3) "Se não fosse a minha rede de apoio eu não estaria conseguindo" – possibilidades e permanência universitária. Os resultados evidenciaram a necessidade urgente de políticas públicas e ações institucionais que promovam a permanência das mães estudantes na universidade, considerando as especificidades de sua vivência e os desafios enfrentados.

Corrêa (2023) investiga o lugar ocupado pelas estudantes que são mães na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com foco na atuação dos movimentos materno-universitários na instituição. A pesquisa se fundamenta em epistemologias feministas e na metodologia da memória e da experiência, articulando relatos, entrevistas e discursos que constroem a memória social dos

coletivos de mães universitárias. A pesquisa aponta que esses movimentos denunciam a negligência institucional em relação às mães universitárias e que ajudam na construção de alternativas coletivas de apoio e visibilidade no espaço acadêmico, ressignificando a maternidade como força política e reivindicatória dentro da universidade.

2.2.3. Dissertações

Nas últimas décadas, a produção acadêmica sobre maternidade e permanência estudantil nas universidades brasileiras se ampliou, abordando como desigualdades de gênero, classe e raça impactam o ensino superior. As dissertações encontradas mostram que mães universitárias enfrentam desafios estruturais e simbólicos, como falta de apoio institucional e exclusão velada. Os estudos reconhecem a maternidade como fator que redefine a relação com a universidade e destacam a necessidade de revisão das práticas institucionais. As pesquisas foram agrupadas por temática, evidenciando articulações com perspectivas feministas interseccionais e críticas para compreender e tensionar as condições de vida e de estudo das mulheres-mães no espaço acadêmico.

Políticas de Assistência Estudantil e Permanência Universitária

Soares (2021) analisa a eficácia da assistência estudantil da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) em garantir o direito à educação para alunas de graduação que também são mães. A pesquisa indica que a maternidade continua a ser um desafio significativo na trajetória acadêmica e profissional das mulheres, agravado pela interseção de fatores como o patriarcado, o racismo e o capitalismo. Apesar de reconhecer a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) como um importante avanço, a dissertação conclui que é fundamental ampliar o debate e aumentar o financiamento para que as políticas de assistência possam, de fato, apoiar a maternidade e assegurar o direito à educação pública de qualidade para esse grupo.

Figueiredo (2019) analisa como as políticas de assistência estudantil, especialmente o auxílio-creche, influenciam na permanência de alunas da Universidade Federal de Alfenas que conciliam a maternidade com a graduação. A

autora utiliza uma abordagem qualitativa, por meio de entrevistas e análise documental, para compreender os desafios enfrentados por essas estudantes e a efetividade das políticas institucionais voltadas a esse público. Os resultados mostram que, embora o auxílio-creche represente uma importante estratégia de permanência, ainda existem limitações como a baixa oferta de vagas, insuficiência de recursos e ausência de políticas específicas para as mães universitárias. A pesquisa evidencia a importância de ampliar e aprimorar as ações da assistência estudantil, considerando as demandas específicas das estudantes-mães, para garantir maior equidade no acesso e permanência no ensino superior.

Saalfeld (2019) investiga os desafios enfrentados por estudantes e mães na Universidade Federal do Rio Grande (FURG), enfocando as barreiras que dificultam a conciliação entre a maternidade e a vida acadêmica. A partir de uma abordagem qualitativa, com entrevistas em profundidade realizadas com cinco alunas mães, a pesquisa evidencia que, embora existam políticas de assistência estudantil que oferecem auxílios financeiros e bolsas, elas não contemplam adequadamente as necessidades específicas dessas mulheres. A autora destaca a urgência de repensar essas políticas, sugerindo a criação de ações específicas que considerem as múltiplas dimensões da maternidade, de modo a garantir o direito à educação superior para essas mulheres, enfrentando a marginalização e promovendo maior equidade no ambiente universitário.

Andrade (2022) investigou as percepções das estudantes mães do curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEDOC), na Faculdade UnB Planaltina (FUP), acerca da assistência estudantil oferecida durante o programa Tempo Universidade. Com uma abordagem multimétodo, a pesquisa combinou *e-survey* e entrevistas semiestruturadas, bem como análise dos instrumentos de ação pública disponíveis para apoiar essas mães. Embora o estudo reconheça que os mecanismos de assistência, incluindo alojamento, auxílio emergencial e socioeconômico, bolsa permanência para quilombolas, bolsa alimentação e auxílio-creche, são fundamentais para que a maioria dessas estudantes conclua o curso, evidencia que tais políticas são insuficientes para atender às especificidades da maternidade, especialmente diante de cortes orçamentários na educação superior. Diante dessa lacuna, destaca-se uma estratégia extensionista de cuidado, chamada “Ciranda”, que emerge como uma ação comunitária coletiva para apoiar mães e seus filhos no campus.

Interseccionalidade: Gênero, Raça e Classe na Maternidade Acadêmica

Silva (2020) analisa os desafios enfrentados por mães negras na pós-graduação por meio de uma perspectiva interseccional, considerando opressões raciais, de gênero e de classe. Utilizando pesquisa mista (e-survey e entrevistas), a autora identifica as barreiras estruturais decorrentes da ciência moderna, que marginaliza mães e mulheres negras, reforçando estereótipos que as confinam ao espaço doméstico e negam sua autoridade acadêmica. Apesar de contarem frequentemente com estratégias de apoio familiar para conciliar maternidade e estudos, essas mulheres continuam sendo invisibilizadas pelas instituições, enfrentando discriminações múltiplas e sistemáticas que comprometem sua permanência e desenvolvimento acadêmico.

Mata (2022) analisa, a partir de uma perspectiva interseccional influenciada pelo feminismo negro (Patricia Hill Collins), as experiências cotidianas de estudantes e pesquisadoras mães na universidade. Utilizando entrevistas semiestruturadas e análise de discurso, a pesquisa identifica como as imagens sociais hegemônicas sobre maternidade determinam as vivências e escolhas dessas mulheres, evidenciando a ausência de políticas institucionais que viabilizem a maternidade acadêmica, e mapeia as redes de apoio e estratégias mobilizadas por elas para resistir às barreiras impostas pela estrutura acadêmica-científica.

Henriques (2016) examina os desafios enfrentados por estudantes mães, oriundas de camadas populares, ao ingressar e permanecer na educação superior. A autora discute como essas mulheres enfrentam tensões intensas entre trabalho doméstico, afazeres pagos e estudos, vivendo num contexto de racismo e desigualdade socioeconômica. Por meio de uma abordagem qualitativa inspirada no materialismo histórico, ela identifica estratégias de resistência e rearranjos cotidianos, como a organização familiar compartilhada, adaptações acadêmicas e uso de políticas afirmativas, que possibilitam sua continuidade nos cursos. O estudo também evidencia que as políticas públicas existentes nem sempre atendem às especificidades dessas mães, sendo muitas vezes fragmentadas ou insuficientes.

Invisibilidade, Violências e Desigualdades Institucionais

Oliveira (2023) investiga como as universidades podem vir a invisibilizar as estudantes que são mães, especialmente no âmbito da assistência estudantil. A partir da perspectiva do cuidado (care), historicamente atribuído às mulheres, a pesquisa revela que essas alunas enfrentam dificuldades específicas para permanecer na universidade, como a ausência de políticas institucionais que reconheçam e acolham suas demandas cotidianas de cuidado. Embora haja menção à maternidade nos casos de licença, no caso da UEMS, não há a oferta de suporte efetivo, como flexibilização curricular ou estrutura de apoio, o que reforça a exclusão dessas mulheres do espaço universitário.

Moura (2024) investiga as experiências de estudantes-mães da UFRJ por meio de entrevistas semiestruturadas e através de um levantamento teórico (sobre permanência universitária, trajetória acadêmica, história da mulher e maternidade). Moura identifica que, embora o acesso ao ensino superior tenha se ampliado, a permanência dessas mulheres continua fragilizada por violências simbólicas, ausência de estrutura de apoio, ineficiência de políticas afirmativas e dilemas de pertencimento no universo acadêmico. Essas condições operam como barreiras à “afiliação” institucional, obrigando muitas a recorrer a redes de ajuda informais e a desenvolver estratégias individuais de resistência.

Santos (2014) investiga como mulheres que são simultaneamente mães, trabalhadoras e estudantes conseguem permanecer nos Bacharelados Interdisciplinares (BI) da UFBA. Utilizando etnometodologia, pesquisa-ação, observação participante e entrevistas com quatro mães/trabalhadoras, a autora descreve itinerários acadêmicos marcados por avanços, pausas e recomeços. Para conciliar estudo, trabalho e cuidado dos filhos, essas estudantes criam mecanismos próprios (“etnométodos”) e mobilizam recursos subjetivos, familiares e sociais.

Pós-graduação, Políticas e Mobilidade Acadêmica

Rocha (2022) baseia-se em uma abordagem qualitativa com análise documental, bibliográfica e entrevistas com 17 alunas e ex-alunas mães de programas de mestrado e doutorado e gestores da UFC. O estudo revela que, embora existam políticas, há uma escassez de iniciativas específicas voltadas à maternidade, tanto em nível local quanto federal. Como resultado, a autora propõe 18 indicadores organizados em três dimensões - econômica, social e institucional - com o objetivo de preencher lacunas nas políticas de apoio à maternidade, enfrentando desigualdades de gênero no ambiente acadêmico e aprimorando o suporte às mães na pós-graduação.

Abreu (2021) apresenta uma análise sobre as experiências de permanência de mulheres jovens que são mães e estudantes universitárias na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). A autora investiga como essas estudantes articulam a tríade juventude, maternidade e vida acadêmica, num cenário marcado por desigualdades de gênero, classe e raça.

Müller (2018) investiga, a partir de uma abordagem interdisciplinar (Direito e Políticas Públicas), como as estudantes e professoras mães em instituições públicas no estado do RJ vivenciam a combinação da maternidade com a vida acadêmica. A dissertação utiliza entrevistas com 18 mulheres em cinco universidades públicas e na Fiocruz para mapear trajetórias, obstáculos institucionais e aferir se os direitos de acesso à educação e à saúde são efetivamente garantidos.

Experiências, Identidades e Estratégias de Resistência

Souza (2019) investiga como mulheres-mães constroem e performam suas identidades na universidade por meio de discursos que atravessam relações de gênero, maternidade, raça e classe. A autora adota uma abordagem interseccional e etnográfica, analisando interações discursivas em contextos institucionais, domésticos e digitais (como grupos de WhatsApp), para compreender as tensões entre os papéis de mãe e estudante.

Carvalho (2020) utiliza a pesquisa narrativa para dar voz a mulheres identificadas como “Marias”, que compartilharam relatos sobre suas trajetórias acadêmicas enquanto mães. Focando sobretudo na experiência de gravidez não planejada, o estudo revela como essas estudantes enfrentam barreiras cotidianas na

universidade, seja por preconceito e discriminação, seja pela carência de políticas institucionais sensíveis às demandas da maternidade.

Ferreira (2023) desenvolve uma pesquisa voltada para a promoção da saúde mental entre mulheres mães universitárias por meio de uma intervenção grupal. Utilizando metodologias qualitativas, o estudo analisa as vivências dessas mulheres diante dos desafios da maternidade e da vida acadêmica, explorando como o suporte coletivo pode contribuir para o fortalecimento emocional e a permanência acadêmica.

Oliveira (2023) investiga as complexas dinâmicas enfrentadas por mulheres que conciliam a maternidade com a trajetória acadêmica, considerando as pressões institucionais, sociais e pessoais. A pesquisa aborda como essas mulheres vivenciam conflitos entre as expectativas sociais sobre o papel materno e os imperativos da carreira acadêmica.

2.2.4. Teses

Reis (2020) investiga, por meio de 18 entrevistas semiestruturadas, como estudantes-mães da área de Letras na UFT articulam seus percursos acadêmicos com as demandas da maternidade e do trabalho, sob o pano de fundo da divisão sexual do trabalho que historicamente direciona as mulheres ao âmbito doméstico e ao trabalho não remunerado. Com base na história oral e fundamentada na semiótica discursiva, tensiva e sociossemiótica, a autora analisa os sentidos narrados pelas participantes sobre suas memórias de formação, desde a educação básica até o ensino superior, evidenciando que essas mulheres vivenciam conflitos entre o desejo de uma qualificação valorizada socialmente e a multiplicidade de suas jornadas de cuidado e trabalho. O estudo mostra que, quanto mais estruturada e diversa a rede de apoio (no lar, no trabalho, na universidade), menor é a sensação de estar sendo superada pela formação acadêmica. As interações ajustadas com atores institucionais favorecem a continuidade dos estudos, especialmente entre aquelas que tiveram filhos durante sua trajetória formativa, e diversos modos de resistência emergem nesse processo, nos espaços doméstico, acadêmico e profissional.

Silva (2024) investiga a formação e o impacto dos coletivos de mães universitárias no Rio de Janeiro a partir das histórias de suas fundadoras. A autora utiliza a metodologia da história oral para captar as narrativas dessas mulheres que, enfrentando os desafios da maternidade, do trabalho e do percurso acadêmico, encontraram na organização coletiva um espaço de acolhimento, troca e fortalecimento. A tese destaca que esses coletivos funcionam como redes de suporte emocional e político que promovem a permanência e o sucesso acadêmico dessas estudantes, enfrentando as barreiras institucionais e sociais que muitas vezes inviabilizam as necessidades das mães na universidade. Silva evidencia que a atuação coletiva não só auxilia na construção da identidade materna dentro do ambiente acadêmico, mas também contribui para a transformação das políticas públicas e práticas universitárias, sugerindo a necessidade de uma maior inclusão e reconhecimento das especificidades das mães estudantes. A pesquisa reforça que o sentimento de pertencimento e solidariedade gerado nesses grupos é fundamental para que muitas mulheres consigam superar os desafios da tripla jornada e permaneçam na graduação.

2.3- Aproximações entre trabalhos acadêmicos sobre universidade e a maternidade

Durante a análise dos trabalhos apresentados nesta revisão de literatura, foi possível observar que há uma recorrência em algumas temáticas dentro do campo da maternidade e Universidade. Embora haja diferenças metodológicas, recortes institucionais ou até mesmo regionais, os trabalhos se aproximam em mostrar as dificuldades apresentadas por estudantes mães quando colocadas em um contexto universitário, principalmente em suas tentativas de conciliar o trabalho acadêmico, trabalho doméstico e o trabalho remunerado, apresentando múltiplas jornadas nas vidas dessas mulheres. A sistematização apresentada abaixo, organiza as similaridades dentro dos trabalhos reunidos nesta revisão de literatura.

1. Sobrecarga e Múltipla Jornada

- Os trabalhos reunidos evidenciam as múltiplas jornadas vivenciadas pelas estudantes mães, que têm impactado negativamente no

rendimento acadêmico e pessoal dessas mulheres, interferindo na qualidade de vida delas.

- Mesmo com a lei de licença maternidade, as estudantes que engravidam não possuem garantia de que esse direito seja cumprido, pois, muitas vezes elas são cobradas da mesma maneira que um estudante que não está passando pelas mesmas circunstâncias que elas, sobrecarregando essas estudantes em um período de extrema vulnerabilidade.

2. Falta de Políticas Institucionais

- Os trabalhos apontam para a falta de políticas específicas para as mães em universidades brasileiras. Ainda mais importante, apontam principalmente para a falta de uma política nacional para as mães.

- Outro tema abordado é a baixa utilização pelos programas de licença maternidade. Os trabalhos apontam para a falta de preparo dos funcionários quanto frente a uma legislação que existe há 50 anos¹⁶.

3. Persistência e Coletividade dentro da Universidade

- Os trabalhos em sua maioria apresentam uma metodologia qualitativa e baseadas em entrevistas, grupos focais e relatos de experiência. Com esses trabalhos é possível observar as estratégias adotadas pelas mulheres para permanecer estudando, mesmo frente a tantas demandas e dificuldades cotidianas.

- Os estudos também apontam para a importância do trabalho em coletivo para a permanência acadêmica e o processo de afiliação das estudantes mães. Eles enfatizam que a mobilização por meio de coletivos auxilia na luta por políticas públicas a nível nacional e local, mas que também garantem redes de apoio a problemáticas cotidianas.

4. Creche Universitária como política central para permanência estudantil

- A ausência de creches universitárias é apontada como decisiva para garantir o direito à permanência estudantil.

¹⁶ Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975: Institui o regime de exercícios domiciliares a partir do oitavo mês de gravidez e até três meses após o parto. A estudante gestante pode optar por manter seus estudos em casa, mediante atestado médico, com início e fim do afastamento determinados pela direção da instituição. Em casos excepcionais, esse período pode ser prorrogado mediante declaração médica. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6202.htm Acesso em 23. de julho de 2025.

- A falta de creches institucionais é uma temática que aparece em praticamente todos os trabalhos levantados. Mesmo, naquelas universidades que possuem uma creche vinculada, a falta de uma política que garanta vagas exclusivas para estudantes é uma questão levantada nos trabalhos.

- Alguns trabalhos ainda trazem à luz a problemática de que as creches não deveriam ser consideradas políticas de assistência estudantil, e sim uma estrutura educacional essencial como um instrumento de equidade de gênero.

5. A maternidade como um fator de desigualdade social

- Algumas autoras analisam a universidade como um local de dominação masculina, onde o argumento de que a universidade é um campo de disputas constantes aparece com mais frequência. É a partir dessa premissa, que as autoras revelam processos vivenciados pelas mulheres que podem ser interpretados como um momento em que a maternidade está em desigualdade de gênero.

- Outras autoras apresentam a perspectiva de que as narrativas impostas às mulheres advêm de uma estrutura patriarcal e que é essa estrutura que dificulta a permanência das mães.

6. Impactos na qualidade da formação e rendimento acadêmico/social

- A maioria dos estudos observa que a maternidade afeta diretamente o desempenho acadêmico, a produtividade e o tempo de formação das mães.

7. Busca por Políticas Públicas de Permanência Específicas

- Todos os trabalhos defendem que haja a criação de uma política pública voltada especificamente para as mães universitárias, a fim de diminuir as desigualdades sofridas por essas mulheres.

8. Propostas apresentadas

- As principais propostas apresentadas pelos trabalhos são: a flexibilização curricular; licença-maternidade real e aplicada; creches universitárias com reservas de vagas para mães estudantes; auxílio financeiro; sensibilização e preparação do corpo universitário para lidar com as demandas materno-estudantis.

Com base na análise dos textos acadêmicos levantados, é possível perceber que muitos apresentam os mesmos problemas enfrentados pelas estudantes mães em diferentes contextos regionais. Em sua maioria os trabalhos destacam as sobrecargas vivenciadas por essas mulheres e também as dificuldades em conciliar a vida acadêmica e pessoal, resultando em um desgaste emocional e físico. Os trabalhos apresentam diversas críticas ao sistema universitário, como a falta de apoio e auxílios para permanência dessas mulheres. Os trabalhos ainda identificam que a falta de visibilidade a problemática das mães universitárias é um sinal importante de desigualdade de gênero que ocorre dentro do campo acadêmico. Contudo, os trabalhos apresentam dois tipos de conclusões recorrentes, porém não excludentes, uma onde a mulher persiste dentro da universidade e consegue concluir os seus estudos; e outra onde os autores apontam para a necessidade de se repensar as políticas públicas e as estruturas que permeiam as universidades brasileiras, tornando-as mais justas e igualitárias.

3. A PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL: DA CRIAÇÃO AS POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA

3.1. Um breve histórico da Pós-graduação no Brasil

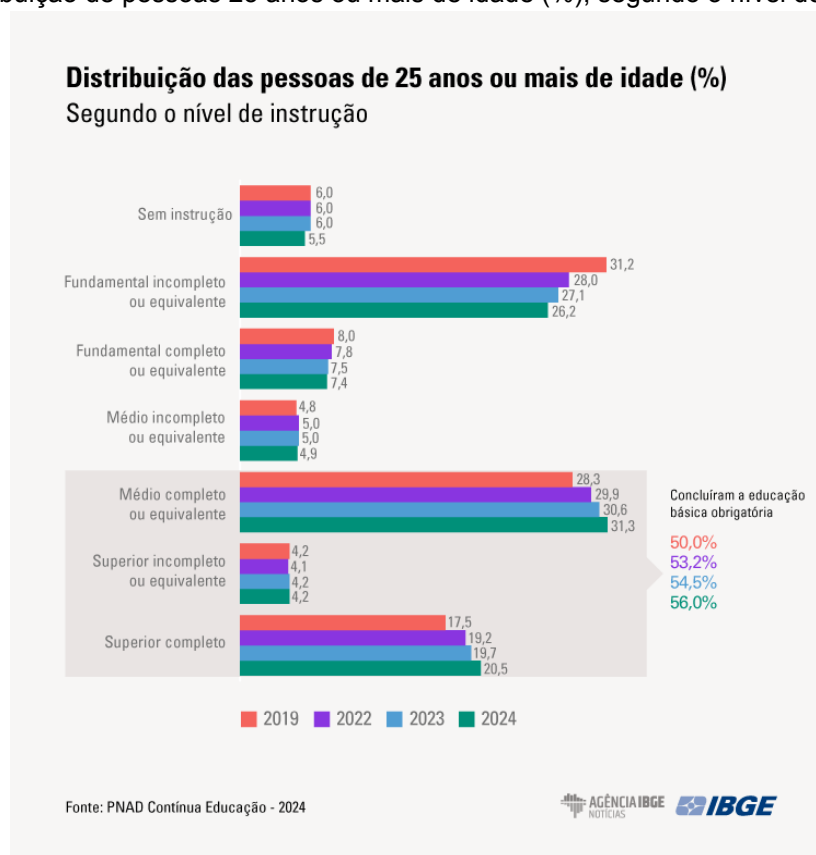
A pós-graduação no Brasil consolidou-se formalmente na década de 1950, impulsionada pela expansão dos cursos de graduação e pela institucionalização das universidades, com o objetivo de fortalecer o sistema nacional de ciência e tecnologia (Cunha, 1974; Morosini, 2009).

Ao longo do tempo, a educação tem se afirmado como um dos meios mais importantes de mobilidade social, oferecendo aos jovens das classes trabalhadoras a possibilidade de ascensão e reconhecimento social.

Foi como o avanço das políticas públicas endereçadas ao financiamento da inatividade dos jovens por intermediários de bolsas de estudos, como forma de elevar a escolaridade e a formação para todos os jovens, que as condições de disputa do mercado de trabalho melhoraram. Trata-se de uma condição essencial, uma vez que o conhecimento torna-se cada vez mais elemento decisivo na trajetória ocupacional. (Pochmann, 2003)

Dados da PNAD Contínua de Educação de 2024 revelam que apenas 20,5% dos adultos com mais de 25 anos possuíam o ensino superior completo e que 4,2%, possuíam o mesmo ensino só que incompleto.

Gráfico 6 - Distribuição de pessoas 25 anos ou mais de idade (%), segundo o nível de instrução



Fonte: BRASIL, 2024

Historicamente, a pós-graduação brasileira desempenha uma dupla função: técnica, ao formar especialistas e pesquisadores; e social, ao atuar como instrumento de distinção e acesso restrito a determinados grupos (Cunha, 1974). A função técnica se aproxima da prática cotidiana e aperfeiçoamento de profissionais para o mercado de trabalho:

a) formar professores competentes que possam atender à expansão quantitativa de nosso ensino superior, garantindo, ao mesmo tempo, a elevação dos atuais níveis de qualidade; b) estimular o desenvolvimento da pesquisa científica por meio da preparação adequada de pesquisadores; c) assegurar o treinamento eficaz de técnicos e trabalhadores intelectuais do mais alto padrão para fazer face às necessidades do desenvolvimento nacional em todos os setores.:" Esses objetivos" mostram que há dois grandes "mercados" exigindo a formação de pessoal em nível de pós-graduação. (Cunha, 1974, p.67)

Em contrapartida, Cunha (1974) aponta que a pós-graduação possuía uma função social de elevação intelectual e excelência estrutural dentro da academia, e que o discurso de criação da mesma era vinculado ao fato de que a graduação estava se popularizando durante as décadas de 1950-1960, no sentido de se tornar

futuramente uma educação de massa. O autor afirma que a pós-graduação possuía uma configuração que reforçava desigualdades estruturais, já que barreiras econômicas, de gênero e de origem social limitam o ingresso e a permanência de determinados segmentos da população, cuja trajetória acadêmica demanda conciliar múltiplas responsabilidades e superar a ausência de políticas efetivas de apoio. Dessa forma, na visão do autor a função social da pós-graduação seria reproduzir a estratificação social, garantindo que apenas uma parte da população tenha acesso aos valores econômicos e simbólicos da “alta cultura” e das credenciais acadêmicas (Cunha, 1974) .

No ensino superior moderno, cuja tendência à massificação parece tornar-se inevitável, a pós-graduação há de constituir a estrutura de excelência indispensável ao desenvolvimento da pesquisa científica e da cultura, em suas mais altas formas." Pode-se observar, nesta citação, que a "massificação" do ensino de graduação faz baixar a qualidade, inevitavelmente. Talvez a formação de docentes seja, então, apenas uma tentativa para evitar que ela caia ainda mais. Torna-se necessária, então, a criação de um outro nível de ensino onde se possa exigir qualidade, uma "estrutura de excelência". (Cunha, 1974, p.68)

Com a expansão do ensino superior nas décadas de 1950 a 1970, para a parte que conseguia alcançar a graduação, o diploma de graduação deixou de ser um marcador exclusivo de distinção social (Bourdieu; 2007; 2011), perdendo parte de seu valor econômico e simbólico. A pós-graduação, nesse contexto, assumiu a função de restaurar essa distinção por meio da criação de novos títulos mais raros e, portanto, capazes de concentrar novamente prestígio e acesso a ocupações mais bem remuneradas. Essa lógica se materializa também nos mecanismos seletivos adotados: enquanto a graduação passou a utilizar processos mais impessoais e padronizados, como provas objetivas, a pós-graduação manteve critérios subjetivos, como cartas de recomendação e entrevistas, que operam como filtros sociais. Tais procedimentos favorecem candidatos já detentores de capital cultural e inseridos em redes acadêmicas consolidadas, dificultando o ingresso de grupos historicamente marginalizados, como estudantes de primeira geração e mulheres-mães, cuja trajetória acadêmica muitas vezes carece desse suporte.

A lógica que Cunha (1974) descreve, na qual a pós-graduação funciona como um espaço restrito de “alta cultura” e de preservação do valor simbólico das credenciais acadêmicas, continua perceptível nas dinâmicas contemporâneas. A expansão quantitativa dos cursos e matrículas não eliminou os filtros seletivos que mantêm a pós-graduação como um espaço socialmente restrito. Ao contrário, a

chamada *massificação* da graduação ampliou a pressão pelo ingresso na pós-graduação, mas não resultou em uma democratização proporcional de seu acesso. Ainda hoje, processos seletivos que priorizam redes de indicação, produção acadêmica prévia e tempo integral de dedicação excluem candidatos que não dispõem dessas condições, como mães universitárias, trabalhadores e estudantes de primeira geração. Assim, o discurso da preservação da qualidade se mantém como justificativa para políticas e práticas que reproduzem desigualdades estruturais, garantindo que os títulos de mestre e doutor continuem funcionando como marcadores de prestígio e poder para poucos.

Gouvêa e Mendonça (2006), apontam que foi a partir da criação da Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que a Pós-graduação passou a ter um lugar mais expressivo no sistema educacional brasileiro. Eles levantam a importância da figura de Anísio Teixeira para a mediação e caráter formador do órgão dentro do governo e das informações que eles geram para a sociedade.

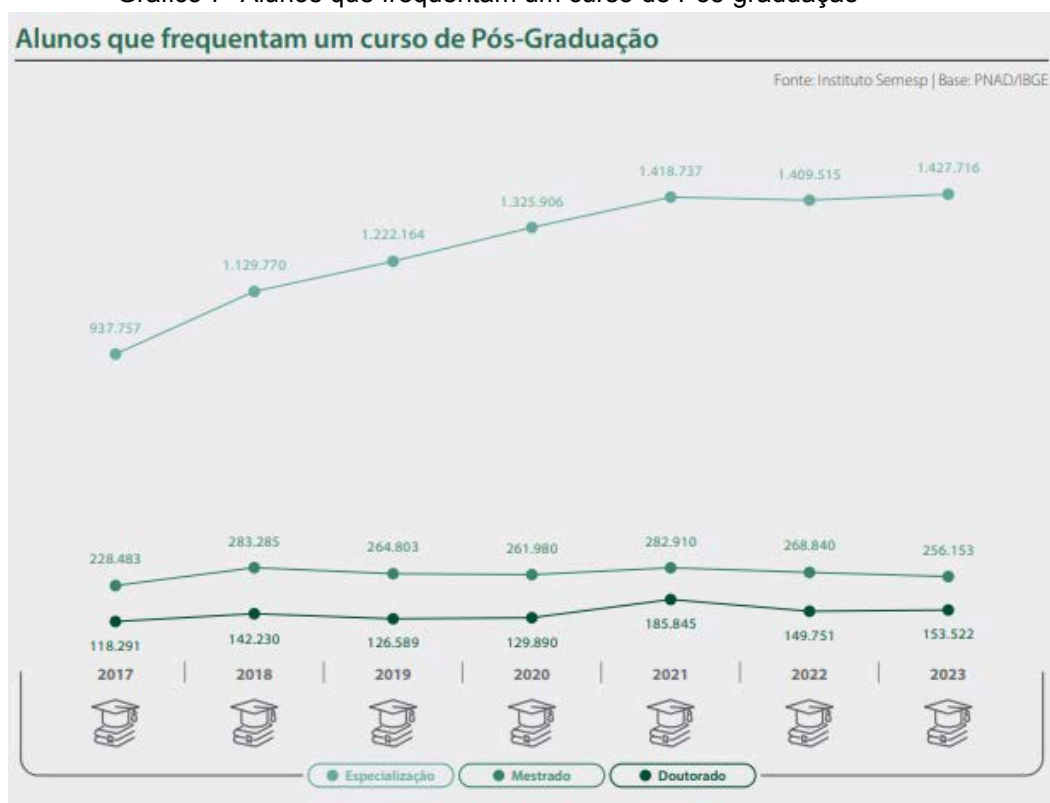
Para Anísio Teixeira, a melhoria das condições de ensino e pesquisa dos centros universitários brasileiros tinha como requisito básico o investimento na qualificação dos professores universitários, considerados como parcela integrante e crítica dos quadros profissionais de nível superior do país pelo seu efeito multiplicador. Tal perspectiva reforçava o caráter de urgência que se atribuía à constituição de um sistema que organizasse, divulgasse e irradiasse a pós-graduação, principal estratégia de aperfeiçoamento do pessoal de nível superior. (Gouvêa e Mendonça, 2006, p. 116)

Já Morosini (2009) aponta que foi a partir do Parecer nº 977/65, emitido pelo Conselho Federal de Educação, que se estruturou a pós-graduação da forma como conhecemos hoje. Nos anos que seguiram, a pós-graduação voltou-se a um problema específico, a qualificação dos profissionais para atuar como professores “a formação de professores ou a busca de suprir os quadros docentes das universidades brasileiras com mestres e doutores, formação essa algumas vezes organicamente ligada à formação de pesquisadores” (Bianchetti, 2005, p.3).

Esse processo foi intensificado com a LDB de 1996 (Lei nº 9.394), que reconheceu a autonomia universitária para organizar cursos de pós-graduação. A CAPES, passou a coordenar a avaliação dos programas, gerando um sistema de controle e financiamento que estrutura a lógica da pós-graduação até hoje (Sguissardi, 2009; Dourado, 2010).

Os dados mais recentes mostram um crescimento expressivo da pós-graduação nas últimas décadas. Segundo a CAPES (2024), o número de programas de pós-graduação passou de 167 em 1970 para mais de 4.770 em 2022, com cursos presentes em 323 municípios. Em 2023, o sistema nacional registrou cerca de 411 mil matrículas e mais de 91 mil titulados em mestrado e doutorado. Embora a maior parte das matrículas ainda esteja concentrada nas regiões Sudeste e Sul, observa-se uma crescente desconcentração regional, sobretudo com a interiorização das universidades federais a partir dos anos 2000 (Agência GOV, 2025; FAPESP, 2024).

Gráfico 7- Alunos que frequentam um curso de Pós-graduação



Fonte: Instituto Semesp, 2024. Base PNAD, BRASIL.

Os dados apresentados pelo Instituto Semesp, com base na PNAD/IBGE (2024), revelam um crescimento significativo no número de matrículas em cursos de pós-graduação no Brasil entre 2017 e 2023, com destaque para a predominância da Especialização. Este segmento passou de 937.757 matrículas em 2017 para 1.427.716 em 2023, um crescimento de aproximadamente 52%. Esse avanço sugere tanto a consolidação da especialização como principal porta de entrada na educação

continuada, como a influência do mercado de trabalho, que frequentemente demanda formações mais curtas e diretamente aplicáveis.

No Mestrado e no Doutorado (*stricto sensu*), os dados mostram estabilidade relativa com pequenas oscilações, mas com um pico em 2021, possivelmente relacionado a mudanças no cenário socioeconômico e no ensino remoto durante a pandemia de COVID-19. O Mestrado alcançou 282.910 matrículas neste ano, voltando a cair nos anos seguintes. O Doutorado teve salto expressivo de 129.890 (2020) para 185.845 (2021), seguido também de queda em 2022 e discreta recuperação em 2023.

Apesar da expansão, a pós-graduação brasileira continua marcada por desigualdades. Dados indicam que as desigualdades de acesso e permanência entre brancos e negros, homens e mulheres, e entre estudantes de diferentes regiões persistem. Mulheres, por exemplo, já são maioria entre os matriculados e titulados, 59,1% das matrículas no ensino Superior (INEP, 2025), mas continuam sub-representadas nas áreas de ciências exatas e nas posições de liderança acadêmica. Já estudantes negros e indígenas, embora beneficiados pelas ações afirmativas em alguns programas, ainda enfrentam barreiras significativas, como o racismo institucional e a escassez de bolsas.

No período de 2015 a 2022 os cortes no orçamento federal afetaram diretamente a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade, sobretudo aqueles que não têm outras fontes de renda. Esse ponto diz respeito à estrutura de financiamento da pós-graduação, ainda fortemente dependente das bolsas ofertadas por CAPES, CNPq e Fundações de Amparo à Pesquisa. Isso revela que o sistema de pós-graduação, mesmo consolidado institucionalmente, não possui uma política ampla e estruturada de assistência estudantil, realidade que apenas recentemente começou a ser enfrentada, como se observa na reformulação do PNAES em 2024 (Brasil, 2024), que passou a prever, ainda que de forma condicional, a inclusão de estudantes de mestrado e doutorado em suas diretrizes.

Em resumo, embora a pós-graduação no Brasil tenha passado por um processo de expansão e institucionalização relevantes, seu desenvolvimento ainda se dá de forma desigual e excludente. A ausência histórica de políticas de permanência na pós-graduação e a lógica predominantemente meritocrática presente em sua avaliação e financiamento aprofundam desigualdades já presentes no sistema educacional. O desafio contemporâneo, portanto, não é apenas manter e

qualificar a oferta de cursos, e sim democratizar efetivamente o acesso e, principalmente, a permanência, reconhecendo as múltiplas vulnerabilidades que atravessam os sujeitos que hoje alcançam esse nível de formação.

3.2. Políticas de permanência e a pós-graduação: novas camadas de exclusão e a urgência da permanência na pós-graduação

Nos últimos anos, o debate sobre acesso ao ensino superior avançou significativamente no Brasil, especialmente a partir da expansão das universidades federais e da adoção de políticas de ações afirmativas. No entanto, a permanência no ensino superior e, particularmente, na pós-graduação, ainda representa um desafio profundo, especialmente para estudantes em situação de vulnerabilidade social. A aprovação da nova PNAES (Lei 14.914), que reformula o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), oferece uma oportunidade histórica de repensar as políticas públicas destinadas à permanência, agora com a possibilidade de incluir estudantes de mestrado e doutorado, ainda que condicionada à disponibilidade orçamentária.

Instituído em âmbito federal pela Portaria Normativa 39, de 12 de dezembro de 2007, para os estudantes de cursos de graduação presenciais das instituições federais de ensino superior, e implementado a partir do ano de 2008, o PNAES foi uma conquista importante para os movimentos estudantis e as universidades públicas, por instituir uma política nacional voltada à permanência dos estudantes de graduação, com foco em ações como moradia, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, creche, entre outros (Imperatori, 2017)¹⁷. Como mostram Gomes e Passos (2018), o programa consolidou a noção de que o acesso à universidade não se efetiva sem condições materiais para a permanência.

Contudo, desde sua origem, o PNAES não incluía os estudantes da pós-graduação, partindo da suposição de que esses sujeitos estariam em melhor condição socioeconômica ou estariam assistidos por bolsas de pesquisa, o que, não

¹⁷ Anos depois o PNAES passou a ser regulamentado pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, um instrumento jurídico com mais força e que permitiu maior estabilidade ao programa (Imperatori, 2017).

corresponde à realidade atual. A ampliação do acesso à pós-graduação por mães, mulheres negras, indígenas e pessoas trans, especialmente após as ações afirmativas e políticas de interiorização, revelou a urgência de pensar a permanência como um direito que ultrapassa a graduação.

A atualização e transformação em lei do PNAES (Lei 14.914/2024), em 2024, marca um avanço ao incluir, pela primeira vez, a possibilidade de atendimento a estudantes de mestrado e doutorado das instituições federais. O texto do §2º do artigo 1º afirma que, "havendo disponibilidade de recursos orçamentários", o programa poderá contemplar esse público. Essa formulação, embora limitada por condicionalidades, rompe com a lógica excludente que por anos estruturou a assistência estudantil no Brasil.

Autores como Dourado (2010) destacam que políticas públicas só se consolidam quando articuladas com financiamento adequado e institucionalização normativa. Ou seja, a inclusão da pós-graduação no PNAES é um avanço político e simbólico, mas depende diretamente de decisões orçamentárias e da mobilização das instituições para se efetivar. Ainda assim, é um reconhecimento tardio, porém necessário, de que a vulnerabilidade social não se encerra com a obtenção do diploma de graduação.

Estudos recentes (Silva, 2020; Silva et al. 2021; Soares e Cardoso, 2025) revelam que a permanência na pós-graduação tem sido profundamente marcada por desigualdades de classe, raça, gênero e território. A noção de "escolha" por continuar os estudos, muitas vezes, se sobrepõe a uma realidade de falta de inserção no mercado de trabalho, insegurança financeira e exclusão acadêmica estrutural.

Além disso, os cortes nas bolsas de pesquisa, a sobrecarga de trabalho e a ausência de políticas específicas de cuidado (como creches, auxílio para filhos, apoio psicológico e acessibilidade) dificultam ainda mais a permanência de grupos historicamente excluídos do espaço acadêmico.

3.3. Estudantes de Pós-Graduação de Primeira Geração

Nas últimas décadas, o acesso ao ensino superior brasileiro se ampliou significativamente, impulsionado por políticas públicas de inclusão como o Reuni, o Prouni, o Fies e as ações afirmativas (Saviani, 2010; Ristoff, 2014; Micheletto, 2023;

Heringer & Carreira, 2024). Esse processo possibilitou a entrada de novos perfis de estudantes na universidade, entre eles os chamados estudantes de primeira geração, ou seja, aqueles que são os primeiros de suas famílias a cursar o ensino superior (Fioreze, Stachelski e Ribeiro, 2022; Silva, 2019; Piotto e Alves, 2016; Heringer, 2022). No entanto, essa desigualdade é fortemente marcada por desafios de permanência, especialmente quando tais estudantes avançam à pós-graduação, espaço ainda profundamente elitizado, seletivo e excludente.

Não se pode ignorar que as desigualdades sociais no ensino superior estão enraizadas em uma estrutura universitária historicamente racista, elitista e patriarcal. Do mesmo modo, Gomes, Silva e Brito (2021) ressaltam que a inclusão de estudantes negros e populares exige romper com a lógica excludente que por décadas estruturou o ensino superior brasileiro. Nesse sentido, observa-se que o ingresso tardio de estudantes das classes populares, de mulheres, de pessoas negras e de outros grupos socialmente marginalizados não é um fenômeno individual, mas resultado da reprodução de hierarquias sociais dentro da própria universidade.

Barbosa (2019) destaca que a massificação do ensino superior não garante, por si só, a democratização, uma vez que as desigualdades se perpetuam também nas condições de permanência e nas oportunidades de reconhecimento acadêmico. A autora nos lembra que foi só a partir do reconhecimento pelo governo brasileiro das bases racistas que permeiam a sociedade brasileira, que as políticas sociais de combate à desigualdade começaram a ser aplicadas de forma substancial tanto na educação, como em outros setores governamentais. É depois das políticas como a Lei de Cotas (2012), que podemos observar a entrada de novos sujeitos no ensino superior.

Durante muitos anos, o acesso ao Ensino Superior foi visto como um direito exclusivo da elite. No caso brasileiro, a ausência de um sistema universitário até o início do século XX tornava ainda mais custosa a frequência a esse nível de ensino. Na segunda metade do século XX, com uma classe média urbana já bastante expandida e tendo na escolarização o seu principal recurso de posicionamento social, inicia-se a concorrência pelo acesso à universidade. (Barbosa, 2019, p. 246)

Nesse cenário, aparece uma figura ainda pouco analisada: o/a estudante de pós-graduação de primeira geração. Esse perfil carrega a marca da falta de uma herança educacional e de um capital cultural socialmente valorizado (Bourdieu e Passeron, 1982; Bourdieu, 2007; Bourdieu, 2011) e, ao mesmo tempo, enfrenta no

dia a dia uma série de desafios, simbólicos, materiais e institucionais, que tornam mais difícil sua permanência e sucesso na academia.

Ao propor o conceito de estudantes de pós-graduação de primeira geração, buscamos evidenciar uma categoria que carrega consigo uma dupla ruptura: com a trajetória educacional de sua família e com os limites estruturais que historicamente restringiram o acesso de determinados grupos à formação avançada.

Esse grupo é formado por sujeitos que, além de serem os primeiros a concluir a graduação, avançam à pós-graduação em um contexto de desigualdade acumulada, seja ela de classe, raça, gênero ou território. São estudantes que desafiam o que Bourdieu (2007) chamou de herança cultural e habitus familiar, uma vez que não dispõem dos capitais culturais, simbólicos e sociais tradicionalmente exigidos nos espaços acadêmicos de prestígio. Eles entram e permanecem nesse nível de ensino muitas vezes sem referências familiares, redes de apoio acadêmico consolidadas ou segurança material para dedicar-se exclusivamente aos estudos. Assim, os estudantes de pós-graduação de primeira geração ocupam um lugar liminar e contraditório, atravessando tanto os efeitos da ampliação de políticas de acesso (como cotas, bolsas, ações afirmativas), quanto os limites de uma estrutura universitária que ainda privilegia trajetórias linearmente construídas (Bourdieu, 2011).

Além disso, ao chegar à pós-graduação, muitos desses sujeitos enfrentam o deslocamento simbólico, sendo constantemente desafiados a traduzir sua origem popular em linguagem acadêmica. Como argumenta bell hooks (1994), a educação pode ser um ato de transgressão, mas para esses estudantes, ela também pode ser um espaço de constante vigilância, cobrança e solidão.

Portanto, o conceito de estudantes de pós-graduação de primeira geração deve ser entendido como “uma categoria analítica que permite visibilizar indivíduos que inauguram um novo campo de possibilidades, em suas famílias, enfrentando barreiras estruturais, simbólicas e institucionais no campo acadêmico, ao mesmo tempo em que ampliam as fronteiras do que historicamente foi reservado às elites culturais. A fim de ampliar o debate acadêmico e político sobre novos sujeitos no Ensino Superior, especialmente no contexto do sistema de pós-graduação brasileiro.

Ao analisar a categoria “estudantes de primeira geração”, torna-se essencial destacar diferenças entre graduação e pós-graduação. Os dados disponíveis, referentes ao ano de 2023, apontam que na graduação o montante de matrículas

era de 9,98 milhões em todo o sistema (Brasil, 2023). Por outro lado, na pós-graduação, o contingente alcançou mais de 400 mil estudantes em 2023 (Brasil, 2024).

Enquanto os primeiros continuam rompendo barreiras de acesso — em um país onde apenas 21,6% dos jovens de 18-24 anos frequentam o ensino superior (Brasil, 2024), com disparidades raciais evidentes na conclusão de graduação — os segundos já superaram esse limiar inicial, porém permanecem marcados pela falta de capital acadêmico e estrutura de apoio. Nesta etapa, a condição de primeira geração ressurge com nuances distintas: acesso a redes de produção científica, mentoria, financiamento e permanência tornam-se determinantes. Ao contrastar as duas fases, a trajetória de estudantes de primeira geração se revela como um contínuo de desigualdades, adaptado às escalas de inserção e mobilidade dentro do ensino superior.

3.3.1. Pós-graduação de Primeira Geração e maternidade Acadêmica

A proposta de inserir uma nova categoria analítica que contemple os estudantes da pós-graduação nas universidades federais é um esforço realizado nesse trabalho com objetivo de auxiliar na análise sobre o caso específico das mães estudantes de pós-graduação (Abreu, 2021; Moura, 2024). Com o aumento do ingresso de jovens das classes populares na graduação, especialmente a partir das políticas de democratização do ensino superior, ampliaram-se os debates sobre a escolarização prolongada e as saídas para a escassez de vagas no mercado de trabalho. Muitos estudantes, após se formarem e se depararem com a falta de vagas ou altas exigências no mercado de trabalho, têm seguido para a pós-graduação, seja buscando qualificação, seja como alternativa diante das dificuldades do mercado de trabalho (Melo e Borges, 2007; Matos e Bianchetti, 2011). Essa continuidade, no entanto, impõe novos desafios de permanência, que não se encerram na conclusão da graduação. Nesse sentido, a recente reformulação do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) representa um avanço importante, ao reconhecer e incluir, ainda que tardiamente, os estudantes da pós-graduação em sua política de assistência. A ampliação do PNAES sinaliza uma resposta às transformações no perfil do público universitário e à necessidade de garantir condições mínimas para

que esses sujeitos consigam acessar e permanecer e concluir suas trajetórias acadêmicas em níveis mais avançados.

§ 1º A PNAES será implementada de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão das instituições federais de ensino superior e das instituições da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica, com vistas ao atendimento de estudantes regularmente matriculados em cursos superiores presenciais de graduação e em cursos presenciais de educação profissional técnica de nível médio. § 2º Se houver disponibilidade de recursos orçamentários, a PNAES poderá atender ainda: **I - estudantes matriculados em programas presenciais de mestrado e de doutorado das instituições referidas no § 1º deste artigo;** II - estudantes das instituições de ensino superior públicas gratuitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por meio de convênios ou de instrumentos congêneres com esses entes federados. (Brasil, 2024)

Pode-se dizer que essas estudantes vivenciam simultaneamente desigualdades de redistribuição e de reconhecimento, pois lidam tanto com a escassez de recursos materiais (bolsas, moradia, tempo) quanto com a deslegitimação simbólica de suas trajetórias, marcadas por descontinuidade educacional e cuidados parentais (Silva, 2019; Fabbro e Heloani, 2010). A limitação das políticas existentes, pouca vaga em creches e em auxílios financeiros, acrescida de políticas institucionais que reconheçam a maternidade como uma dimensão legítima da vida acadêmica, que muitas vezes necessita de prorrogação de prazos, licenças formais ou acesso a creches universitárias, revela a rigidez do modelo meritocrático vigente, que reflete a necessidade de construção de uma política de permanência voltada para mães no ensino superior.

Essa complexidade se acentua no caso das mães pós-graduandas de primeira geração. A maternidade interfere diretamente no tempo disponível para investir em pesquisa, produtividade e construção de redes, elementos centrais para o sucesso acadêmico e, conseqüentemente, para a busca da mobilidade social esperada. Nesse sentido, é recorrente que essas mães sejam penalizadas por estruturas que não reconhecem o cuidado como parte legítima da vida acadêmica. Além disso, mães na pós-graduação muitas vezes vivem uma ambivalência de forma aguda, são vistas como privilegiadas por estarem na universidade: muitas mães relatam que são lidas como privilegiadas dentro das suas famílias por conseguirem cursar faculdade/pós-graduação mesmo tendo filhos, mesmo seguindo enfrentando exclusões e violências institucionais que dificultam a permanência (Abreu, 2018).

A pós-graduação representa, para muitos estudantes de primeira geração, a consolidação de um projeto de mudança de realidade social, um local de grande amplitude no campo de possibilidades. Como vimos, os pós-graduandos de primeira geração, partem frequentemente de uma ruptura geracional, na qual não há acúmulo prévio de capital educacional ou redes de apoio consolidadas. No caso das estudantes mães, essa ruptura exige que conciliem a formação acadêmica em nível avançado com as responsabilidades do cuidado e a insegurança material, especialmente quando não dispõem de acesso a auxílios institucionais ou infraestrutura adequada, como creches universitárias.

Bourdieu (1998) enfatiza que o êxito escolar não depende apenas do esforço individual, mas da posse de capitais simbólicos e culturais que garantem o reconhecimento e a valorização dentro do campo acadêmico. Mães na pós-graduação, sobretudo as de primeira geração, frequentemente encontram barreiras simbólicas, como a percepção de que a maternidade atrapalha a produtividade científica, e barreiras materiais, como a ausência de licenças, prazos estendidos ou apoio financeiro compatível com a realidade da maternidade. No caso das mães de pós-graduação de primeira geração, mesmo que a estudante tenha ascendido educacionalmente, não há uma garantia de que ela tenha saído de um lugar de vulnerabilidade social, econômica e institucional. Pois, a maternidade atua como um fator estruturante das desigualdades, impactando diretamente na permanência, no desempenho acadêmico e nas possibilidades futuras de inserção no mercado de trabalho qualificado.

4. MATERNIDADE E PÓS-GRADUAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

4.1. Estrutura institucional da UFRJ

O presente capítulo dedica-se à experiência de mulheres-mães na pós-graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), tomando esta instituição como estudo de caso em razão de sua relevância no cenário acadêmico brasileiro e da emergência recente de debates sobre maternidade em seus espaços. Nas análises que realizei, escolho adotar uma perspectiva situada nos saberes e no lugar social das pesquisadas e da pesquisadora por compreender que eles traduzem de forma mais fiel a complexidade das experiências que desejo investigar. Inspirada nas reflexões de Crenshaw (2017) e de outras autoras feministas, reconheço que gênero, raça, classe e maternidade não atuam de forma isolada, mas se entrecruzam e moldam as vivências das mulheres de maneira particular. Assim, essa perspectiva me permite olhar para as trajetórias das mães universitárias de modo mais sensível, atento às múltiplas dimensões que atravessam suas realidades.

A escolha pela UFRJ também se justifica por seu porte e diversidade, abrigando diferentes áreas do conhecimento e apresentando contrastes significativos no que se refere às condições de permanência estudantil, além de ser a universidade em que a pesquisadora que aqui escreve estuda e está familiarizada para realizar uma pesquisa mais próxima da sua realidade, entendendo que a pesquisa e ação dentro das ciências sociais e educação podem estar atreladas a uma pesquisa que seja efetivamente significativa para as pesquisadoras mulheres e mães no Brasil.

Para compreender esse contexto, foram mobilizadas duas estratégias metodológicas: um levantamento quantitativo por meio de *e-survey*, que permitiu traçar o perfil sociodemográfico e acadêmico das participantes, e entrevistas qualitativas realizadas com oito mulheres, sendo seis mães estudantes de pós-graduação e duas pesquisadoras responsáveis pela fundação de um coletivo que pauta a maternidade na universidade. A análise articula dados estruturais e experiências individuais, possibilitando identificar barreiras institucionais, redes de apoio, estratégias de conciliação, impactos subjetivos e perspectivas de futuro acadêmico e profissional.

4.1.1. Breve histórico da Universidade Federal do Rio de Janeiro

A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), fundada em 1920 como Universidade do Rio de Janeiro (URJ) e federalizada em 1937, é oficialmente a mais antiga universidade do país, desempenhando um papel de destaque no cenário científico e acadêmico nacional. Sua história se constrói e mistura até mesmo com a criação do ensino superior no Brasil. Fávero¹ (2020) nos mostra que durante a colonização houve diversas tentativas de construção de universidades pelo país, entretanto, sempre houve uma oposição de Portugal, que considerava que as elites que desejassem realizar a ampliação de seus estudos fossem direcionadas a Europa para estudar (p.19).

Diante do quadro antes apresentado, não seria exagero inferir que Portugal exerceu, até o fim do Primeiro Reinado, grande influência na formação de nossas elites. Todos os esforços de criação de universidades no período colonial e monárquico, como se verá a seguir, foram malogrados, o que denota uma política de controle por parte da metrópole a qualquer iniciativa que vislumbresse sinais de independência cultural e política da colônia. Em matéria de ensino, as diretrizes emanadas da Corte eram feitas como se visasse estabelecer a rotina; paralisar as iniciativas, em vez de estimulá-las. Parecia haver uma intervenção, mesmo à distância. (Fávero, 2020, p.21)

Sendo assim, foi só após a transmigração da corte portuguesa para o Brasil que um decreto autorizou a criação de cursos de ensino superior na colônia, criando os cursos de medicina e cirurgia na Bahia e no Rio de Janeiro, que deram início as Faculdades de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Universidade Federal da Bahia (UFBA) (Fávero¹, 2020, p.21). Outro detalhe importante é que a criação dos diversos cursos que seguiram sendo construídos no Brasil seguia uma lógica de interesse da Coroa Portuguesa (Príncipe Regente Dom

Pedro I) e não uma tentativa de ampliar a educação de ensino superior e atender as necessidades do país.

[...] a criação de instituição universitária no Brasil, tomou forma legal mediante ao decreto nº 11.530 que dispõe no artigo 6º que: o Governo Federal, quando achar oportuno, reunirá, em universidade, a Escola Politécnica e de Medicina do Rio de Janeiro, incorporando a elas uma das Faculdades Livres de Direito, dispensando-a de taxa de fiscalização e dando-lhe gratuitamente edifício para funcionar. O mesmo artigo ainda determina que: o Presidente do Conselho Superior do Ensino será o Reitor da Universidade e o Regimento Interno elaborado pelas três congregações reunidas, completará a organização estabelecida no presente decreto. (Fávero, 2000, p. 2)

A criação da URJ teve ligação direta às pressões para que o governo tivesse uma relação combativa com as criações de universidades livres que surgiam pelo país. Dessa forma, a integração de diversas escolas e faculdades já existentes, incluindo a Faculdade de Direito, a Escola Politécnica e a Faculdade de Medicina, consolidando um modelo universitário inspirado em padrões europeus (Martins, 2018). Em 1937, a instituição foi federalizada, passando a se chamar Universidade Federal do Rio de Janeiro. Desde então, a UFRJ se consolidou como uma das principais universidades do país, com ampla diversidade de cursos de graduação e pós-graduação, forte tradição em pesquisa científica e papel central na formação de profissionais e pesquisadores em diversas áreas do conhecimento.

4.1.2. Estrutura da UFRJ

Nos últimos 105 anos, a história da universidade que começou com apenas três cursos fundantes, transformou-se em uma instituição de reconhecimento mundial, tornando-se a terceira maior universidade da América Latina¹⁸. A UFRJ, atualmente, conta com aproximadamente 136 programas de pós-graduação *stricto sensu* (mestrados e doutorados) e um total de 225 cursos de pós-graduação quando se incluem os diferentes níveis profissionais e acadêmicos, reunindo cerca de 15.700 estudantes de pós-graduação, contando ainda com 75 cursos de residência médica (UFRJ, 2025). Na graduação, são mais de 61 mil alunos matriculados entre modalidades presenciais e a distância, em seus 175 cursos, o que evidencia a dimensão e a complexidade da universidade (UFRJ, 2025).

¹⁸ Ranking realizado pelo The Times Higher Education. A UFRJ fica atrás apenas da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade de Campinas (Unicamp)

A UFRJ organiza-se a partir de uma estrutura administrativa e acadêmica representada em seu organograma institucional¹⁹. No topo, encontram-se os órgãos superiores de deliberação, como o Conselho Universitário (Consuni), o Conselho de Curadores e o Conselho Superior de Coordenação Executiva (CSCE), além da Reitoria e Vice-Reitoria, que exercem a direção central da universidade. Abaixo deles, situam-se os conselhos específicos de ensino, pós-graduação e pesquisa, e extensão, responsáveis pela definição de diretrizes acadêmicas em cada área.

A gestão é operacionalizada pelas Pró-Reitorias, que se distribuem em diferentes campos: Graduação (PR-1), Pós-Graduação e Pesquisa (PR-2), Planejamento, Desenvolvimento e Finanças (PR-3), Pessoal (PR-4), Extensão (PR-5), Planejamento Estratégico e Governança (PR-6) e Políticas Estudantis (PR-7). Há ainda órgãos de apoio e assessoramento, como a Auditoria Interna, a Ouvidora-geral, a Procuradoria Federal junto à UFRJ e as Superintendências, que cuidam de áreas como tecnologia da informação, comunicação social, relações internacionais e ações afirmativas.

Do ponto de vista acadêmico, a UFRJ organiza-se em centros que reúnem faculdades e institutos de acordo com as áreas do conhecimento:

1. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE): Abrigando cursos e programas nas áreas de Direito, Economia e Administração, entre outros.
2. Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza (CCMN): Compreende cursos e programas nas áreas de Matemática, Física, Química e Biologia, entre outros.
3. Centro de Ciências da Saúde (CCS): Inclui cursos e programas nas áreas de Medicina, Enfermagem, Farmácia, Nutrição, Fisioterapia, entre outros.
4. Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH): Reúne cursos e programas nas áreas de Filosofia, Sociologia, Antropologia, História, Serviço Social e Psicologia, entre outros.
5. Centro de Letras e Artes (CLA): Abriga cursos e programas nas áreas de Letras, Artes Cênicas, Música e Design, entre outros.
6. Centro de Tecnologia (CT): Compreende cursos e programas nas áreas de Engenharia, Arquitetura e Urbanismo, entre outros.
7. Centro Multidisciplinar UFRJ-Macaé (CM UFRJ-Macaé): Oferece cursos e programas nas áreas de Engenharia, Ciências Ambientais e áreas afins.

¹⁹ Organograma da UFRJ. Disponível em: <https://ufrj.br/wp-content/uploads/2025/03/1000067202.png>

Além dos centros acadêmicos, a UFRJ conta com unidades complementares que desempenham papéis essenciais na formação e na prestação de serviços à comunidade:

- Complexo Hospitalar (CH): Inclui o Hospital Universitário Clementino Fraga Filho (HUCFF), que oferece serviços de saúde e realiza atividades de ensino e pesquisa, entre outras unidades.
- Fórum de Ciência e Cultura (FCC): Promove atividades culturais e científicas, integrando a universidade à sociedade.
- Complexo de Formação de Professores (CFP): Desenvolve ações voltadas para a formação de professores da educação básica.
- Campus Duque de Caxias: Oferece cursos e programas em diversas áreas do conhecimento, atendendo à região metropolitana do Rio de Janeiro.
- Reserva biológica em Santa Tereza (Espírito Santo)
- Polo Casa da Pedra em Cariri (Ceará)

Assim, a estrutura administrativa e acadêmica da UFRJ não apenas revela a complexidade de uma das maiores universidades brasileiras, mas também evidencia o compromisso da instituição em responder às demandas sociais que atravessam o ensino superior público no Brasil. Nesse cenário, as políticas de assistência estudantil e permanência assumem centralidade, uma vez que buscam reduzir desigualdades, ampliar o acesso e garantir condições reais de continuidade aos estudantes.

4.1.3. Políticas institucionais de assistência estudantil e permanência

As políticas públicas de permanência têm desempenhado um papel fundamental na ampliação do acesso e na redução das desigualdades no ensino superior brasileiro (Silva e Sampaio, 2022; Santos, 2024; Heringer, 2025). Entretanto, quando se trata das estudantes mães, tanto na graduação quanto na pós-graduação, observo que a estrutura universitária ainda não considera de maneira efetiva as especificidades da maternidade (Abreu, 2018; 2021).

Dessa forma, a permanência não deve ser entendida apenas em termos de bolsas e auxílios financeiros, mas como um conjunto de estratégias institucionais capazes de garantir condições reais para que diferentes sujeitos concluam seus percursos acadêmicos (Abreu, 2018; 2021; Heringer, 2025). Nesse sentido, nas entrevistadas mães estudantes revelam lacunas importantes nas políticas existentes: ausência de creches em tempo integral e a ampliação de vagas nas creches disponíveis, falta de espaços de acolhimento infantil nos campi, calendários acadêmicos inflexíveis e pouco reconhecimento das demandas decorrentes do cuidado.

Na pós-graduação, onde se pressupõe maior dedicação exclusiva à pesquisa, a invisibilidade das necessidades maternas impacta diretamente na produção acadêmica, na participação em eventos científicos e na progressão das carreiras. Assim, as experiências dessas mulheres indicam que a permanência no ensino superior, quando atravessada pela maternidade, exige políticas mais amplas, que contemplem dimensões materiais, simbólicas e institucionais.

A resolução 2/2019, aprovada pelo CONSUNI, regulamenta a Política de Assistência Estudantil vigente na UFRJ. Tal política ao ser implementada, visava estabelecer ações que estivessem de acordo com o PNAES, tendo em vista que a resolução anterior a essa foi implementada antes da criação do Programa Nacional em 2007.

Art. 7º Os programas que compõem a Política de Assistência Estudantil são: I – Programa de Acolhimento em Saúde; II – Programa de Alimentação; III – **Programa de Apoio a Estudantes Mães e Pais**; IV – Programa de Apoio Pedagógico; V – Programa de Combate a Opressão e Violência; VI – Programa de Esporte e Lazer; VII – Programa de Incentivo à Cultura; VIII – Programa de Moradia Estudantil; IX – Programa de Transporte; X – Programa de Atendimento a Situações Emergenciais. (UFRJ, 2019, grifo nosso)

A UFRJ, por meio da Superintendência Geral de Políticas Estudantis (SUPEREST) desde 2011 e, posteriormente, por meio da Pró-Reitoria de Política Estudantis (PR7), a partir de 2018, implementou uma série de iniciativas voltadas à permanência estudantil. Entre os benefícios oferecidos estão o Auxílio Permanência, no valor de R\$ 700,00 mensais, destinado a estudantes com matrícula regular e renda familiar per capita de até meio salário-mínimo²⁰.

²⁰ Os valores apresentados aqui e nos parágrafos seguintes referem-se ao ano de 2025.

Além disso, são disponibilizados auxílios para alimentação, através da concessão de refeições gratuitas nos Restaurantes Universitários (RU). Já o auxílio transporte divide-se em três modalidades: auxílio intermunicipal (R\$ 456,00) para estudantes que morem fora dos municípios que estão matriculados; auxílio transporte municipal 1 (R\$240,00), para estudantes de cursos presenciais do Campus Caxias, auxílio transporte municipal 2 (120,00) para estudantes de cursos presenciais do Campus Macaé.

O Auxílio Educação Infantil (R\$385,00) é destinado a estudantes que comprovem possuir dependentes com idade inferior a 06 anos completos, tendo como objetivo suprir parcialmente as despesas decorrentes da maternidade/paternidade.

O Auxílio Material Didático é composto pelo valor de R\$300,00, com a finalidade de contribuir com as despesas para aquisição de material didático e pedagógico, para estudantes de cursos de graduação presencial. Nessa mesma linha de política, ainda existe o Auxílio Inclusão Digital que consiste em auxílio financeiro mensal, no valor de R\$120,00, com a finalidade de possibilitar o acesso às tecnologias de informação.

No âmbito da Inclusão, o Auxílio PCD se destaca por ser um auxílio financeiro mensal, no valor de R\$552,00, para apoiar a permanência de estudantes com deficiência, de cursos de graduação presencial.

Por último, quanto à moradia do estudante há duas modalidades, a modalidade de vaga na Residência Estudantil na Cidade Universitária (incluindo: acesso gratuito a café da manhã, lanche da tarde e Restaurantes Universitários da UFRJ). E a modalidade auxílio, no valor de R\$960,00 é destinado a estudantes que não conseguiram vagas na residência estudantil, com a finalidade de custear parcialmente as despesas com habitação para estudantes que a distância de seu núcleo familiar torne inviável o deslocamento diário.

Tabela 6 - Auxílios Vinculados à Resolução CONSUNI 02/2019

Auxílios Vinculados à Resolução CONSUNI 02/2019												
	jan/25	fev/25	mar/25	abr/25	mai/25	jun/25	jul/25	ago/25	set/25	out/25	nov/25	dez/25
Auxílio Permanência	3.096	3.078	3.056	3.037	3.301	3.650	3.636	3.546				
Auxílio Moradia - Financeiro	285	277	274	276	275	274	281	272				
Auxílio Alimentação												
Macaé	216	211	207	0	0	0	0	0				
Rio de Janeiro	3.838	3.547	3.531	3.725	3.990	4.326	2.851	4.343				
Auxílio Educação Infantil	121	118	116	113	111	109	142	139				
Auxílio Inclusão Digital	1.856	1.839	1.825	1.817	1.803	1.796	1.996	1.927				
Auxílio Material Didático												
Auxílio Mensal	2.082	2.096	2.079	2.070	2.058	2.031	2.328	2.247				
Auxílio Parcela Única	18											
Auxílio Transporte												
Auxílio Transporte Intermunicipal	1.697	1.691	1.679	1.662	1.655	1.635	1.893	1.827				
Auxílio Transporte Macaé	323	312	304	302	300	298	306	291				
Auxílio Transporte Caxias	82	82	81	80	80	80	87	85				
Auxílio PCD	147	148	154	158	159	156	189	187				

Fonte: Site PR7 - UFRJ

Embora as políticas de permanência da UFRJ representam um esforço institucional significativo para garantir que todos os estudantes, independentemente de sua origem social, tenham condições de concluir sua formação acadêmica, é importante mencionar que a maioria das políticas acima mencionadas são apenas para os estudantes de graduação. Sendo efetivamente a residência estudantil e os grupos de apoio psicológico acessíveis para estudantes de pós-graduação.

As ações da PR2 se apoiam nas bolsas vinculadas aos órgãos de fomento como CAPES, CNPQ e FAPERJ, com as modalidades da CAPES descritas a seguir:

- Programa de Demanda Social - DS
- Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior - PDSE
- Programa de Estudantes-Convênio de Pós-graduação - PEC/PG
- Programa Institucional de Pós-Doutorado (PIPD)

Contudo, observa-se que grande parte dessas políticas se concentra na graduação, enquanto ações específicas para estudantes de pós-graduação permanecem mais restritas, limitando o alcance de algumas modalidades de apoio. Evidencia-se que, embora avanços importantes tenham sido alcançados, a efetividade das políticas de permanência depende da articulação contínua entre programas institucionais e políticas nacionais, garantindo que os direitos estudantis

se traduzem em condições concretas para a conclusão dos cursos de pós-graduação. No bloco de entrevistas sobre percepções acerca de políticas de permanência na UFRJ, realizei três perguntas com a finalidade de entender o nível de conhecimento sobre políticas específicas para mães:

- Você já utilizou algum serviço ou ação de permanência da UFRJ? (pergunta 39)
- Na sua opinião, essas políticas oferecidas pela UFRJ atendem de forma satisfatória as demandas das mães? (pergunta 40)
- Você conhece alguma ação de permanência que a UFRJ tenha para estudantes mães na pós-graduação? Se sim, quais ações você conhece? (pergunta 41)

Com as 6 estudantes que realizei as entrevistas sobre experiências, apenas Amina citou o Restaurante Universitário como uma política de favorecimento para as mães, mas afirmou que sabia que não era uma política feita especificamente para elas. Todas as entrevistadas afirmaram desconhecer uma política voltada especificamente para mães na universidade, e disseram não utilizar quaisquer políticas de permanência.

O desconhecimento de uma política de permanência, voltada para mães estudantes, pode revelar uma lacuna importante na disseminação de informações e na acessibilidade dessas políticas. Isso significa que, efetivamente, a comunicação dessa política não está atingindo o público-alvo. E quando atinge, as mães enfrentam uma série de obstáculos para acessar a política (Moura, 2024).

Para esta pesquisa, realizei um levantamento junto às 69 universidades federais brasileiras em relação à existência de políticas de apoio à maternidade. O breve levantamento foi realizado através dos sites das universidades, com as informações disponíveis em resoluções, editais e sites das Divisões e Pró-reitorias de Políticas Estudantis. Constatei que os valores pagos aos auxílios de parentalidade variam entre R\$50,00 a R\$ 771,00. Sendo pagos a mães e pais com filhos de 0 a 6 anos. E que apenas, 5 universidades brasileiras não possuíam qualquer informação sobre auxílios maternidade. Dentre as 69 universidades, 23 delas também possuem creches ou colégios de aplicação, sem a informação de reserva de vagas para filhos de estudantes. Constatei ainda, antes da promulgação da nova lei do PNAES, de 2024, apenas três instituições já contemplavam a pós-graduação em suas políticas de apoio à maternidade: à Universidade Federal de

Pelotas (UFPel), a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e a Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

No que se refere a lei de criação da PNAES, passado o primeiro ano de promulgação da lei, o texto ainda não havia sido regulamentado. Apresentou-se uma demanda por esta regulamentação por parte dos gestores e operadores das ações de assistência estudantil, a fim de melhor definir os parâmetros de atuação deste setor e aprimorar a definição referente à elegibilidade dos beneficiários. Ainda no campo da operacionalização das ações da PNAES, um tema em particular apresenta-se como urgente: a questão da disponibilidade de recursos orçamentários para a viabilização desta política. Dados atualizados em meados de 2025 apontavam que, em 2024, “o orçamento discricionário das universidades federais, excluídos os benefícios pagos a servidores, somou R\$5 bilhões, valor inferior aos R\$6,7 bilhões de 2016 e aos R\$5,5 bilhões de 2019”. Este orçamento destina-se ao custeio de contas básicas como água e luz, a limpeza dos centros de ensino, manutenção e assistência estudantil. Como viabilizar o alcance das ações de permanência e assistência estudantil com as restrições orçamentárias impostas às IES federais? A situação é dramática, levando a um risco de redução significativa do número de beneficiários destas ações, comprometendo o impacto dessas medidas no médio prazo. (Heringer, 2025, p. 10)

Em termos de auxílio financeiro, os Auxílio Educação Infantil, em suas diferentes nomenclaturas, constituem uma importante política de permanência voltada para mães estudantes. No entanto, a lei do PNAES (lei 14.914), só foi ampliada de forma a incluir a pós-graduação, em 2024. Lembramos que é essa lei, que prevê, entre outros programas, suporte financeiro para a realização dos pagamentos do auxílio educação infantil e para a criação de creches universitárias. Apesar dessa mudança normativa, a medida ainda não foi efetivamente implementada nas universidades brasileiras. No próximo sub tópico, iremos discutir um pouco mais sobre os espaços e serviços que estão disponíveis às mães estudantes.

4.1.4. Espaços e serviços de apoio às mães na UFRJ

Como discutido nos capítulos anteriores, a experiência da maternidade, quando associada à condição de estudante, coloca as mulheres em situação de maior vulnerabilidade social no espaço universitário. Nesse contexto, torna-se fundamental compreender de que maneira as políticas de apoio e permanência voltadas às estudantes mães podem contribuir para a efetiva conclusão de seus cursos. Assim, este subcapítulo busca apresentar e analisar as principais ações implementadas pela UFRJ, evidenciando os mecanismos institucionais existentes e suas limitações, no enfrentamento das desigualdades que incidem sobre esse grupo específico de discentes.

A Universidade Federal do Rio de Janeiro dispõe de um conjunto de serviços e iniciativas voltadas a mães (e pais) universitários, que combinam infraestrutura física, benefícios financeiros e projetos de extensão, mas que ainda enfrentam limitações de cobertura e capacidade frente à demanda. Entre as ações institucionais destacam-se a Escola de Educação Infantil (EEI/Colégio de Aplicação), iniciativas locais de salas/núcleos de acolhimento para a amamentação e o Programa de Assistência Estudantil (PR-7), que inclui uma modalidade específica de auxílio para educação infantil. Contudo, lacunas persistem quanto ao número de vagas ofertadas, à universalização de salas de amamentação nas unidades e à existência de auxílios financeiros mais amplos e estáveis dirigidos exclusivamente a estudantes-mães.

A criação da creche da UFRJ ocorreu em 1981 com o objetivo de atender filhos de servidores técnico-administrativos e docentes da universidade, funcionando como uma ação de assistência voltada prioritariamente aos trabalhadores da instituição. Somente a partir de 2012 a unidade passou a admitir também os filhos de estudantes, em resposta às pressões e reivindicações internas por políticas de apoio à permanência estudantil. Essa ampliação do público atendeu apenas durante um ano uma demanda histórica das mães universitárias, que enfrentavam grandes dificuldades para conciliar o cuidado com os filhos e o desempenho acadêmico, em um contexto em que a universidade ainda não possuía políticas estruturadas voltadas à maternidade.

Com a Resolução CNE/CEB nº 1/2011 (Brasil, 2011), que fixou normas de funcionamento das unidades de Educação Infantil ligadas à administração pública federal, e, especialmente, com o processo de reestruturação da creche da UFRJ em 2013, quando passou a ser oficialmente denominada Escola de Educação Infantil (EEI-UFRJ), a instituição assumiu um caráter educacional e universalista. A partir daí, a entrada passou a se dar por sorteio público, e a prioridade baseada no vínculo funcional ou estudantil foi eliminada.

Essa mudança, embora tenha alinhado a unidade às diretrizes nacionais de educação infantil pública e gratuita, retirou seu potencial como instrumento de permanência universitária, especialmente para as mães estudantes, que continuam sem acesso garantido a vagas. Ao mesmo tempo, não resolveu o problema da alta demanda de vagas nos sistemas de ensino municipais, que contavam em 2024 com

13 mil crianças em filas de espera para creches no município do Rio de Janeiro (SEPE, 2024), que sedia a UFRJ.

Na prática, a adoção da universalidade formal no ingresso resultou em uma política que ignora as desigualdades materiais e de gênero existentes na universidade. O número de vagas, já historicamente limitado, não comporta a demanda crescente de estudantes mães, e a ausência de reserva ou critérios de prioridade social transforma o acesso em um processo aleatório, que não reconhece a maternidade como um fator relevante de vulnerabilidade estudantil. Assim, a creche, ao deixar de priorizar filhos de estudantes, deixou também de cumprir um papel de política de permanência, revelando uma contradição entre o discurso de democratização e a realidade de exclusão que ainda marca a experiência das mulheres com filhos no ensino superior.

Durante a pesquisa, percebi que acessar documentos oficiais sobre as mudanças de ingresso e reserva de vagas nas creches federais não era uma tarefa fácil. Mesmo sendo uma resolução fundamental para entender a transformação das creches em Escola de Educação Infantil, no caso da UFRJ, não está disponível de forma clara nos portais institucionais, como o da PR-7 ou do CAP-UFRJ. É importante salientar que este dado também não aparece em outras teses, dissertações e TCC sobre maternidade e universidade.

Esse percurso revela não só a dificuldade de acesso a informações sobre políticas de permanência voltadas a mães estudantes, mas também o caráter inédito desta pesquisa. Conseguir localizar o documento permitiu trazer à luz dados e normas que normalmente não circulam, mostrando como decisões administrativas e regulamentações têm impacto direto na vida de estudantes que são mães.

No que tange à infraestrutura de apoio no campus, destacam-se iniciativas locais como o Núcleo de Acolhimento Parental (NAP) inaugurado na COPPE/CT, que oferece sala para amamentação, frigobar para armazenamento de leite materno, trocador e espaço lúdico para crianças maiores — um exemplo de ação pontual que melhora a rotina de mães e pais que circulam pelo campus, mas que ainda não configura cobertura universal em todos os campi e unidades acadêmicas.

Por fim, há projetos de extensão, coletivos e iniciativas estudantis, como projetos “Mães na Universidade”, que articulam suporte emocional, orientação e incidência política para ampliar direitos e espaços. Esses atores complementam

políticas institucionais, mas dependem de articulação interna e financiamento variável.

Em síntese, ainda que a UFRJ conte com iniciativas de apoio, como o Auxílio Educação Infantil e a criação de espaços de acolhimento parental (apenas no COPPE/CT), observa-se que tais medidas não foram universalizadas para todos os campi, sendo muitas vezes restritas em termos de alcance e, em alguns casos, sequer contemplam as mães da pós-graduação.

A análise desse cenário das políticas de permanência para pós-graduação ainda não constitui uma preocupação efetiva das universidades públicas. A ausência de respostas institucionais, para com essa pesquisa, a dependência orçamentária do PNAES e a ambiguidade das normativas internas, como a Resolução nº 02/2019 da UFRJ, revelam uma estrutura política formalmente prometida, mas materialmente reproduz exclusões.

Durante o processo de levantamento de informações junto às pró-reitorias, enfrentamos um silêncio institucional em torno do tema. Os e-mails e solicitações oficiais não obtiveram retorno e, nos raros casos em que houve resposta, os dados apresentados foram apenas aqueles que já estavam disponíveis nos sites da instituição. Esse silêncio não é um mero obstáculo metodológico: ele se configura como dado empírico, evidenciando a falta de interesse das instituições em discutir a parentalidade na pós-graduação. O não-dito torna-se, portanto, um marcador da negligência estrutural que atravessa as políticas de permanência.

Mesmo quando há documentos normativos que aparentam contemplar estudantes de diferentes níveis, o alcance real dessas políticas se restringe à graduação. A Resolução nº 02/2019 da UFRJ define o auxílio de educação infantil como um “benefício financeiro mensal destinado a estudantes que comprovem possuir dependentes, com o objetivo de suprir parcialmente as despesas decorrentes da maternidade e paternidade”. A redação do texto é propositalmente ampla: o termo estudante não distingue graduação e pós-graduação, e o artigo 3º menciona que determinados programas podem abranger ambas as modalidades de ensino. Todavia, o mesmo documento vincula a execução financeira ao PNAES, cuja regulamentação (Decreto nº 7.234/2010) delimita expressamente o público-alvo como os estudantes de graduação presencial.

Esse arranjo jurídico-orçamentário cria uma ambivalência normativa: a política nasce com potencial de universalidade, mas é implementada de modo restritivo. O

resultado é um bloqueio estrutural, uma política que existe no texto, mas não se concretiza na prática, pois o instrumento financeiro que a sustenta exclui a pós-graduação. Essa tensão entre a norma e sua execução reproduz uma lógica de exclusão silenciosa, na qual as mães e pais pós-graduandos permanecem invisibilizados, mesmo dentro de programas que, em tese, reconhecem a maternidade e a paternidade como dimensões legítimas da vida acadêmica.

Essa contradição não é exclusiva da UFRJ. O estudo de Oliveira, Rocha e Silva (2024) confirma que a lacuna é sistêmica. Mapeando 27 universidades federais brasileiras, os autores identificaram que apenas seis instituições (22% da amostra) dispõem de alguma política de assistência voltada à pós-graduação. Mesmo nesses casos, as ações são “expansões de programas originalmente concebidos para a graduação, sem considerar as especificidades dos discentes de mestrado e doutorado”. A pesquisa destaca ainda que, embora algumas resoluções, como a da UFRJ, incluam formalmente estudantes da pós-graduação, a dependência orçamentária do PNAES impede sua efetivação.

O Dossiê Florestan Fernandes (2023), produzido por entidades do movimento estudantil e grupos de pesquisa (como a Associação Nacional de Pós-Graduandos - ANPG), também denuncia essa invisibilidade ao apontar que a maternidade e a parentalidade estudantis permanecem fora da pauta das políticas de permanência. O documento observa que a falta de reconhecimento institucional das responsabilidades de cuidado reforça desigualdades de gênero e classe no acesso e na permanência universitária, destacando que a ausência de creches, auxílios compatíveis e adaptações acadêmicas específicas resulta em trajetórias mais interrompidas e exaustivas para mulheres-mães. Ao discutir o caso da pós-graduação, o dossiê demonstra que a parentalidade segue sendo tratada como uma questão individual e não como um problema público que demanda respostas institucionais, reforçando o diagnóstico de que o vazio político é também um vazio simbólico - a recusa em reconhecer a parentalidade como parte legítima da experiência acadêmica.

Assim, a falta de resposta das instâncias oficiais não apenas confirma a inexistência de políticas de permanência para mães e pais na pós-graduação, como também evidencia a resistência institucional em reconhecer o tema como pauta legítima. O dado empírico mais contundente da pesquisa é, portanto, a ausência: a ausência de políticas, de dados e de vontade política. Essa ausência,

paradoxalmente, fala, pois denuncia que as universidades ainda não se reconhecem como corresponsáveis pela permanência de sujeitos mães que vivenciam múltiplas jornadas dentro da vida universitária.

A ausência de políticas específicas para esse público reforça a vulnerabilidade das estudantes-mães que se encontram em níveis mais avançados da formação acadêmica, muitas vezes conciliando exigências intensas de pesquisa com a responsabilidade pelo cuidado dos filhos. Diante desse cenário, torna-se fundamental analisar como essas mulheres vivenciam a maternidade no espaço universitário. Assim, o próximo tópico apresenta os dados iniciais da pesquisa realizada via *e-survey*, delineando o perfil sociodemográfico das participantes, sua distribuição por nível de formação e área de estudo, além de informações sobre a maternidade, como número e idade dos filhos e o tempo dedicado ao cuidado.

4.2. Resultados do *e-survey*

A presente teve como objetivo explorar as experiências e desafios enfrentados por mães que estão cursando programas de pós-graduação na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Um dos instrumentos para a realização da pesquisa foi a aplicação de um *e-survey* através do Google Forms, a fim de compreender como a maternidade se entrelaça com a vida acadêmica, revelando as particularidades e as demandas que essas mulheres enfrentam no contexto educacional.

A escolha do Google Forms como ferramenta de coleta de dados se mostrou pertinente por sua acessibilidade e facilidade de uso, permitindo que as participantes compartilhem suas vivências de forma anônima e segura. Além disso, a pesquisa qualitativa é fundamental para captar as nuances das experiências dessas mães, proporcionando uma visão mais aprofundada e rica sobre suas realidades (Silva, 2020).

Como já mencionado, essa pesquisa contou com duas etapas de trabalho de campo, para atingir o objetivo de compreensão do perfil e permanência das mulheres estudantes e mães de pós-graduação da UFRJ. Nesta etapa do *e-survey*, o questionário ficou disponível para resposta por 45 dias corridos, tendo sido aplicado nos meses de julho, agosto e setembro de 2024. A escolha dos meses foi

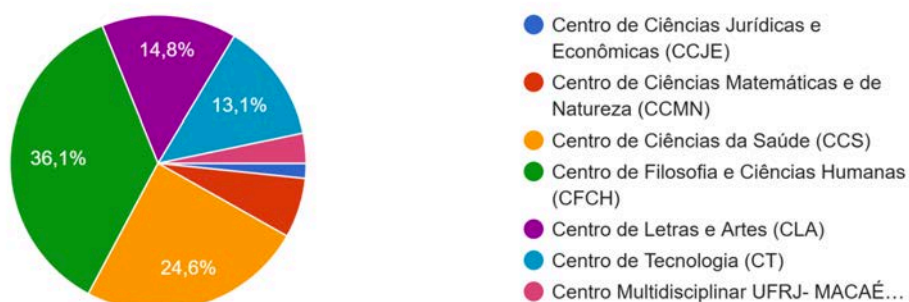
realizada a fim de aproveitar o final das férias escolares de meio de ano e do recesso estudantil da universidade, momento em que em geral as mães estão em casa com as crianças e logo a seguir retornando para a universidade, mas sem a pressa de apresentação de trabalhos e provas, por se tratar de início do segundo semestre.

O Google Forms foi disponibilizado nos grupos de whatsapp, facebook e instagram que reúnem estudantes de pós-graduação da UFRJ, sejam institucionalizados ou não. Dessa forma, conseguimos alcançar 62 mães pós-graduandas (37 doutorandas e 25 mestrandas), sendo elas pertencentes aos seguintes centros de pesquisa da UFRJ:

Gráfico 8 - Centro de Pesquisa das estudantes mães de pós-graduação

Qual Centro você faz parte?

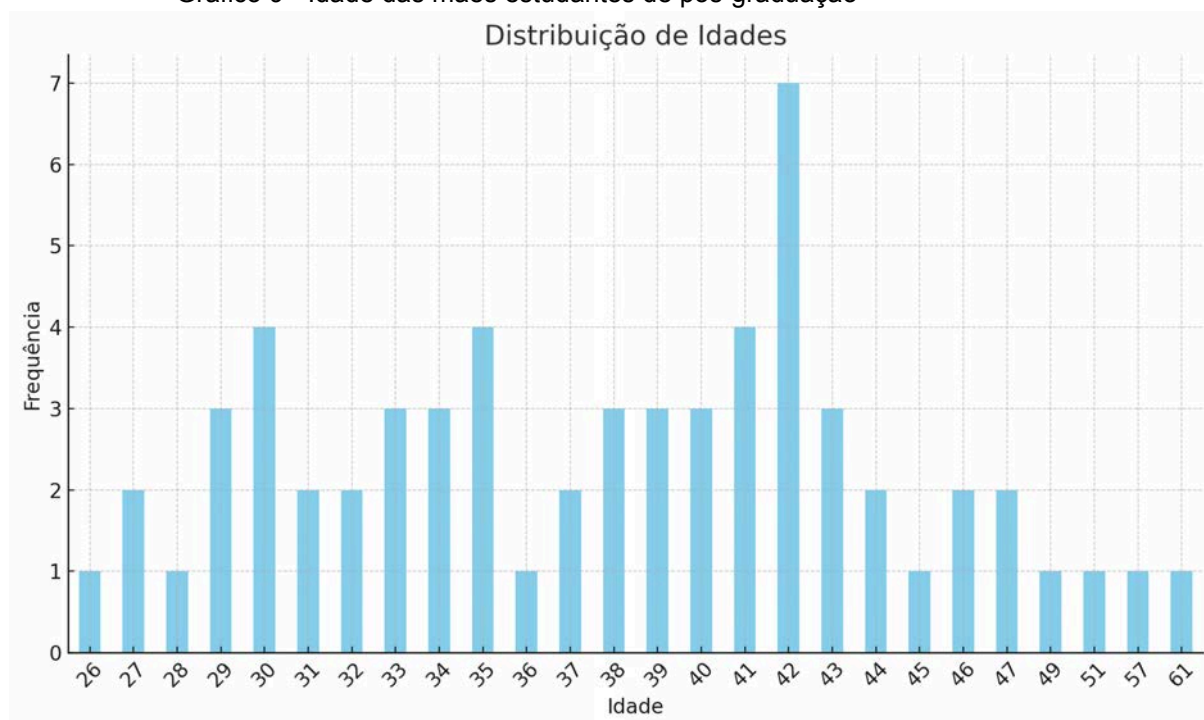
61 respostas



Fonte: Elaboração própria.

Vemos então que o maior número de respostas foi do CFCH, seguido do CCS e do CCJE. Acreditamos que a maior adesão de estudantes do CFCH se deve a sua proximidade com a área de humanidades e em especial a área de educação, a qual a autora e orientadora estão vinculadas.

Gráfico 9 - Idade das mães estudantes de pós-graduação



Fonte: Elaboração própria.

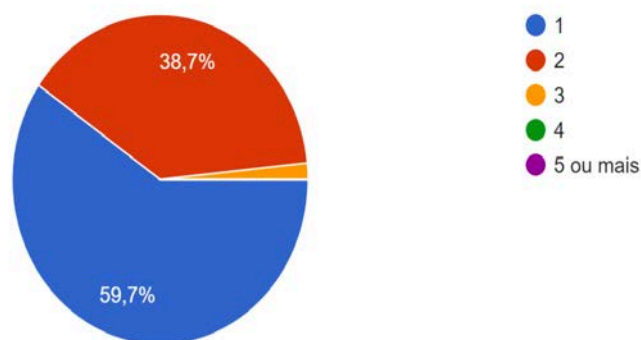
A faixa etária das mães pós-graduandas exerce uma influência significativa em suas experiências acadêmicas e nos desafios que enfrentam ao longo do percurso educacional. Podemos localizar o maior número de mães entre 29 e 43 anos, tendo um pico aos 42 anos (7 respostas). Apresentamos duas hipóteses importantes sobre a faixa etária dessas mulheres: o maior número de mulheres com idades acima dos 30 anos pode sugerir que muitas mulheres optam por adiar a entrada na pós-graduação até uma fase mais avançada da vida em que seus filhos já sejam um pouco maiores; ao mesmo tempo em que pode significar que outras mulheres estejam adiando a maternidade, optando por sua formação acadêmica e profissional e depois a vida pessoal. Essa escolha pode ser atribuída a diversos fatores, como a busca por estabilidade financeira, o desenvolvimento de uma carreira antes de assumir a maternidade ou busca por um amadurecimento pessoal que permita uma melhor gestão das responsabilidades familiares e acadêmicas.

Ao mesmo tempo, o fato de muitas idades terem sido assinaladas por apenas uma estudante indica que não há uma tendência exata para já ser mãe e estar cursando a pós-graduação, o que nos leva a concluir que há uma diversidade na vivência entre maternidade e pós-graduação.

Gráfico 10- Quantidade de filhos das estudantes mães de pós-graduação

Quantos filhos você tem?

62 respostas



Fonte: Elaboração própria.

A trajetória acadêmica das mães pós-graduandas também pode ser influenciada pelo número de filhos que a mulher possui, pois pode impactar tanto a sua vivência acadêmica quanto às dinâmicas de pertencimento e as "formas de afiliação" na pós-graduação. (Moura, 2024)

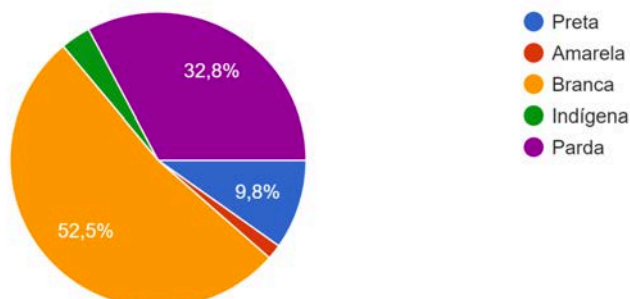
A maioria das mães respondentes tem apenas um filho, o que pode facilitar a conciliação entre as responsabilidades familiares e os estudos. Com um único filho, as mães têm a possibilidade de dedicar mais tempo e atenção ao desenvolvimento acadêmico, além de organizar sua rotina de maneira mais eficiente, minimizando os desafios logísticos e emocionais que frequentemente acompanham a maternidade. O mesmo acontece com mulheres que possuem filhos mais velhos ou em uma faixa etária que já possibilite a autonomia das crianças.

No entanto, é importante reconhecer que a presença de apenas um filho não elimina os desafios que essas mães enfrentam. A pressão para equilibrar as demandas de estudo com a criação do filho pode ser intensa, especialmente em momentos críticos, como durante exames ou no período próximo à defesa de teses e dissertações. Além disso, mães com apenas um filho podem sentir a necessidade de prover uma base financeira e emocional sólida, o que pode resultar em estresse adicional.

Gráfico 11 - Autoidentificação racial das estudantes mães de pós-graduação

Dentro dessas respostas, como você identifica sua cor ou raça?

61 respostas



Fonte: Elaboração própria.

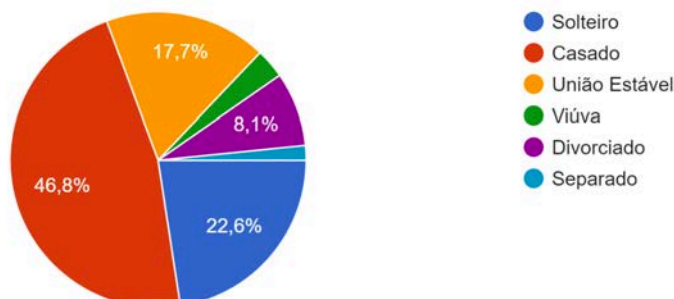
Na perspectiva de raça e maternidade acadêmica, revela-se que o panorama de desigualdade racial ainda persiste dentro das instituições de ensino superior no Brasil. A predominância de mulheres autodeclaradas brancas (52,5%) nesse contexto destaca as barreiras que outros grupos raciais enfrentam para acessar a educação avançada. As mulheres brancas constituem a maioria dos estudantes de pós-graduação, enquanto as mulheres pardas (32,8%) e pretas (9,8%) ainda se encontram em desvantagem significativa, refletindo um histórico de exclusão e falta de oportunidades que afeta suas trajetórias acadêmicas e profissionais. Essa desigualdade racial é um reflexo das injustiças sociais e estruturais que permeiam a sociedade brasileira, onde a cor da pele ainda determina, em grande medida, o acesso a recursos e oportunidades.

Além disso, as mães indígenas enfrentam desafios ainda mais acentuados. Esse grupo, muitas vezes marginalizado e invisibilizado, lida com barreiras que vão além do acesso à educação, incluindo a preservação de suas culturas e identidades. As mulheres indígenas, em particular, muitas vezes precisam superar a falta de políticas públicas que reconheçam suas necessidades específicas, além das dificuldades de deslocamento e de recursos.

Gráfico 12- Estado civil das mães estudantes de pós-graduação

Qual seu estado civil?

62 respostas



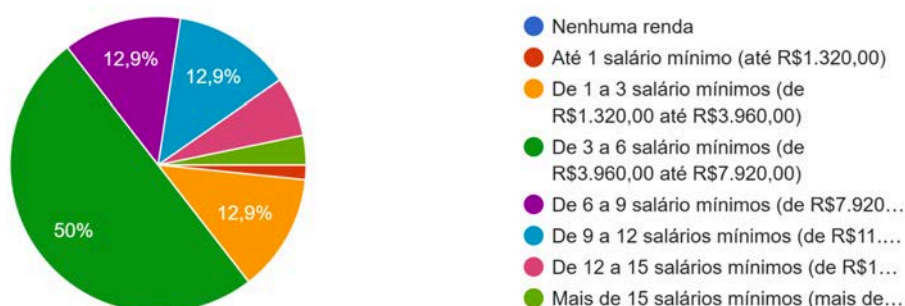
Fonte: Elaboração própria.

Entender os dados sobre o estado civil de mães universitárias é crucial para compreender as dinâmicas que envolvem a rede de apoio que elas possuem. A situação conjugal pode influenciar diretamente a capacidade dessas mulheres de conciliar a vida acadêmica com as responsabilidades familiares. Mães casadas ou em união estável (60,4%) podem ter acesso a um suporte emocional e prático maior, enquanto mães que estão solteiras (22,6%) podem enfrentar desafios adicionais, como a falta de assistência financeira e emocional.

Gráfico 13 - Renda familiar mensal das estudantes mães de pós-graduação

Somando a sua renda com a renda das pessoas que moram com você, quanto é, aproximadamente, a renda familiar mensal?

62 respostas



Fonte: Elaboração própria.

Outro dado relevante, e que influencia diretamente na dinâmica de estudos e pesquisa das mulheres mães, é a renda mensal dessas mulheres. A preocupação com o sustento de suas famílias é um fator crucial para a permanência e conclusão de seus cursos. Se por um lado, muitas mulheres iniciam o curso a fim de se especializar e obter mais uma qualificação profissional, a falta de bolsas de fomento pode ser um dificultador para que elas finalizem seus cursos.

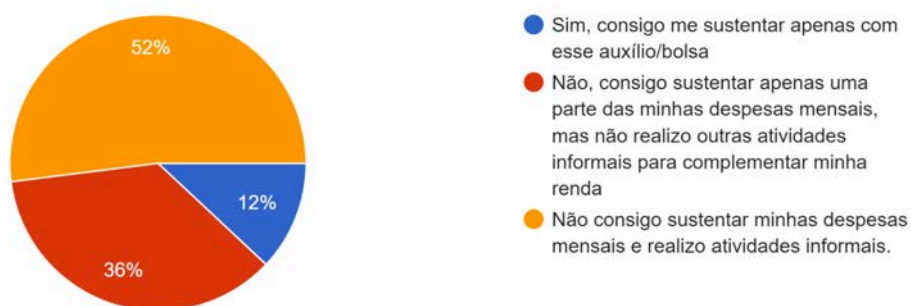
Quanto à resposta sobre a quantidade de moradores nas suas casas a grande maioria revelou que possuem famílias de 2 a 4 membros e quando relacionamos com os dados de renda, podemos observar que a maioria das respondentes informou renda mensal de 3 a 6 salários-mínimos, o que não necessariamente garante uma estabilidade para uma família de 4 pessoas.

Como resposta a realização de trabalho formal, 44 entrevistadas responderam que o realizam. Dentre essas, 25 estudantes assinalaram que recebem algum tipo de bolsa e mais de 88% das respondentes que possuem auxílios acadêmicos informaram que não conseguem se sustentar e à sua família com o valor de seus auxílios.

Gráfico 14 - Auxílios financeiros x sustento das estudantes mães de pós-graduação bolsistas

Esse auxílio financeiro consegue sustentar você e sua família?

25 respostas



Fonte: Elaboração própria.

4.2.1. Demandas e Vivências

Os quadros abaixo são resultados das perguntas abertas, da 46^o a 52^a perguntas do *e-survey*. Os quadros indicam a síntese dos desafios e as demandas

enfrentadas pelas mães que estão cursando pós-graduação, bem como os fatores que contribuem para a permanência delas nesse nível acadêmico.

Tabela 7- Demandas que podem dificultar a jornada das mães da pós-graduação segundo as estudantes mães

PRIORIDADE	FATOR	DESCRIÇÃO
1	Dificuldade de Presença	-Dificuldades em comparecer a aulas, congressos e seminários -Logística complicada para cuidar dos filhos
2	Tempo e Dedicação	-Redução drástica na disponibilidade de tempo para atividades acadêmicas - Necessidade de equilibrar a vida familiar e acadêmica
3	Apoio Logístico	-Necessidade de suporte (ex: marido, mãe) para participar de eventos -Dilema de levar ou deixar os filhos em casa
4	Limitações Financeiras	-Custo elevado para participação em eventos - Falta de recursos financeiros para custear deslocamentos e cuidados
5	Compromissos Familiares	-Emergências com filhos podem interferir nos compromissos acadêmicos -Prioridade para os filhos em situações de crise
6	Desregulação da Rotina	-Ausências prolongadas afetam a rotina diária dos filhos -Necessidade de manter a estabilidade emocional e diária
7	Sobreposição de Demandas	-Carga de trabalho semelhante a um emprego remunerado -Dificuldade em atender prazos e exigências acadêmicas
8	Saúde Mental e Concentração	-Impacto na capacidade de ler e concentrar-se - Desconforto emocional ao deixar os filhos com demandas específicas

Tabela 8- Fatores que contribuem para a permanência das mães na pós-graduação segundo as estudantes mães

PRIORIDADE	FATOR	DESCRIÇÃO
1	Rede de Apoio	- Apoio familiar e de amigos - Orientação compreensiva do orientador - Colaboração entre colegas
2	Auxílio Financeiro	- Disponibilidade de bolsas de estudo - Auxílio creche para crianças - Auxílio estudantil
3	Flexibilidade e Acolhimento	- Prazos flexíveis para atividades - Acesso a apoio psicológico - Licença maternidade adequada
4	Estrutura Educacional	- Aulas remotas/online - Espaços acolhedores (salas de amamentação, fraldários)
5	Motivação Pessoal e Profissional	- Desejo de evolução na carreira - Vontade de estudar e se realizar - Expectativa de uma vida melhor

Os resultados do *e-survey* permitem compreender de forma abrangente as condições objetivas e subjetivas que permeiam a experiência da maternidade na pós-graduação da UFRJ. A análise dos 62 questionários respondidos revela um perfil diverso, mas marcado por desafios estruturais comuns, especialmente relacionados à conciliação entre o tempo acadêmico e o tempo do cuidado.

O levantamento evidencia que a maior concentração de respondentes está no Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), o que pode estar associado a uma maior procura das mulheres para os campos de licenciatura e áreas das Ciências Humanas (Ibarra, Ramos e Oliveira, 2021). As faixas etárias predominantes (entre 29 e 43 anos) indicam que muitas mulheres ingressam ou permanecem na pós-graduação em um momento de maior maturidade, quando o cuidado com os filhos ainda é intenso, mas a carreira acadêmica já está mais consolidada.

Em termos socioeconômicos, a maioria das participantes vive com renda familiar entre três e seis salários-mínimos, o que, considerando o custo de vida do Rio de Janeiro e as demandas de manutenção familiar, demonstra vulnerabilidade financeira significativa. Ainda que parte das estudantes receba algum tipo de bolsa, 88% declararam que o valor não é suficiente para o sustento próprio e da família, revelando o caráter insuficiente dos auxílios estudantis.

A Tabela 21, que sintetiza as demandas que dificultam a jornada das mães pós-graduandas, demonstra que as principais barreiras são: dificuldade de presença em atividades acadêmicas presenciais (aulas, eventos, congressos); tempo e dedicação, devido à sobreposição de responsabilidades; apoio logístico insuficiente, demandando redes familiares para viabilizar a participação nas atividades; limitações financeiras e falta de políticas institucionais específicas.

Esses fatores, combinados, revelam uma rotina de sobrecarga emocional e cognitiva, agravada pela ausência de estrutura universitária adequada para acolher mães e crianças (como creches, fraldários e salas de amamentação). Também se destacam as dificuldades em manter concentração e saúde mental, apontadas pelas respondentes como reflexos da tensão constante entre maternidade e desempenho acadêmico.

Por outro lado, a Tabela 22 identifica os fatores que favorecem a permanência, entre os quais se destacam: a rede de apoio (família, colegas e orientação compreensiva); o auxílio financeiro, quando disponível (bolsas e auxílio creche); a flexibilidade institucional (prazos ampliados, acolhimento psicológico e licença maternidade); a estrutura educacional adaptável, como aulas online; a motivação pessoal e profissional, que aparece como um componente central de resistência e persistência.

Esses resultados apontam que a permanência das mães na pós-graduação não depende apenas de recursos financeiros, mas também de condições institucionais de acolhimento e flexibilidade. As respostas demonstram a urgência de políticas que reconheçam a maternidade como um eixo legítimo da permanência estudantil, e não apenas como um fator individual a ser “administrado” pelas estudantes.

De modo geral, o *e-survey* evidencia que as mães pós-graduandas da UFRJ enfrentam múltiplas camadas de desigualdade, mas também constroem estratégias de resistência baseadas em redes de solidariedade e em uma forte motivação por

transformação pessoal e coletiva. Esses dados fornecem uma base sólida para a etapa seguinte da pesquisa, que aprofunda qualitativamente essas vivências nas entrevistas.

4.3. Entrevistas qualitativas: vivências das estudantes-mães e pesquisadoras

A partir deste ponto, irei assumir uma escrita com caráter mais subjetivo, aproximando-se das experiências vividas pelas estudantes-mães entrevistadas e da minha própria trajetória enquanto pesquisadora e mãe universitária. Essa escolha metodológica e narrativa se inspira no lugar social das pesquisadas e pesquisadora, no qual analisaremos as vivências a partir do corpo e da memória, transformando experiência em palavra e palavra em resistência. Você agora irá notar flutuações nas falas, pois busco construir não apenas uma análise aproximada das vivências maternas, mas também um relato atravessado pela minha condição de mulher-mãe-negra que compartilha desafios semelhantes aos das participantes da pesquisa.

Dessa forma, as entrevistas qualitativas aqui apresentadas não são tomadas apenas como dados de pesquisa, mas como fragmentos de vida que dialogam com minha própria vivência, produzindo uma narrativa coletiva. O exercício aqui feito possibilita, assim, entrelaçar ciência e experiência, rigor acadêmico e afetos, análise e testemunho, de modo a revelar as múltiplas camadas que constituem a maternidade no espaço da pós-graduação.

Ao iniciar esta última etapa da pesquisa, escolho dar centralidade às vozes das estudantes-mães que aceitaram compartilhar suas histórias. Suas narrativas serão tratadas como experiências vividas que dialogam com as dinâmicas complexas nas relações entre a academia (UFRJ) e as estudantes mães.

A análise das entrevistas foi dividida em partes, de modo a compreender tanto a dimensão coletiva das mobilizações maternas quanto às vivências individuais das estudantes. Na primeira parte apresento as narrativas de Patrícia e Beatriz que atuam como ativistas, pesquisadoras e uma delas foi fundadora do CMUFRJ, destacando suas trajetórias de engajamento político e as estratégias de incidência institucional construídas no interior da universidade. Já na segunda parte reúne 6 depoimentos de estudantes-mães, mas que compartilham experiências sobre as

dificuldades, resistências e formas de conciliação entre maternidade e pós-graduação. Essa estrutura permite distinguir as dimensões coletiva e individual da maternidade acadêmica, evidenciando como ambas se entrecruzam na construção de sentidos sobre permanência, reconhecimento e pertencimento na universidade.

Assim, a seguir, apresento cada uma das participantes da pesquisa, preservando seus nomes reais, substituídos por pseudônimos. A exposição está organizada de modo a destacar aspectos de sua vida acadêmica e familiar, bem como os desafios e estratégias construídas para permanecer na universidade. Mais do que perfis, o que se desenha são fragmentos de vidas que denunciam desigualdades e, ao mesmo tempo, evidenciam potências coletivas de resistência.

Oito mulheres cruzam o caminho desta pesquisa, cada uma carregando filhos, sonhos e desafios que atravessam a pós-graduação. Muitas delas são as primeiras pessoas de suas famílias a entrar para a pós-graduação, fato que carrega uma enorme responsabilidade e cobrança pessoal, pois, além de serem mães e lidarem com a rotina da casa e dos filhos e de suas pesquisas, precisam lidar com a pressão externa de serem as primeiras mestras e doutoras de suas famílias.

1. **Bertha** – Doutoranda, branca, casada, 27 anos, 1 filho, estudante de pós-graduação de primeira geração, vinculada ao CFCH.
2. **Amina** – Doutoranda, preta, casada, 33 anos, 1 filho, estudante de pós-graduação de primeira geração, vinculada ao CFCH, membro do CMUFRJ.
3. **Maria** – Doutoranda, branca, solteira, 33 anos, 1 filho, estudante de pós-graduação de primeira geração, vinculada ao CLA.
4. **Sueli** – Mestranda, parda, casada, 30 anos, 1 filho, estudante de pós-graduação de primeira geração, vinculada ao CLA.
5. **Anita** – Mestranda, branca, solteira, 42 anos, 1 filho, vinculada ao CFCH.
6. **Carolina** – Doutoranda, indígena, união estável, 37 anos, 1 filho, estudante de pós-graduação de primeira geração, vinculada ao CT.
7. **Beatriz** – Doutoranda, indígena, solteira, 2 filhos, estudante de pós-graduação de primeira geração. Uma das pioneiras na luta sobre a temática de maternidade na pós-graduação na UFRJ, vinculada ao CLA.
8. **Patrícia** – Mestranda, branca, casada, 3 filhos, 34 anos, estudante de pós-graduação de primeira geração, fundadora do Coletivo de Mães da UFRJ, vinculada ao CCMN.

Mais do que perfis estudantis, essas mulheres carregam em suas histórias as marcas de um processo de exclusão e resistência dentro da UFRJ. O que veremos a seguir é como as demandas dessas mulheres se cruzam com as suas narrativas, lutando por pertencimento dentro da universidade e como foram recebidas pela instituição, ao chegarem grávidas, com filhos pequenos ou com filhos grandes. A primeira parte dos relatos inicia-se com as demandas do Coletivo de Mães da UFRJ (CMUFRJ), uma visão a partir da fundadora do coletivo, Patrícia. Logo em seguida, iremos observar como essa pauta chega na pós-graduação, a partir de uma das pioneiras do movimento dentro da UFRJ, Beatriz.

4.4. Coletivo Mães da UFRJ

O Coletivo de Mães da UFRJ nasceu em 2019, a partir da experiência de solidão materna dentro da universidade e da necessidade de criar um espaço de acolhimento de uma das mães ativistas. Como relata a fundadora:

A gente fundou o Coletivo em 2019, no início de 2019 (...). Eu me sentia muito sozinha como se não tivesse outras mães, né? E aí a gente viu uma mensagem no spotted²¹ da UFRJ de uma mãe perguntando se tinha algum espaço em que ela pudesse se integrar. E aí foi que eu falei: "Vamos criar esse espaço!" Ai eu criei um grupo no Facebook, né? Coletivo mães da UFRJ. E aí mandei no spotted: "Existe esse grupo!" Compartilhamos no spotted. Esses dois amigos meus, dessa disciplina, me ajudaram, ficaram na mediação do grupo, né? E aí a gente jogou lá no spotted e aí começou a entrar um monte de mãe neste grupo. Na primeira das primeiras semanas, se eu não me engano foram 300 mães que entraram. Foi muita gente e muito rápido. (Patrícia)

²¹ "Spotted" pode se referir tanto à tradução de uma palavra em inglês quanto a uma plataforma de interação social, especialmente popular no ambiente universitário. A palavra em inglês "spotted" significa "marcado" ou "manchado". No contexto de redes sociais, o termo "Spotted" se popularizou como páginas ou aplicativos que funcionam como um "correio elegante virtual" onde as pessoas descrevem e procuram por alguém que viram, muitas vezes de forma anônima.



Figura 1 - Logo do Coletivo de Mães da UFRJ (CMUFRJ)

Patrícia ainda fala sobre a subjetividade da criação do Coletivo Mães da UFRJ e como essa criação, que se deu a partir de um trabalho de disciplina, voltado para o acesso de mães na geografia e resultou em uma pergunta e um incômodo. *“Onde estão as mães deste local?”* Ao mesmo tempo mostra as semelhanças entre as vivências maternas dentro da academia.

E aí as mães começaram a compartilhar nesse grupo do Facebook suas histórias, suas vivências e a gente começou a perceber: primeiro, percebi que eu não tava sozinha dentro da Universidade, né? Segundo a gente começou a perceber como essas histórias eram muito parecidas, né dentro da Universidade. “Ah, eu tive que trancar!” “Aí eu não pude levar meu filho no Bandeirão” “Não podia levar meu filho para sala de aula. A professora me expulsou!” E a gente começou a perceber as semelhanças. E aí que surge o coletivo, que a gente começa a se organizar dentro desse grupo, né. (Patrícia)

O relato de Patrícia evidencia como a experiência de isolamento materno não era individual, mas coletiva e estrutural, apontando para a exclusão cotidiana das mães universitárias. E como a partir dessa “sensação” coletiva de não pertencimento, nasce a união de diversas mulheres para pautar na UFRJ políticas de permanência. Vale ressaltar que a principal política de permanência parental da UFRJ, o Auxílio Educação Infantil, já existia nesse ano.

Ainda em 2019, a visibilidade alcançada pelo coletivo resultou na realização do I Seminário maternidade Universidade:

No final do ano de 2019 fizemos o primeiro seminário maternidade Universidade na UFRJ. Lá nesse grupo do Facebook, começa a marcar reunião e começa a pensar nas demandas das Mães e como a gente poderia cobrar da instituição para que ela fizesse alguma coisa. Porque as mães estavam sobrevivendo. Aqueles relatos, né? Demonstraram um pouco, que as mães estavam tentando sobreviver dentro da universidade. (...) Esse seminário acabou culminando na criação do Núcleo Materna, porque a gente quis criar um espaço em que pesquisadoras pudessem se

integrar e pensar a maternidade como campo de estudos, até para subsidiar políticas de permanência. (Patrícia)



Figura 2 - Logo do Núcleo Materna



Figura 3 - Cartaz I Seminário Sobre maternidade na Graduação - UFRJ

E é aqui que observo que o coletivo se mobiliza para lidar com a universidade a partir dos próprios moldes que a academia entende e considera como relevante. Utiliza-se do próprio *habitus* tradicional da academia para tensionar e criar formas práticas e pesquisas dentro da Universidade. O CMUFRJ se transforma em espaço de produção de conhecimento e articulação política, deslocando a maternidade para dentro da agenda acadêmica e institucional.

A organização dos diferentes coletivos de mães na universidade a partir de 2010 (Silva, 2024; Corrêa et al, 2021), que passam a realizar seminários e a produzir

pesquisas sobre as desigualdades vividas na academia, mostra como esse grupo tem o potencial de criar tensões na academia, ao identificar aspectos na atuação institucional com uma lógica patriarcal, elitista e produtivista que invisibiliza mulheres e as pune por serem mães. Ao se articularem coletivamente, essas mulheres não apenas revelam os limites desse *habitus*, mas também criam condições para sua transformação, instaurando novas práticas e significados no campo científico.

Enfim, esse seminário acabou culminando na criação do Núcleo Materna, porque a gente começou a criar redes com essas pesquisadoras e a gente quis criar um espaço, né? Em que essas pesquisadoras pudessem se integrar e que a gente pudesse pensar na maternidade como um campo de estudos, até para subsidiar assim mais para frente políticas de permanência então. O Núcleo Materna surge a partir desse seminário que teve na UFRJ. E aí a gente cria mesmo um espaço, junta essas pesquisadoras. Depois cria um site, né, para colocar a gente faz uma biblioteca online com várias pesquisas em maternidade, gênero. (Patrícia)

Entretanto, se por um lado o coletivo cria redes de apoio e produção intelectual, por outro enfrenta sérios obstáculos de diálogo com a instituição. Como aponta a entrevistada: *“O diálogo com a instituição sempre foi muito difícil. Desde o início a gente tentou reuniões com a Reitoria e não conseguimos. (...) A instituição dizia que já existia política de permanência, mas no papel. O que de fato era cumprido era só o auxílio educação infantil.”* (Patrícia)

A entrevistada ainda aponta que a pauta só passou a ter relevância durante a pandemia (2020-2023) quando os docentes, principalmente as docentes, que também eram pais e mães, estavam em casa com seus filhos e precisavam trabalhar remotamente e sem auxílio, levaram a questão até a universidade.

E aí no meio dessas reuniões, de tudo, surge a proposta de uma GT de parentalidade na UFRJ, que essa proposta surge das docentes que não estavam conseguindo sobreviver ao ensino remoto, ali com seus filhos dentro de casa, então elas surgem, encontram com coletivo, essa proposta chega até o coletivo e a gente se une a elas, né? E aí começa a fazer força dentro da Universidade, a cobrar que a instituição faça alguma coisa em relação às mães que estavam em casa, tanto as docentes, quanto às técnicas administrativas, quanto as estudantes que não estavam conseguindo conciliar o trabalho remoto, estudo remoto com as demandas da maternidade, tudo ao mesmo tempo na pandemia. E aí a Reitoria acaba instituindo o GT parentalidade e Equidade de Gênero, que eu faço parte até hoje mesmo não estando mais na UFRJ. Ela institui esse GT que começa a pensar em medidas emergenciais para esse grupo, né? E aí surge o GT. O GT existe até hoje. (Patrícia)

A pandemia de Covid-19 (2020-2023) escancarou e aprofundou desigualdades sociais, tendo efeitos particularmente intensos sobre as mulheres, em especial as mães. O fechamento das escolas e creches, aliado à necessidade de

conciliar o trabalho remoto com o cuidado integral dos filhos e da casa, ampliou de maneira significativa a sobrecarga de tarefas atribuídas a elas (Gilligan, 1982, *apud* Silva e Souza, 2022).

Esse contexto evidenciou a persistência da divisão sexual do trabalho, na qual as responsabilidades domésticas e de cuidado recaem majoritariamente sobre as mulheres, limitando sua participação em atividades profissionais e acadêmicas (Saffioti, 1982). Para as mães universitárias e pesquisadoras, o cenário foi ainda mais crítico, já que a intensificação das demandas familiares se somaram às exigências de produtividade acadêmica, tornando visível a forma como gênero e maternidade condicionam o acesso e a permanência na vida científica (Parent in Science, 2020).

É nesse momento em que ocorre o maior enfrentamento das mães universitárias com a UFRJ, pois foi durante o momento pandêmico que o coletivo denuncia publicamente a negligência institucional, através de carta lida em reunião do Consuni²²:

Chega um momento muito crítico do ensino emergencial que o coletivo faz uma carta direcionada à Reitoria. Pedimos espaço para ler no Consuni, e lemos. Foi um momento de muita emoção, porque trazíamos todos os problemas das mães dentro da instituição. Dessa lista de demandas, a única atendida foi a promessa de instalação de trocadores, que até hoje não foi cumprida em sua totalidade. (Patrícia)

A carta simboliza a transformação do coletivo em sujeito político, tensionando diretamente os espaços de poder. No entanto, a resposta institucional permanece limitada e fragmentada. A entrevistada aponta que a própria universidade, em muitos casos, transfere responsabilidades para o coletivo:

Eu vejo que a universidade se acomoda, porque já existem ações vindas dos coletivos, projetos, movimentos. Então a instituição transfere a responsabilidade para a gente. (...) O coletivo acaba fazendo o papel da instituição, auxiliando mães em processos que a própria universidade não sabe responder. (Patrícia)

Esse deslocamento mostra uma importante contradição: o coletivo, criado para dar apoio, acaba assumindo funções que deveriam ser garantidas pela política institucional de permanência. E até mesmo agindo como elaboradoras de matérias para a universidade, como mostra a fala de Patrícia:

²² Carta do Coletivo de Mães da UFRJ, lida em audiência do CONSUNI, em 11 de novembro de 2021. Disponível em: <https://www.nucleomaterna.org/cartadasmaesdaufjr>

Em relação ao coletivo a pró-reitoria (PR7) nunca procurou o coletivo, nunca procurou o coletivo, você tem que entender que tem um coletivo, ele é formado essencialmente por mães da graduação, eu entendo o coletivo como um eixo mais frágil, né mais vulnerável de todo o movimento que a gente tem na UFRJ e é o que menos consegue diálogo com a instituição, né? Por serem mãe da graduação, por serem estudantes, lidas apenas como estudantes ativistas, então assim com o coletivo nunca teve essa aproximação. Teve com GT. A Pró-reitoria e o GT começaram a ter um diálogo, chegou um momento em que a pró-reitoria pediu para GT elaborar um formulário para poder mapear as demandas das Mães na UFRJ, a gente construiu né? Eu como GT, não como coletivo, ajudei a construir esse formulário. Era um formulário que foi baseado até no formulário que a gente fez é até esqueci de falar isso uma das ações do coletivo da UFRJ. Foi criar um formulário que era para traçar o perfil das mães da graduação. A gente compartilhou esse formulário em 2019, tem até o resultado desses dados em uma publicação que a gente fez. Depois eu posso passar, mas a gente passa mas foi assim uma iniciativa do coletivo para entender para a gente poder mapear as demandas desse formulário depois né? Já lá um GT criado a pró-reitoria pediu para ela monitorar lá, para poder pensar nas reais demandas das Mães da UFRJ. [...] Incluímos a pós-graduação, então a gente tentou fazer um trabalho mais completão, entregamos para a pró-reitoria, né? Só que até hoje esse formulário não foi passado, mas a gente entregou o material, já tem tempo, já deve ter uns dois, três anos que a gente entregou. A pedido da Pró-reitoria, fomos lá e elaboramos esse formulário, incluímos as pós-graduandas, as docentes, as técnicas administrativas, foi um grande formulário. Mas, até hoje não existiu essa pesquisa. (Patrícia)

Quando perguntei sobre os avanços da instituição frente aos 6 anos de existência do coletivo e as cobranças feitas por uma política ativa e organizada para mães nas universidades, a fundadora, responde que percebe uma tensão entre avanços simbólicos e impasses materiais: *“Apesar da grande tentativa de diálogo, não vimos grandes mudanças institucionais. O movimento cresceu, mas as normativas não saíram do papel. A única conquista concreta foi a instalação parcial de alguns trocadores.”* Ou seja, a principal vitória foi a visibilização da pauta materna, mas as mudanças estruturais permanecem bloqueadas pela burocracia e estrutura da UFRJ.

Então eu acho que existe uma grande tentativa de diálogo que não é estabelecida justamente porque a gente pensa na criação de normativas de políticas para essas mães dentro da Universidade. Eu acho que é o UFRJ, ela é um caso muito específico, eu acho a UFRJ muito difícil, ela sabia da existência do coletivo, ela sabia da existência desses movimentos que a gente cria, todas essas ações e às vezes existe uma acomodação porque assim se já existem ações. Já tá tendo acolhimento. Já tá tendo ali um espaço em que as mães conseguem trocar informações, a gente vai lá e transfere essa responsabilidade para elas, eu vejo que a universidade se acomoda assim um pouco e aí eu não vejo um grande movimento por parte da instituição de querer criar essas normativas e política. Existiu durante um período emergencial, existe uma resolução que eu não acredito que seja cumprida. A única coisa que se cumpre nesta resolução é um auxílio que precisa ser cumprido. Porque isso é uma lei federal, ou você tem creche ou você tem auxílio, alguma coisa você tem que ter assim para auxiliar de mãe.

Então, assim que é lei é cumprido tudo que não tá ali dentro de um Regimento é muito difícil, porque a gente precisa criar esse Regimento. E para isso a gente precisa que a universidade entenda esse grupo e que olhe com responsabilidade. O GT está tentando elaborar essas políticas na universidade, mas está ali parado na burocracia de passar por cada colegiado, de ser aprovado. Isso há anos, então assim qual a vontade da instituição de levar isso para frente de verdade, sabe? Porque não adianta o coletivo, os movimentos fazerem todo esse movimento que se não tiver um diálogo mesmo. [...] Eu vejo que existe uma grande dificuldade, porque eu acho que a partir da criação do GT também, que aí é um espaço institucional, acaba virando tudo muito burocrático também, cara, tem que passar pelos colegiados tem que ser aprovado. Não sei o quê, só que isso não acontece nunca porque sempre adiam, porque sei lá, tem que mexer no documento isso aqui, tem que mudar isso aqui e acaba que eu não vi grandes mudanças institucionais, apesar de uma grande tentativa, porque não tem como negar que o movimento que existe hoje na UFRJ gigante, sabe? (Patrícia)

Assim, o Coletivo de Mães da UFRJ expressa um paradoxo: de um lado, amplia redes de solidariedade, promove produção acadêmica e tensiona a universidade; de outro, encontra resistência institucional que transforma conquistas em promessas não cumpridas.

É uma questão bem complicada. O coletivo impacta, acho que primeiramente pela sua existência, né pôr a gente encontrar um ambiente em que a gente se sente acolhida coisa que não existia antes, porque assim como mãe, a nossa percepção e isso eu percebi nas narrativas das outras mães é que a gente estava sozinha dentro da universidade, só eu sou mãe aqui dentro. Então, assim eu tenho que me virar a partir do momento que o coletivo surge e a gente encontra uma rede. (Patrícia)

Na graduação o movimento, ao mesmo tempo em que acolhe e fortalece mulheres, denuncia como a UFRJ, apesar de reconhecer o problema, insiste em transferir para a militância das mães a responsabilidade por garantir sua permanência. Em contraponto, na pós-graduação, além das mesmas questões com infraestrutura e visibilidade, as mães vivenciam outras demandas, que veremos mais à frente. Quanto à entrada delas no coletivo, ainda se dá de maneira tímida. Das 6 entrevistadas do grupo de mães, apenas uma sabia da existência e pertencia ao coletivo. A fundadora contou que a presença delas de forma organizada no coletivo possibilitou a aproximação com as docentes e pesquisadoras da temática da maternidade, ampliando o nível de debate.

Desde o início do coletivo eu identifiquei mães da pós-graduação lá (no grupo do coletivo), elas eram poucas. Assim, tinha muita graduanda no grupo, lá no grupo do Facebook, mas vez ou outra aparecia ali, uma história de mãe da pós-graduação, uma narrativa, uma história de uma mãe da pós-graduação [...] elas eram menos, eu acho que foi naturalmente, assim aos poucos, elas foram entrando no grupo do coletivo. No início a gente pensava no coletivo como um coletivo das Mães da graduação, só que as mães pós-graduadas foram surgindo. Então, elas entraram no grupo do

WhatsApp. [...] E aí também com a criação do GT a gente precisava de representante de mãe na pós-graduação. E aí entrou e disse como uma representante das mães na graduação Felipa²³, que ajudou a pensar o projeto de extensão e ajudou a puxar as docentes. Então, elas foram entrando naturalmente assim no grupo do coletivo. Atuaram no GT, também atuam ainda no Núcleo Materna, muitas mães pós-graduação. (Patrícia)

A partir da entrevista com Patrícia, comecei procurar referências de mães na pós-graduação que pudessem compor um quadro sobre a vivência desse grupo específico nos últimos anos na UFRJ, e assim, conheci Beatriz. Beatriz, é uma mulher indígena, que deixou seu estado para mudar de vida e conseguir mais oportunidades de estudo e carreira.

Então, eu sou uma mulher nortista, né? Eu nasci numa cidade chamada Salinópolis, que é no interior, no litoral do estado do Pará, e mudei para o Rio de Janeiro em 2016 para fazer mestrado, né? Eu era até então mãe de uma criança que ficou com a minha mãe e a promessa era de que eu viria para o Rio, tentaria uma vida melhor do que a que eu tinha no Norte e depois mandaria buscar meu filho. Essa foi a ideia. E aí vim para o Rio de Janeiro em 2016, não passei na primeira seleção de mestrado, passei intensas dificuldades durante um semestre, até ser admitida no mestrado na outra seleção, que foi quando eu passei, né? E aí com a bolsa eu pude ter condições mínimas de sobreviver nessa cidade. (Beatriz)

Beatriz é um grande nome dentro da instituição e no movimento de mães por ser uma das pesquisadoras mães antigas dentro da UFRJ a falar sobre maternidade e ter um olhar decolonial dentro de suas pesquisas. Ela conta que durante sua trajetória desistiu do mestrado durante um período por estar grávida e foi aí que mudou sua pesquisa.

No segundo ano, no início do segundo ano, eu engravidei, engravidei do Juliano, e aí desisti do mestrado durante uns cinco meses, porque não acreditava que era possível eu continuar conduzindo aquela pesquisa, porque aquela pesquisa era muito distante. da minha nova realidade logística, da minha nova realidade política e de todos os atravessamentos que um bebê trazia para mim naquele momento. E aí eu desisti. Teve um processo durante uns cinco meses de desistência, até que conversando com a minha orientadora sobre todos os atravessamentos que eu estava passando, eu decidi que eu tentaria mudar meu objeto de pesquisa. Em vez de pesquisar festas de aparelhagem, eu pesquisaria maternidade e universidade. Que era, na verdade, para tentar responder o porquê que uma vez que eu engravidei, eu não conseguia mais estudar. (Beatriz)

Como pude ver com Beatriz, a trajetória das mães na pós-graduação é composta por diversos desafios, que vão além da permanência, estando diretamente ligados à progressão acadêmica, significado e sentido na pesquisa. Como diferencia Beatriz:

²³ Nome fictício

Eu costumo dizer que uma das diferenças primordiais de mães que estão na graduação e mães que estão na pós-graduação é que, para as mães da graduação, a academia não é encarada, pelo menos na maior parte, como a possibilidade de um trabalho ou uma carreira. Geralmente, quando a gente trabalha na graduação, as mulheres, por exemplo, eu vou ser professora de português, eu vou ser geógrafa. Eu vou ser arquiteta, eu vou ser... Sabe, elas estão muito direcionadas e condicionadas pela possibilidade de trabalho dentro da faculdade que elas estão fazendo, né? E aí, quando essas mães da graduação se envolvem, elas se envolvem no sentido de permanência para se formar no ensino superior. E isso é uma fase, né? É uma fase importante, mas que condiciona a luta pela permanência. Na pós-graduação, e aí eu acho que é uma coisa que eu tenho observado nesses últimos quatro anos, a luta não é só por permanecer nesse espaço, né? A luta é por progredir nesse espaço. E aí você começa a encarar a pós-graduação como uma possibilidade de carreira, né? Uma mulher que faz mestrado, depois ela faz doutorado, ela geralmente está olhando para esse, pelo menos no meu círculo, que é o círculo das humanidades. Acaba havendo no magistério superior uma possibilidade de carreira, né? E uma possibilidade de carreira que às vezes também está ali inscrita num sonho de progressão financeira, de progressão intelectual. (Beatriz)

Essa progressão, no entanto, está condicionada a expectativas de excelência acadêmica, onde a publicação de artigos, participação em congressos, realização de estágios no exterior contam cada dia mais nas seleções para cargos acadêmicos. São demandas que muitas vezes se tornam incompatíveis com a maternidade. Nas palavras da entrevistada, *“mães, devido às dificuldades logísticas com crianças, não conseguem essa performance, não conseguem protagonizar o que a pós-graduação pede e que constitui, nos termos clássicos, um bom pós-graduando”* (Beatriz).

A participação das mães em grupos de luta também assume contornos específicos. Beatriz observa que a adesão das pós-graduandas se dá, sobretudo, quando as atividades “somam com a possibilidade de progressão acadêmica”, o que revela a centralidade da carreira nesse momento da formação. Além disso, diante da ausência de reconhecimento institucional, essas mulheres constroem espaços próprios de mobilização. *“O que essas meninas fazem, na minha perspectiva? Elas criam espaços de autorrepresentação. [...] A gente foi lá e criou os GTs de parentalidade”* (Beatriz).

Beatriz também fala sobre as pautas prioritárias que estão no reconhecimento da maternidade como trabalho que impacta no rendimento acadêmico e, conseqüentemente, na competitividade. Ela exemplifica ao afirmar que *“a maternidade tem que ser considerada quando a gente vai fazer concurso ou quando a gente vai participar de uma seletiva de bolsa de pós-doc. [...] Porque a gente não consegue ser esse modelo de produtividade”* (Beatriz). Assim, as reivindicações vão

além da assistência imediata, envolvendo disputas por políticas que considerem a maternidade no cálculo da trajetória acadêmica.

Por fim, ao refletir sobre o lugar das mães na pós-graduação, Beatriz sintetiza: *“acho que o lugar das mães na pós-graduação é o lugar da resistência, sabe? [...] mas uma resistência onde a gente produz vida, onde a gente produz futuro, sabe? Onde a gente tem alguma perspectiva de vida sendo construída”*. Dessa forma, a experiência das mães pós-graduandas se configura como um movimento político de ressignificação da maternidade dentro da universidade, em que resistir não significa apenas sobreviver, mas também afirmar a possibilidade de uma vida acadêmica fértil e transformadora.

4.4.2. Experiências relatadas sobre acesso, permanência e maternidade na pós-graduação: Conexões entre experiências individuais e coletivas

Falar sobre maternidade na pós-graduação é também falar sobre resistência cotidiana²⁴. Quando penso na minha trajetória e nas histórias que escuto de outras mães, percebo que o acesso ao mestrado ou doutorado não significa apenas conquistar uma vaga, mas enfrentar uma série de barreiras que começam na permanência e se estendem à possibilidade de progredir dentro da vida acadêmica. Algumas entrevistadas falam sobre as suas entradas, mas a que mais chama atenção é Anita que relata uma pergunta abusiva e até mesmo discriminatória, antes mesmo de iniciar o curso, durante a seleção de mestrado:

Eu entrei para o mestrado. Claro, entendendo o lugar da maternidade, mas achava que era meio que como um fator a ser controlado, sabe? Eu fiquei estagnada na minha pesquisa. Eu não sei de qual programa você é, mas o meu programa, ele é... Na época que eu fiz a seleção, ele era o único programa Nota Máxima da Capes de comunicação, né? Me perguntaram na entrevista o que você vai fazer com a sua filha, e na hora que você fica tão estatelada com a pergunta, e você está tão preocupada de passar, que você

²⁴ A noção de estudantes de primeira geração na pós-graduação permite compreender o itinerário formativo não como um percurso previamente planejado e linear, mas como um processo construído de forma progressiva e situada. Para essas estudantes, o acesso à pós-graduação não decorre, em geral, de um projeto acadêmico previamente delineado, herdado ou socialmente naturalizado, mas se constitui à medida que novas possibilidades se apresentam ao longo da trajetória educacional. O percurso formativo, nesse sentido, é elaborado processualmente, sendo redefinido a partir das experiências vividas, das condições materiais disponíveis, das redes de apoio construídas e das mediações institucionais encontradas no caminho. Tal compreensão permite tensionar modelos normativos de trajetória acadêmica que pressupõem continuidade, previsibilidade e capital acadêmico prévio, evidenciando que, para estudantes de primeira geração, especialmente mulheres mães, a permanência e o pertencimento à pós-graduação se constroem de forma não linear, marcada por avanços, interrupções, reorientações e negociações constantes com as condições de vida e com a própria instituição universitária.

fala assim, ah não, está tudo resolvido. E eu acho que tem a realidade de que não está tudo resolvido, sabe? (Anita)

Tal questão levantada pelos professores durante a seleção de mestrado revela um fato já mencionado, o lugar em que muitas vezes a mulher é vista dentro da estrutura social. A mulher em muitos casos é entendida como um sujeito que deve se voltar ao cuidado dos filhos, e quando aspira modificar essa estrutura, é constantemente questionada e julgada por isso.

Quando você se torna mãe, não só a sua estrutura física se modifica, mas todas as dimensões da sua existência são reorganizadas: o tempo, a redefinição de prioridades e, muitas vezes, a maternidade nos obriga a reinventar estratégias para que possamos seguir estudando sem renunciar ao cuidado com os filhos. Uma estratégia para seguir estudando realizada por Amina foi abdicar de um dos seus trabalhos, ela relata que para conseguir uma bolsa de doutorado, escreveu uma carta para a coordenação do PPG que ela havia ingressado.

Então, assim que eu ingressei, assim que saiu o processo, eu escrevi até uma carta de próprio punho. Eu esqueci de citar que antes eu tinha uma outra matrícula, mas que com a maternidade e o doutorado, eu sabia que eu não ia conseguir manter, até porque era um pouco distante da minha casa, e aí eu escrevi uma carta de próprio punho. Fui dizendo que eu abriria mão dessa segunda matrícula, que eu estava tentando dedicar ao doutorado, mas que eu necessitava da bolsa para poder suprir, e porque eu não tinha conseguido uma vaga na creche pública para o meu filho. Eu coloquei todos os comprovantes de que ele não tinha conseguido e que eu teria que dar uma creche particular. Então, assim, eu fiz todo esse processo, além da questão da socioeconômica, tudo que eles já pedem, eu fiz essa carta dizendo. E aí, assim que eles entraram em contato comigo, mesmo falando que era por um ano só, eu deixei a matrícula, né? Era no município de Belford Roxo. Fiquei só no Rio. Não recebi orientação de ninguém... fiz no desespero. (Amina)

Para mulheres advindas da classe trabalhadora, a permanência está fortemente ligada aos auxílios financeiros, pois sem a existência das bolsas, se torna insustentável a continuidade dos estudos. Muitas mulheres relatam que abdicaram de alguma parte de seus trabalhos após a chegada da maternidade. Para Carolina, a entrada na pós-graduação funcionou como uma segunda alternativa, tendo em vista que os seus projetos artísticos não ornavam com a maternidade.

A minha área de trabalho já é uma área bem precarizada que é a dança. Então, eu sempre busquei fazer concurso público, porque eu achava que era uma coisa mais garantida, né? Tive que ir para a área da educação. Então, assim, eu abdiquei mais da minha vida artística, na verdade. Por exemplo, eu já tinha, durante a faculdade e antes, trabalhos com dança de salão também, sempre fui artista da dança, né? Viajava. E aí o último trabalho que eu fiz, Laura já tinha nascido, eu tive que viajar, fiquei um mês

fora. Tive que deixá-la um mês. Ela usava fralda ainda. Para desmamar também, eu tive que fazer o desmame mais rápido. Tive que voltar a trabalhar, deixar na creche, né? E aí, por exemplo, a vida artística eu tive que abdicar, porque eu tive que fazer escolhas, eu não pude continuar na dança de salão, trabalhando com a dança de salão, por exemplo, porque eu viajava muito dando aula em congresso, fora também do Brasil. E eu fui tendo que fazer essas escolhas e procurei um lugar mais seguro pra mim, que foi no campo da educação. Aí, no começo foi muito difícil, assim, né? Porque tinha subempregos, coisa que não me pagava bem. [...] Eu também não ganhei bolsa. Aí passei pro doutorado, mas eu já tava pensando assim, se eu não conseguisse passar, eu ia parar um pouco, porque ficava o tempo inteiro, assim, desde que eu tive Laura, a gente só fica estudar, trabalhar, melhorar de vida. Trabalhar e não tinha como ter Laura com um emprego só. Então, eu sempre tive que ter dois, como professora. Eu sempre tive que ter duas matrículas para ser o suficiente, para eu conseguir morar e ter condição de me sustentar sozinha com a minha filha. (Carolina)

A vivência na pós-graduação sem o apoio de bolsa incide diretamente sobre os processos de afiliação acadêmica, contribuindo para a produção do que Moura (2024; 2025) denomina afiliação parcial. Embora formalmente vinculadas aos programas de pós-graduação, essas estudantes encontram limites materiais concretos para participar plenamente da vida universitária, o que restringe sua presença em aulas, grupos de pesquisa, atividades acadêmicas e espaços de sociabilidade institucional. Essa condição as coloca em uma posição ambígua dentro da academia: são reconhecidas como estudantes, mas vivenciam uma inserção marcada pela precariedade e pela instabilidade do pertencimento.

Diante dessas barreiras, não é incomum que mães pós-graduandas desloquem seus processos de afiliação para outros espaços dentro e fora da universidade, nos quais encontram reconhecimento, acolhimento e possibilidade de continuidade acadêmica. Redes informais de apoio, relações solidárias entre pares, coletivos materno-universitários e vínculos construídos em projetos de extensão tornam-se fundamentais para a sustentação de suas trajetórias. Assim, a afiliação parcial não se expressa como ausência de pertencimento, mas como um pertencimento reorganizado, construído à margem, e muitas vezes em contraposição, às dinâmicas institucionais formais.

A gente entrou num processo de problema financeiro, né, moramos de aluguel. Então, isso pesa mais. Por mais que o cargo do meu companheiro, ele tenha agora mais ou menos a soma do que a gente tinha junto com a minha bolsa, a gente conseguiu não perder tanta a renda familiar. Mas, com o bebê, a renda nunca bate, né? O que a gente já tinha antes não bate. Então, acabou que entramos em problemas financeiros, dívidas também. Foi uma das coisas que eu estava enfrentando, muitas vezes eu não tinha o

dinheiro para ir ao fundão. Então, agora que melhorou. Mas, foram dois anos assim, de dificuldade financeira sim. (Bertha)

4.4.3. Estratégias de conciliação e redes de apoio

Ao longo da pesquisa, tenho me deparado com a recorrência de barreiras institucionais que atravessam de forma marcante a trajetória das mães na pós-graduação. A fala de Amina é emblemática quando revela a falta de orientação e a solidão do processo burocrático pela busca de financiamento de pesquisas: *“Não recebi orientação de ninguém, fiz no desespero”*. Essa ausência de suporte não é uma falha isolada, mas sim parte de uma estrutura que, ao invés de acolher, empurra as mães para a invisibilidade e evasão.

Carolina, por sua vez, expõe como a desinformação e a negligência impactam diretamente a vida acadêmica, com um tema que é constante na vivência da mãe estudante: a licença maternidade. Quando se trata da lei sobre a Licença maternidade, é impossível deixar de mencionar a falta de estrutura e preparação dos funcionários para lidar com a estudante grávida e parturiente:

Falta de informação? Foi Certo. Falta de informação foi o que mais eu enfrentei nesse tempo todo. Assim, para pedir, para fornecerem a licença maternidade de quatro meses, não foi nenhum problema, não foi algo complicado. Só pediram a certidão de nascimento do meu bebê, e aí incluíram lá no boletim, lá histórico desse período. O que eu passei de estresse, e vários absurdos, foi em relação ao retorno da licença maternidade. Eu não fui a única, né? Eu tive quase, praticamente, salvar uma colega, que também entrou em uma licença de maternidade e ela não sabia que a licença era de 4, ela achava que era de 6 meses. E o orientador dela também achava que era de 6 meses. (Carolina)

Carolina complementa que cabe à estudante contabilizar o tempo e lidar com os desdobramentos, caso você passe do tempo de licença por falta de informação. *“Não há informação alguma de quanto é o período da licença. [...] Eles só pedem o teu documento e jogam a licença lá. E você se vira contando o teu tempo”*. Essa fala revela não apenas a precariedade dos procedimentos, mas a naturalização da ideia de que é responsabilidade exclusiva da mãe administrar sozinha as brechas que lhe restam.

Eu entrei num grupo do Facebook chamado Mamãe de Pós-Graduação. Sabe qual, né? E aí teve um dia que eu tirei para ficar lendo o que as mães já tinham escrito sobre licença-maternidade, relação maternidade-academia. E eu li alguns relatos de mães que tiveram muita dificuldade em conseguir a licença. E aí eu falei, caramba, se eu tiver essa dificuldade o que eu vou fazer, e fiquei bastante nervosa. Mas, quando eu fui de fato comunicar, falei, olha, está chegando à data provável do parto,

pode ser que ela nasça nesse dia, pode ser que nasça depois, ou nasça antes, mas eu já preciso, eu vou precisar da entrada na licença, preciso saber o que eu tenho que fazer. No primeiro momento eu mandei um e-mail para a secretaria, só que a secretaria do programa, e aí isso é uma crítica geral, é muito ruim de comunicação, muito ruim. Eu acho até que na época os técnicos estavam em greve, eu não tenho certeza. As informações se perdem, se você não ficar perguntando 50 vezes, eles não respondem o que você está perguntando. Eu desisti um pouco de falar com a secretaria, fui falar no grupo dos alunos, né, dos discentes do programa, perguntando se alguém já tinha passado pelo processo. Eu queria perguntar como é que era, e aí uma mãe me respondeu. Inclusive, acho que foi a mãe que compartilhou a sua pesquisa no grupo para que a gente respondesse. E aí, eu perguntei para ela como é que era, quais documentos que ia precisar. Ela falou, não, você precisa, eu nem lembro mais qual era o documento. Você precisa só de um documento X, você não precisa da carta do orientador, porque eu lembro de ter lido isso em alguma diretriz da carta. O orientador tinha que te dar a anuência para você conseguir a licença. Você precisa só de um documento, está tudo bem? Acho que era a certidão de nascimento. Falei: bom, só preciso da certidão de nascimento, vou ficar mais tranquila. (Bertha)

Sueli foi uma das estudantes que teve um bebê durante o seu mestrado. E relata que não sabe o que é e nem foi explicado o que seria um regime domiciliar. E que foi informada de que não existe registro de licença maternidade dentro do sistema da UFRJ, só existindo, no entanto, para alunas bolsistas. Foram apresentadas a ela duas opções para depois do nascimento de seu filho: solicitar o regime especial (realizar as aulas online) ou trancar o semestre que estava cursando e retornar no próximo semestre, após o nascimento de seu filho.

Ele nasceu em novembro, por isso, eu cursei as disciplinas em 2023 presencialmente. Porém, por volta de setembro começou a ficar difícil ir para faculdade por conta da barriga. Dessa forma, alguns professores permitiram as aulas on-line. Eu tive também um prazo de entrega ampliado para o fim dos 4 meses. (Sueli)

Diante desse cenário, as estratégias de conciliação surgem como tentativas de resistir e criar arranjos possíveis. Amina narra como reorganizou a vida financeira e acadêmica: *“Mesmo a gente tendo que arcar com uma creche particular, que é uma demanda cara, mas ainda assim a gente tem conseguido se manter”*.

Anita descreve como a sua a gestão de tempo é mais bem organizada quando está em casa e que muitas vezes opta por estudar de lá, já que levar a filha ao campus se tornava inviável:

Na pós-graduação, a gente vai menos também, né, na universidade. A gente não vai todo dia, mesmo quando está no início. Eu não tinha aula todo dia. O horário tem uma coisa também, acho que é importante. O horário do programa, eu não sei se essa é em todo lugar. É uma grande zona. A maior parte dos professores dá aula, no fim da tarde, assim, à tarde, duas, quatro horas. E aí tem alguns que dão de manhã, porque torna realmente inviável que você trabalhe, se tem alguma coisa. Então, poucos professores têm

horários que pegam o horário do RU. Aí eu não sei, eu não usei biblioteca para estudar, em um espaço público, pouco por essa... Por essa logística, por que onde eu vou deixar a minha filha para estudar em uma biblioteca? É mais fácil tentar entrar no quarto e estudar, porque a logística de sair e levar junto. Para quem está na graduação, por exemplo, para quem tem os horários que peguem mais, acho que isso é uma questão mais latente, mas para mim era mais fácil resolver em casa, sabe? (Anita)

Essas falas lembram como a conciliação raramente se dá em condições ideais; ao contrário, ela é fruto de improvisações e ajustes constantes que revelam a desigualdade estrutural. O relato de Anita reforça aquilo que Urpia (2009) já havia identificado: a conciliação entre maternidade e universidade se dá a partir de arranjos que buscam minimizar conflitos, mas que também restringem as possibilidades de circulação e participação no espaço acadêmico.

Ao afirmar que *“é mais fácil tentar entrar no quarto e estudar, porque a logística de sair e levar junto [...] era mais fácil resolver em casa”*, Anita revela como a maternidade reorganiza de forma radical a gestão do tempo e do espaço. Essa opção por permanecer em casa não surge como uma preferência plena, mas como uma necessidade diante da inviabilidade de integrar a filha ao contexto universitário.

Assim, a universidade permanece como um lugar que exige dedicação “exclusiva”, mas que não oferece condições estruturais para acolher as demandas de cuidado. Nesse movimento, as mães acabam deslocando suas práticas acadêmicas para o ambiente doméstico, o que contribui para reforçar a invisibilidade de sua presença no espaço institucional.

Se, por um lado, a instituição falha em oferecer políticas efetivas, por outro, as redes de apoio aparecem como elemento central para a permanência dessas mulheres na universidade. A maioria das mães conta que o que possibilita a sua estada na universidade é o apoio de familiares, mencionando também as creches como um fator importante para a independência diária delas.

Carolina conta que, por conta da pandemia e das restrições de visitação às crianças pequenas, ela e o companheiro foram os únicos a cuidar do seu filho. Mas, como ele trabalhava, a maior parte da responsabilidade dos cuidados diários e do filho ficavam com ela. E foi só a partir das vacinas e da entrada da criança para a creche que ela começou a ter mais autonomia.

Eu estou tentando agora, já faz dois anos, a partir dos dois anos, esses sete meses que ele começou a creche. E aí a família do pai dele, que mora aqui perto, começou a se organizar. E aí, às vezes, quando eu estou lá no fundão, elas o buscam para mim e passam o resto desses horários, até eu

chegar ou o pai chegar para buscar. E aí agora, com ele grandinho, que eu consegui. Finalmente, essa rede de apoio. (Carolina)

Bertha destaca a importância do apoio de seu companheiro, dentro de seu núcleo familiar mais íntimo, tendo em vista que sua mãe e sogra não conseguem integrar a sua rede de apoio.

Eu tenho apoio da minha família, da minha família que eu formei, que é meu marido, da minha mãe também. Com certeza teria do meu pai, meu pai também sempre me incentivou. Mas a minha rede de apoio, eu nem sei se a gente chama de rede de apoio. Eu e meu marido apenas, assim. Porque minha mãe, ela trabalha o dia todo, a mãe dele também. E foi uma opção nossa também não envolver muitas pessoas no processo de cuidar da criação da Camila, entendeu? Então, hoje, somos só nós dois. E ele me apoia muito, ele está sempre me ajudando nas questões também referentes a ela, principalmente referentes à faculdade, tudo. (Bertha)

Amina, a única que faz parte do Coletivo Mães da UFRJ, menciona a importância da solidariedade entre mães dentro dele e a importância desse lugar como rede de apoio emocional:

Eu vejo ali que as mães expõem as suas necessidades, suas dificuldades. A gente consegue compartilhar ali o que tem nos atingido. Eu vejo muito as mães se ajudando ali. Tanto quanto as dicas de vagas, ou problemas mesmo. Até mesmo os problemas familiares que eu já vi sendo compartilhada ali. O pessoal busca ajuda. Os colegas vão tentando ajudar na medida do possível. Até coisa de doença de criança. Que a gente conversa. Então, assim. É uma rede de apoio entre mães. (Amina)

Anita descreve a dualidade de sua rede de apoio, que por um lado apoia de forma psicológica e até acadêmica, mas não está disponível para ajudar na logística diária com sua filha.

Não posso reclamar. Eu venho de uma família de professores, de uma família que as mulheres estudaram. E é isso. Minha mãe é médica. Então, minha mãe, inclusive, leu o meu trabalho antes da minha orientadora. Foi uma coisa muito legal, porque eu acho que eu dei bibliografia para ela. Porque ela está fazendo agora o doutorado em saúde coletiva e ela acabou ficando muito curiosa, ela acabou passando a ter um interesse pelas questões de gênero que ela não atravessava muito, no campo de pesquisa dela. Então, assim, não posso reclamar de forma alguma. Mas não tive, por exemplo, essa coisa do apoio logístico no cotidiano da família, mas eu tive muita rede de apoio. (Anita)

Anita, relata que mesmo sua família tendo estabilidade financeira, ela busca ser independente e viver sem contar com a ajuda da família. Ela conta como se relaciona com sua rede de amigos, sendo uma mãe solo, destacando a ajuda concreta de amigos que buscavam sua filha na escola para que pudesse estudar:

Imagina, eu tinha um casal de amigos. E quando eu estava estudando, trabalhando, às vésperas da prova (de seleção para o mestrado), nossas

filhas estudavam juntas, eles passaram duas semanas buscando a minha filha na escola e ficando com ela até depois do jantar. Então, eu estudava e aí eu a buscava de banho tomado e alimentada por duas semanas. Eu acho que é como a gente acaba sobrevivendo como mãe solo né (criando redes), se a gente não consegue construir a rede e se isola, eu tenho facilidade de comunicação, de relacionamento e tal, se a gente não consegue construir a rede, se se isola. E, às vezes, o isolamento não é óbvio, ele não é nosso, né? Ele é do sistema e do contexto. (Anita)

Por fim, Maria reafirma a centralidade da família e de amigas na organização do cotidiano, trabalhando em municípios diferentes do que mora e estudando no Fundão. Enquanto Sueli descreve a tentativa de apoio da sua família dentro da rotina com um bebê pequeno.

Sim, então eu preciso de uma rede de apoio, né? Sempre tive. E essa rede de apoio é minha família, minha mãe, né? Minha mãe, meu pai e amigos, minhas amigas. Ajudam legal, assim, um grupo de amigos que eu tenho, que são minha família afetiva, né? [...] Amigos com filhos, mas também amigos sem filhos nesse grupo de amigos, que também sem amigos. Então, eles entendem muito bem da nossa dinâmica e eles participam disso, entendeu? Então, eu falo assim, gente, tô com um problema, quem pode pegar? Alguém fica com ela? Minhas amigas, né? E aí a gente se divide, mas assim, a minha mãe hoje em dia tem um compromisso fixo de pegar a minha filha na ginástica, por exemplo. Ela leva e busca a minha filha. Então, minha mãe tem compromissos fixos, assim, com a agenda dela. (Maria)

A minha rede de apoio até tenta, mas no dia a dia acaba não acontecendo. A minha sogra tem me ajudado muito. Ela vem para a minha casa no período da manhã e me ajuda a levar meu filho na natação, fica com ele para eu fazer a comida ou higienizar a casa. Às vezes o meu sogro pega meu filho para passear e fica cerca de 1h com ele na rua. O que me permite lavar uma louça ou tomar banho. Minha mãe e minha irmã ficam alguns minutos com meu filho, mas logo vão embora. Meu marido trabalha 44h semanais". De qualquer forma, é preciso que meu filho saia de casa, pois se ele fica em casa com alguém, ele sempre fica me procurando e eu não consigo progredir nas minhas tarefas. (Sueli)

As falas aqui reunidas convergem para o entendimento de que a conciliação entre pós-graduação e maternidade não é um problema apenas de gestão individual do tempo: trata-se de um efeito produzido por estruturas institucionais pouco preparadas para reconhecer e acolher os cuidados. A falta de orientação formal, a desinformação sobre direitos (licença, regime especial, prazos) e a ausência de registros e procedimentos claros (como relatado por Sueli) colocam a responsabilidade do ajuste exclusivamente sobre as mães, exigindo que elas contabilizem prazos, negociem com orientadores e improvisem soluções administrativas em situação de vulnerabilidade.

As sobrecargas institucionais aparecem de diversas formas dentro dessa tese, seja com a fala de Patrícia, sobre como a instituição se abstém de informar as

estudantes mães, direcionando-as ao CMUFRJ para que elas consigam as informações necessárias. Seja através de falta de estrutura física, como relata Carla.

Os banheiros, por exemplo, não têm trocador. Os banheiros, assim, têm o banheiro da acessibilidade, mas ele é para pessoas que precisam da acessibilidade física. Por exemplo, se você entra num banheiro do IFCS, assim, a estrutura do IFCS em si já é muito difícil, né? A gente vive tendo problema estrutural no IFCS, mas se você entra num banheiro lá, você não tem um trocador, você não tem alguma coisa que auxilie a mãe numa urgência de precisar limpar a criança, trocar uma fralda, fazer qualquer coisa. E fora que, assim, a estrutura é muito normativa, né? É uma estrutura universitária. É difícil, eu não consigo imaginar levando uma criança pra lá e, enfim, não tem um espaço pra ela estar, não tem, enfim, sabe? O espaço não foi feito pra ela. E, assim, eu às vezes acho até que o espaço não foi feito para mães, ampliando mais um pouco. (Bertha)

Quando a entrevistada afirma que *“os banheiros não têm trocador”* e que *“o espaço não foi feito para ela (a criança)”*, denuncia uma dimensão física da exclusão, em que a infraestrutura universitária ignora completamente as demandas de mães e filhos. Essa ausência de equipamentos, como trocadores ou locais adequados para amamentação e higiene, traduz uma política institucional implícita: a de que a maternidade não pertence ao espaço acadêmico.

A reflexão final de Bertha *“às vezes acho até que o espaço não foi feito para mães”*, amplia a crítica para além da falta de estrutura física, apontando para uma arquitetura simbólica excludente, que reforça a ideia de que a presença materna invisibilizada ou inconveniente dentro da universidade. Assim, o testemunho expressa com clareza a sobreposição entre a falta de estrutura e o não reconhecimento institucional, compondo uma das faces mais concretas das sobrecargas institucionais vividas por mães estudantes.

Além disso, muitas entrevistadas relatam que dependem das extensões de prazos e da sensibilidade individual de cada professor, para lidar com as demandas de prazos, faltas e a presença dos filhos em sala de aula.

Essas falas permitem compreender que a sobrecarga institucional não é apenas uma soma de tarefas, mas um mecanismo estrutural de exclusão e invisibilização. A maternidade, quando não reconhecida como dimensão legítima da permanência acadêmica, torna-se um fator de desigualdade produzido pela própria comunidade universitária.

4.5. Impactos emocionais da mulher-mãe-estudante na pós-graduação: cobranças, sobrecarga e culpabilização materna

A experiência da mãe no contexto acadêmico frequentemente é percebida em um processo de solidão, marcado pela ausência de redes institucionais de apoio e pela invisibilidade do cuidado dentro da lógica universitária. Essa solidão não se restringe ao aspecto físico, mas se traduz em uma sensação de deslocamento diante dos pares, na medida em que a dupla jornada (entre a maternidade e os estudos, ou até mais jornadas) é posta à prova, com interrupções ou desaceleração dentro das trajetórias pautadas pelo produtivismo e progressão acadêmica (Scavone, 2001).

Nesse cenário, foram realizadas perguntas que tinham o objetivo de entender as vivências das entrevistadas e experiências de desenvolvimento emocional frente a maternidade, a pós-graduação e as relações estabelecidas dentro da UFRJ, relacionadas à compreensão do orientador e da coordenação do programa de pós-graduação sobre as demandas maternas, incluindo a questão de prazos e a vivência de experiências como crise de ansiedade, depressão, pânico ou outros problemas psicológicos durante o período de pós-graduação.

Dessa forma, emergem as respostas sobre a culpabilização materna, atravessada por ideais normativos que colocam a mulher como responsável integral pela conciliação entre vida familiar e vida acadêmica, o que gera uma autoavaliação constante e severa (Badinter, 1985; Zanelli, 2016). A sobrecarga mental, por sua vez, constitui um efeito direto dessa tríade, manifestando-se tanto no acúmulo de tarefas cotidianas quanto na pressão subjetiva por corresponder simultaneamente às exigências da maternidade e às métricas de produtividade científica. Nas entrevistas, muito foi falado sobre a cobrança que as estudantes colocam sobre si mesmas e a cobrança que os próprios orientadores impõem sobre elas (Jaques et al. 2023).

Eu me cobro muito, né? Eu tenho algumas questões comigo mesma. Eu coloco muita cobrança em cima de mim. E quando vai chegando essa época de entregar trabalho igual eu vou agora, eu vou ficando meio aflita. Por quê? Porque eu não quero... Ao mesmo tempo que eu sei... A maternidade, ela nos demanda diversas coisas. Eu não quero meio que culpar a maternidade por não ter dado conta de alguma coisa, digamos assim. Então, no semestre passado, eu sofri um pouco por conta disso, mas consegui entregar as coisas a tempo. Mas, o que eu lembro, eu fiquei muito chateada e eu passei madrugadas fazendo um trabalho e ter uma disciplina que... Eu fiquei... Eu fiz um trabalho em dupla. E uma colega ficou com A e eu fiquei com B. Nunca vou saber por quê. Porque eu mandei 10 mil e-mails para essa disciplina para poder saber, porque eu tinha ficado com a nota inferior e nunca recebi resposta. (Amina)

A fala de Amina revela uma tensão profunda entre a autopercepção da maternidade e as exigências do campo acadêmico. Ao afirmar que não quer “culpar a maternidade” por não ter dado conta de determinada tarefa, ela explicita o peso da culpabilização materna (Badinter, 1985), neste caso, como as mulheres são constantemente levadas a se julgar de forma severa, tentando corresponder a um ideal de desempenho integral tanto como mães quanto como acadêmicas.

Principalmente pela, não é nem necessidade, é pela obrigação de produzir. Eu não falo nem da tese, eu falo de artigo, apresentação em congressos, porque uma vez bolsista, sua obrigação é devolver o trabalho em forma de publicação. E esses dias eu estava até pensando, saiu o Congresso Brasileiro de Sociologia, que vai ser na USP ano que vem. E eu já comecei a pensar desde já, eu nem sei se eu vou mandar trabalho, quer dizer, eu tenho que mandar trabalho, esse ano eu não participei de nada. Mas, tá vendo? Eu tenho que mandar trabalho. Os congressos que você tem que participar, porque você tem que ter visto, você tem que mostrar seu trabalho, você tem que mostrar o que está acontecendo, o que é relevante, que não sei o que, traz ponto para o programa, traz ponto para o seu núcleo de pesquisa, é uma coisa boa para o seu orientador, uma coisa boa para você, então, quando eu paro para pensar nisso, eu fico bastante ansiosa, o sentimento é uma ansiedade mesmo e um pouco de angústia também.
(Bertha)

Bertha traz um outro fator dentro da culpabilização materna. Ela explicita como a lógica produtivista da academia se impõe como uma obrigação permanente, especialmente para bolsistas, que se veem compelidas a publicar, apresentar trabalhos e participar de congressos não apenas como uma prática científica, mas como requisito de legitimação (Bourdieu, 1983). Essa cobrança constante gera ansiedade e angústia, pois se choca com as condições concretas da maternidade, que restringem o tempo e a disponibilidade para atender a todas essas exigências.

E eu já não consigo trabalhar do jeito que eu trabalhava antes de ser mãe, sabe? Eu já tentava, eu fiz análise durante o período grande, né? Foi desde que eu perdi meu pai até antes da Camila* nascer. E eu já vinha tentando fazer com que a rotina não fosse tão exaustiva. Só que, assim, eu não consigo trabalhar do jeito que eu trabalhava antes. Da intensidade com que eu fazia as coisas antes. Hoje em dia, eu fico pensando, gente, se eu conseguir parar duas horas para escrever alguma coisa, no meu dia inteiro, eu vou estar, sim, nossa, maravilhosa. (Bertha)

Essa experiência ecoa na fala de Carolina, que vincula crises de ansiedade e síndrome do pânico ao peso da pós-graduação somado às exigências da maternidade, revelando que a saúde mental é diretamente afetada quando a mulher tenta responder a padrões que desconsideram suas limitações.

Sim, com certeza a pós-graduação contribuiu para isso (crises de ansiedade). Eu tive síndrome do pânico, os primeiros episódios acho que

foram em 2019, foram antes da pandemia, eu já vinha enfrentando. Eu já cheguei a passar mal e lá no meu laboratório, tive até que chamar os bombeiros. Numa dessas, eu tinha que trabalhar até de noite, eram mais de sete horas, estava tudo vazio. Eu passando mal. E aí Então, eu acabei passando mal lá. Mas, até então, não estava sob tratamento. Aí, com a pandemia, o negócio, eu estava começando a entender, né? O que seria a Síndrome do Pânico, começando a ter consultas com psiquiatra e Psicóloga, pra ver, estava ainda nesse processo de tratamento de ajuste de tratamento da Síndrome do Pânico. E eu acho que sim a pós-graduação veio pesando bastante. [...] E aí, até esse primeiro ano, do meu filho... Eu não conseguia sair... Só não conseguia comer direito... Nem eu saí sozinha... Eu não saía na rua sozinha... Eu tive problema de agorafobia, Eu não conseguia ficar em local cheio de gente, não conseguia sair, não conseguia sozinha e muito menos com ele. Isso me atingiu. Então, eu tive uma síndrome do pânico, uma pauleira, bem tensa, E só foi melhorar quando eu finalmente consegui ir para o psiquiatra e ele passou o medicamento adequado. E ali, passado mais ou menos um ano desse medicamento, hoje em dia eu consigo viver razoável. (Carolina)

As narrativas de Bertha, Carolina, Maria e Sueli revelam o quanto a maternidade no espaço acadêmico é atravessada por sentimentos de insuficiência, culpa e sobrecarga emocional. Ao relatar a impossibilidade de manter o mesmo ritmo de trabalho de antes, Bertha explicita a ruptura entre o ideal de produtividade acadêmica e as condições concretas de quem assume o cuidado (Zanelli, 2016; Gaspar, 2019).

E aí entra uma outra questão também, que você começa a ver que seu dia o seu dia inteiro, você só consegue parar duas horas para escrever a sua tese, ou escrever um artigo, ou ler um texto, etc. Aí você olha para o seu colega de turma, o seu colega de turma está fazendo doutorado sanduíche em sei lá onde. E você lembra que você também tinha o sonho do doutorado sanduíche, você não pode mais fazer. E aí, você vê que o seu colega está estudando o dia inteiro, está lendo cinco livros e lendo quatro artigos, um em cada idioma, um em português, um em francês, alemão, inglês. E tá publicando não sei mais onde, tá ganhando prêmio, tá fazendo isso, não sei o que, e você fala, caramba, eu em que lugar eu tô agora? Sabe? Em que lugar de produção, em que lugar acadêmico, como acadêmica, como pessoa, você começa a se sentir mal, você começa a se sentir uma mãe de merda, porque você começa a se comparar com seus colegas acadêmicos e as coisas começam a ficar meio embaralhadas na sua cabeça. Pelo menos isso acontece muito comigo. E vai virando uma grande bola de neve de angústia no final das contas. Eu tento agora, eu tento não ficar pensando muito nisso. Mas é inevitável não pensar, porque uma hora eu vou ter que voltar. (Bertha)

Então, isso é bem angustiante para mim, porque a parte da produtividade, de participar de congresso, escrever artigo, essa coisa que a gente tem que estar sempre fazendo. No meu curso, eu acho que não tem uma cobrança muito forte, mas eu vejo outros cursos que têm, com amigos que fazem disciplinas. Então, a gente fica numa cobrança interna. Eu me sinto numa cobrança interna. Tem que publicar, tem que escrever, tem que colocar no Lattes. Então, isso é uma cobrança muito grande pra mim internamente. Só que eu não consigo no decorrer do ano, eu consigo ter duas produções, mais ou menos duas produções por ano, que é a conclusão de cada semestre, que são os trabalhos, e aí normalmente eu preciso desse prazo,

essas entregas de trabalho de disciplina, que aí eles dão um prazo para entrega no meu curso, por exemplo, às vezes tem um, dois meses, até três meses para entregar o trabalho quando encerra a disciplina. Então, esse é o prazo que eu tenho para escrever, para me dedicar à produção. E aí, são esses trabalhos que eu tento enviar para um congresso ou outro e fazer alguma coisa surgir a partir dali. Mas, eu não consigo ficar o ano inteiro pensando em eventos acadêmicos e publicação. Eu só consigo fazer isso duas vezes ao ano. (Maria)

Do mesmo modo, Maria e Sueli expõem como a produção acadêmica passa pelas brechas de tempo impostas pela rotina do cuidado, o que gera uma constante sensação de inadequação.

Olha, eu já entreguei pra deus, sabe? Tô brincando, mas isso tem me gerado bastante ansiedade porque eu não estou conseguindo lidar com os prazos e eu sempre fui uma pessoa muito chata e muito crítica com meus prazos de entrega de trabalho e de coisas do tipo. E eu não estou conseguindo entregar as coisas nos prazos. Eu tive que escrever alguns artigos esse semestre e foi em dupla e fiquei bem frustrada porque a menina fazia a parte dela e chegava na minha parte e acabava travando demorando mais do que deveria porque eu simplesmente não estava conseguindo fazer as coisas no tempo, eu fico o dia todo, eu sou a principal responsável pelo meu filho, né? E eu fico o tempo todo com ele, manhã tarde e noite, e eu só consigo fazer as coisas quando ele dorme, e quando ele dorme, e quando ele dorme eu tenho que fazer, além dos meus artigos, os meus trabalhos, o meu trabalho final, eu tenho também que cuidar da casa, então geralmente eu vou ajeitar alguma coisa dentro da casa ou eu to cansada e acabo dormindo com ele, e acabo deixando pra outra meu trabalho final e a minha dissertação. (Sueli)

Segundo Badinter (1985), a sociedade constrói a figura da “boa mãe” como alguém sempre presente e disponível, mas ao mesmo tempo espera da mulher desempenho pleno em outras esferas, como o trabalho ou a academia. Esse ideal alimenta a culpabilização materna, levando as pesquisadoras a internalizarem a responsabilidade por não conseguirem produzir no mesmo ritmo que seus pares.

Assim, o sofrimento relatado não é fruto de uma falha individual, mas da contradição entre expectativas sociais irreconciliáveis: ser uma mãe integral e uma acadêmica exemplar ao mesmo tempo. O que emerge, portanto, é um cenário de sobrecarga mental e angústia que tem raízes estruturais, e não apenas subjetivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Expectativas de futuro? Confesso que as minhas esperanças, elas foram bastante reduzidas, sabe? Desde o retorno do doutorado. Mas, o que eu espero é conseguir concretizar com os planos que eu já tinha. O doutorado, A gente entra na vida acadêmica e a vida acadêmica, que é nosso destino mesmo. Não tem como voltar para o mercado de trabalho, não. Mesmo sendo professora, tendo alguma experiência no currículo, no mercado de trabalho, não vão me aceitar. Agora, ainda mais que eu sou mãe, né? Então, com um filho pequeno, sem uma experiência mais recente, então é na vida acadêmica, mesmo que a gente se encontra".(Carolina)

Concluir uma investigação sobre a desigualdade de gênero, fenômeno que atravessa diferentes formações históricas, exige reconhecer sua permanência como estrutura social duradoura, responsável por reproduzir, ao longo das gerações, posições assimétricas de poder que mantêm as mulheres em condição de desvantagem. A maternidade, embora marcada por desafios estruturais e simbólicos, também carrega consigo um poder de transformação profundo. Ser mãe é uma experiência que impacta diferentes dimensões da vida das mulheres, sobretudo a carreira, que muitas vezes se vê atravessada por obstáculos institucionais, preconceitos e a sobrecarga da conciliação entre trabalho e cuidado. No entanto, ao mesmo tempo em que limita, essa vivência pode ressignificar trajetórias, fortalecendo identidades, redes de apoio e novas formas de atuação no espaço público e privado.

O que podemos observar ao longo de todo o trabalho é que a maternidade não constitui uma experiência natural ou homogênea, mas é socialmente construída a partir de normas, expectativas e arranjos institucionais que definem quem pode maternar, em quais condições e com quais suportes. No contexto universitário, essa construção social produz impactos diretos sobre as mães estudantes, uma vez que a academia tende a operar segundo um modelo de sujeito ideal desvinculado do cuidado, do corpo e da reprodução social. Como consequência, as mães universitárias enfrentam processos de invisibilização, sobrecarga e exclusão simbólica e material, evidenciando como as concepções socialmente construídas da maternidade contribuem para a reprodução de desigualdades de gênero no ensino superior.

Assim, é inegável que a maternidade transforma, de forma positiva e/ou negativa, a vida das mulheres. Mais do que uma experiência individual, trata-se de um fenômeno social que evidencia as desigualdades ainda vigentes, mas que

também abre espaço para a construção de novos caminhos. Ao olhar para o futuro, é possível afirmar que repensar políticas públicas, práticas institucionais e concepções culturais sobre o papel da mulher é essencial para que a maternidade deixe de ser um fator de exclusão e se torne um elemento de fortalecimento e reconhecimento da potência feminina em todas as esferas da vida.

Então, quando eu entrei na faculdade, eu descobri que dava para ser professora universitária. Porque eu fui, apesar de todas as questões de privilégio das quais eu falei, eu fui a primeira pessoa da minha família a entrar na universidade. Até então, era um mundinho ali que eu não conhecia, assim, eu achava que vestibular era a coisa mais complicada do mundo, que eu teria que viver estudando, não sei o quê. Daí eu cheguei, passei, e quando eu entrei na faculdade, eu vi que eu conseguia, eu poderia ser uma professora de universidade, e foi uma coisa que, desde então, eu sempre almejei. [...] E eu sabia que eu poderia continuar no curso, fazer mestrado e doutorado, para um dia conseguir, que agora já não é muito suficiente, ser mestranda e doutora, conseguiria um dia, quem sabe, ser professora. E aí eu fui seguindo o caminho, assim, como se fosse meio que a ordem natural das coisas, porque era o que eu gostava, era o que eu gosto de fazer, sempre o que a gente fez. (Bertha)

Ao ingressar na faculdade, Bertha descobre um novo campo de possibilidades, no qual a ideia de seguir a carreira acadêmica como profissão legítima nunca lhe havia sido apresentada. Ela se reconhece como uma pós-graduanda de primeira geração e compreende que sua trajetória foi transformada a partir da ampliação do próprio significado que atribui à universidade. Bertha descreve o percurso da graduação ao doutorado como uma “ordem natural das coisas”, o que revela um duplo aspecto: por um lado, evidencia o encantamento e o engajamento com a vida acadêmica, vivida como um caminho orgânico, guiado pelo gosto pelo estudo e pela pesquisa; por outro, explicita como, em determinados círculos sociais e acadêmicos, há uma pressão implícita para avançar continuamente, como se a graduação jamais fosse suficiente, exigindo a continuidade no mestrado e no doutorado para alcançar legitimidade profissional.

Apesar das dificuldades e incertezas, Bertha destaca que seguir esse caminho está vinculado ao que gosta de fazer e ao que “sempre fez”. Esse ponto resgata o *ethos* da docência e da pesquisa como vocação, algo que transcende a carreira e se relaciona diretamente com identidade, realização e sentido de vida. Sua fala articula superação individual, descobertas institucionais e tensões estruturais, mostrando como o ingresso na universidade pode reconfigurar horizontes, mas também como esse percurso é atravessado por desigualdades históricas, exigências crescentes e pela precarização da carreira acadêmica. Assim,

sua narrativa revela simultaneamente a força da motivação pessoal e os limites impostos pelo contexto social e institucional em que está inserida.

Se tornassem as informações mais acessíveis e fizessem com que os programas tornassem isso mais acessível e mais viável. Porque a gente, para saber de qualquer coisa relacionada à política de permanência materna, tem que correr atrás e bater cabeça até encontrar qualquer tipo de informação. E eu acho que eles poderiam facilitar isso. Principalmente, além de facilitar, manter um diálogo com as mães da universidade. Não adianta nada eles terem programas de permanência para mães e construírem um programa de permanência para mães, sem ouvirem as mães que estão dentro da universidade. Porque quem sabe onde a situação fica mais difícil, onde a gente poderia melhorar, quais são as coisas que a universidade está deixando de lado etc., somos nós que estamos vivenciando o dia a dia da universidade. Não é um professor dentro do seu escritório, com ar-condicionado, que pode até ser pai, mas que não passou nem 10% das dificuldades que uma mãe passa para estar na universidade. Então, acho que faltam essas duas coisas: mais visibilidade, mais diálogo. Se houvesse, se a gente tivesse mais acesso, e tivesse acesso, saberia onde melhorar e onde não, a gente poderia ter uma universidade muito mais diversa e impossível para as mães. (Bertha)

Enquanto mãe, Bertha traz os fatores que ela acredita serem os principais para uma política de permanência materna, que evidenciam que o desejo das mães em permanecer na universidade não é suficiente quando não há um suporte adequado para sustentar esse projeto. Trata-se, portanto, de um problema que ultrapassa a dimensão institucional e revela-se como um desafio social mais amplo, marcado pela invisibilidade e pela falta de diálogo. A dificuldade em acessar informações sobre políticas de permanência e a ausência de canais efetivos de escuta mostram como a universidade ainda falha em reconhecer plenamente as necessidades específicas das mães em seu cotidiano acadêmico.

Segundo Bertha, não basta criar programas de permanência sem considerar a voz daquelas que vivenciam diariamente as barreiras impostas pela maternidade no espaço universitário. Ouvir essas mulheres é fundamental para identificar os pontos de maior fragilidade, compreender onde estão as falhas e, assim, construir soluções mais efetivas. Ao destacar que “não é um professor em seu escritório, com ar-condicionado” que pode compreender a realidade de uma mãe universitária, Bertha coloca em evidência a urgência de democratizar o debate e ampliar a participação das próprias mães no desenho e na avaliação dessas políticas.

Eu acho que é crescer me desenvolver na minha área profissional e ter melhores perspectivas financeiras. Eu acho que foi isso, porque eu escolhi ser professora. Então, sou professora de escola técnica, sou professora da educação básica, mas é uma área muito precarizada também, o ensino básico. E aí, enfim, estou sempre fazendo concursos e buscando crescer. Aí já tive uma experiência também de trabalhar no Instituto Federal, no IF. E aí vejo, a gente vê que a carreira universitária da educação é menos ruim, se for comparar ao ensino municipal e estadual. Então, é isso mais crescer

profissionalmente e porque gosto do ambiente da academia, da pesquisa, de dar aula para pessoas mais velhas. Mas, acho que o primeiro fator é esse, é desenvolvimento profissional e crescer financeiramente, perspectiva financeira (Maria)

As falas de Bertha e Maria permitem observar diferentes nuances das motivações que levam mulheres mães a ingressar e permanecer na pós-graduação. Enquanto Bertha associa sua trajetória à descoberta de um novo horizonte dentro da universidade, Maria, por sua vez, apresenta uma motivação mais pragmática, em que a busca pela pós-graduação está diretamente ligada ao desejo de crescimento profissional e melhores perspectivas financeiras. Atuando em áreas da educação básica e técnica marcadas pela precarização, ela enxerga na carreira universitária uma alternativa "menos pior", capaz de oferecer maior reconhecimento e estabilidade, ainda que não esteja isenta de dificuldades.

Ao colocar lado a lado essas duas trajetórias, percebe-se como a pós-graduação pode ser mobilizada por diferentes sentidos: enquanto para algumas mulheres é uma forma de realização pessoal e vocacional, para outras é um recurso estratégico diante das fragilidades estruturais do mercado de trabalho. Em ambos os casos, contudo, a maternidade e o gênero funcionam como marcadores que tensionam e complexificam esses percursos, evidenciando a necessidade de políticas institucionais e sociais que garantam condições mais equitativas de permanência e reconhecimento.

Ao analisar o caso da UFRJ, percebe-se uma tensão constante entre o movimento, as estudantes mães e a instituição. Mesmo grupos institucionalizados, como o GT de parentalidade, enfrentam, desde a pandemia, uma luta contínua contra a burocracia e as barreiras oriundas de interesses pessoais da gestão universitária. Essas tensões são influenciadas pela percepção do papel e do lugar da mãe na sociedade, em que atividades historicamente associadas ao âmbito privado, como o cuidado de crianças, são atribuídas predominantemente às mulheres. Ainda assim, destaca-se a atuação pioneira do CMUFRJ dentro da instituição, que tem pautado a ampliação da permanência universitária para as mães.

A investigação sobre as condições de permanência das mães na pós-graduação evidenciou que, embora os avanços no acesso ao ensino superior sejam inegáveis, a permanência continua atravessada por desigualdades estruturais.

Como lembra Bourdieu (2007, 2011), o campo acadêmico é marcado pela disputa de capitais e pela reprodução de hierarquias sociais que não se distribuem de forma equitativa. Nesse contexto, mães que são estudantes de pós-graduação de primeira geração enfrentam barreiras ainda mais acentuadas, pois precisam negociar entre os tempos da maternidade e as exigências da vida acadêmica.

Ao longo do estudo, observo que a maternidade, quando vivida no espaço acadêmico, se transforma em um marcador de desigualdade que atravessa a trajetória formativa das estudantes e revela as lacunas estruturais das políticas de permanência. Os resultados obtidos, por meio do *e-survey* e das entrevistas qualitativas, demonstraram que as mães estudantes enfrentam sobrecarga emocional e física, intensificada pela ausência de políticas institucionais voltadas às suas demandas.

A insuficiência da oferta de vagas na educação infantil ou do auxílio correspondente, de espaços adequados para amamentação, a dependência de ações individuais de docentes, pois há uma falta ações institucionais de apoio a mães por parte de professores, reforçam a ideia de que a maternidade ainda é vista como incompatível com a vida acadêmica. A permanência dessas mulheres, portanto, depende, em muitos casos, da boa vontade de professores, da rede familiar e do apoio construído entre outras mães e colegas.

Dessa forma, os achados desta tese reafirmam que a democratização do ensino superior brasileiro não se concretiza apenas pelo acesso, mas exige a consolidação de políticas de permanência que contemplem as especificidades das estudantes mães. Sem a inclusão efetiva da maternidade como dimensão da permanência estudantil, a universidade seguirá reproduzindo as desigualdades históricas que excluem mulheres, sobretudo as de origem popular, negras e indígenas, dos espaços de produção de conhecimento.

Este trabalho apresenta algumas limitações que precisam ser reconhecidas. Em primeiro lugar, o recorte institucional, centrado exclusivamente na UFRJ, não permite generalizações para o conjunto das universidades brasileiras. Além disso, o número reduzido de entrevistas e o caráter voluntário das respostas obtidas por meio do *e-survey* restringem a diversidade de experiências analisadas.

Outra limitação importante refere-se à falta de resposta institucional aos pedidos de acesso a informações e documentos oficiais. Apesar das tentativas de contato com diferentes setores da universidade, como pró-reitorias, houve escassa

colaboração na disponibilização de dados referentes às políticas de permanência e ao perfil discente com recorte de gênero e maternidade. Essa ausência de retorno impediu a ampliação da base de dados e limitou a análise comparativa entre políticas declaradas e práticas efetivamente implementadas.

Também se destaca a inexistência de um sistema integrado de dados institucionais sobre mães estudantes, o que dificultou a construção de um panorama quantitativo mais robusto. Essas lacunas reforçam a necessidade de maior transparência e comprometimento das universidades com o registro e a publicização de informações sobre as condições de permanência de seus diferentes grupos discentes.

Os resultados alcançados neste estudo apontam para a necessidade de continuidade das investigações sobre maternidade e permanência estudantil, especialmente a partir de enfoques comparativos e interinstitucionais. Futuras pesquisas podem se dedicar a analisar os impactos da ampliação do PNAES, agora Política Nacional de Assistência Estudantil (Lei nº 14.914/2024) na pós-graduação, observando se a inclusão formal desse nível de ensino resultará em mudanças concretas nas condições de permanência das mães.

Os trabalhos de Moura (2024), Silva (2021; 2024), Corrêa (2023; 2024; 2025); Saalfeld (2019) apontam que a democratização do ensino superior não pode se restringir ao acesso, mas precisa incorporar políticas de permanência que dialoguem com a diversidade dos sujeitos que hoje compõem a universidade, dentre esses as mães se situam em um lugar de desvantagem. Me uno aos trabalhos delas para enfatizar que a ausência de apoio institucional e a precarização das políticas estudantis dificultam especialmente a trajetória das mães, reforçando desigualdades de classe, raça e gênero, levando-as a um lugar de *outsiders* dentro das IES (Collins, 1986).

À luz dos resultados apresentados, torna-se evidente que a permanência de mães na universidade está profundamente condicionada à existência ou ausência de redes de apoio institucionais e à possibilidade de flexibilização das normas acadêmicas. As falas das entrevistadas demonstram que o esforço individual e o desejo de permanecer na pós-graduação não são suficientes quando a maternidade é vivida em um contexto de rigidez normativa, invisibilidade institucional e ausência de canais efetivos de escuta. Nesse sentido, recomenda-se que as universidades

reconheçam a rede de apoio como dimensão central da permanência estudantil, não apenas por meio de soluções privadas ou familiares, mas a partir da construção de dispositivos institucionais de cuidado, diálogo e corresponsabilização, que incluam espaços de acolhimento, políticas de educação infantil, auxílios específicos e instâncias permanentes de participação das mães no desenho e na avaliação dessas políticas.

De forma articulada, a flexibilização acadêmica emerge como elemento indispensável para a redução da evasão e da sobrecarga das mães estudantes. A aceitação de atestados e declarações relativas aos filhos, a possibilidade de trancamento extemporâneo, a adaptação de prazos e a oferta de modalidades híbridas ou remotas em situações de comprometimento da rede de apoio não devem ser compreendidas como concessões individuais, mas como estratégias institucionais de equidade. Ao reconhecer que os tempos do cuidado não se organizam segundo a lógica produtivista da academia, tais medidas contribuem para a construção de uma universidade mais democrática, capaz de acolher trajetórias diversas e de enfrentar, de maneira concreta, as desigualdades de gênero que atravessam a experiência da maternidade no ensino superior.

A partir desta pesquisa e em consonância com as demandas coletivamente formuladas pelo **Coletivo Mães da UFRJ (2021)**, destacam-se como centrais para a garantia da permanência qualificada de mães na universidade as seguintes proposições:

1. **Produzir dados institucionais** sobre as mães discentes matriculadas na UFRJ, bem como mapear suas demandas, com vistas à criação de políticas de permanência específicas para esse grupo na universidade.
2. **Estruturar os campi da Universidade** para o retorno presencial de mães, pais e cuidadores, especialmente por meio da instalação de fraldários em todos os centros e em todos os campi da UFRJ.
3. **Oferecer espaços reservados** nos centros para amamentação e retirada de leite de mães lactantes.

4. **Disponibilizar espaços infantis**, em todos os turnos, para que mães e pais possam frequentar aulas e atividades práticas, ou garantir a reserva de vagas para discentes mães na creche da UFRJ.
5. **Garantir o acesso** de mães, pais e cuidadores com filhos de até 12 anos de idade a todos os restaurantes universitários, permitindo que as crianças maiores se alimentem mediante o pagamento da taxa no Restaurante Universitário (RU).
6. **Fornecer o Bilhete Único Universitário** ou auxílio transporte emergencial com valor compatível com os deslocamentos necessários à permanência acadêmica.
7. **Assegurar a permanência de mães com seus filhos** nas salas de aula, considerando que muitos docentes ainda impedem a presença de crianças nesses espaços.
8. **Garantir a aceitação de atestados médicos e declarações escolares** dos filhos de discentes mães para fins de abono de faltas.
9. **Oferecer trancamento extemporâneo** para mães, pais e cuidadores em casos de adoecimento do filho ou perda da rede de apoio, mediante comprovação.
10. **Ampliar o valor e o número de vagas** destinadas ao auxílio educação infantil para mães e pais discentes com filhos de até 6 anos de idade, estendendo a oferta também para discentes mães e pais da pós-graduação.
11. **Criar um auxílio específico** para discentes mães da graduação e da pós-graduação com filhos de até 12 anos de idade completos, considerando os impactos da pandemia evidenciados pela pesquisa do movimento *Parent in Science* (2020), que aponta as mães como grupo em risco quanto à permanência universitária.

12. Conceder licença-maternidade às discentes de graduação e de pós-graduação, em condições equivalentes às licenças concedidas às mães docentes e às servidoras técnico-administrativas, conforme já adotado por outras universidades federais.

Tais demandas apresentadas foram extraídas da Carta do Coletivo de Mães ao CONSUNI em 11 de novembro de 2011, em um contexto Pandêmico, trago aqui essas demandas como uma forma de lembrar que as demandas apresentadas a 4 anos atrás ainda se fazem presentes dentro da realidade das mães estudantes da UFRJ.

Como defende bell hooks (1994), a educação pode se constituir em ato de transgressão, e as falas das mães entrevistadas revelam exatamente isso: apesar dos obstáculos, elas produzem resistência e transformam a maternidade em motor de luta coletiva, como demonstram os coletivos de mães universitárias. Conclui-se, assim, que o desafio central não está apenas na ampliação do acesso, mas na garantia de permanência qualificada, que reconheça o cuidado como dimensão legítima da vida acadêmica. Isso exige ouvir as vozes das mães, valorizar suas experiências e transformar suas demandas em políticas institucionais concretas. Somente assim será possível avançar na direção de uma universidade verdadeiramente democrática, plural e comprometida com a equidade social.

REFERÊNCIAS

ABREU, K. E. **Jovens, mães e universitárias: do favor ao direito à permanência**. 2021. 146 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Educação, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em:

https://www.unirio.br/ppgedu/dissertacoes/repositorio-de-dissertacoes/1f4c22021/20_kamila-eulalio-abreu. Acesso em: 12 jul. 2025.

ABREU, K. E. **Juventude, maternidade e universidade: estratégias de permanência das mães estudantes da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro**. 2018. 65 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em:

<https://drive.google.com/file/d/1Q1kOUvonHrol1k2khszIE-nLvValbEO7/view?usp=sharing> . Acesso em: 16 out. 2025.

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen Produção Editorial LTDA, 2019. Disponível em:

[https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1154/o/Interseccionalidade_\(Feminismos_Plurais\)_-_Carla_Akotirene.pdf?1599239359](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1154/o/Interseccionalidade_(Feminismos_Plurais)_-_Carla_Akotirene.pdf?1599239359). Acesso em: 3 fev. 2026.

Amamentação. Disponível em: <<https://share.google/AG3iy5xXEVTQpe9ec>>. Acesso em: 17 out. 2025.

AMORIM, T. C. S. **A formação acadêmica das mães universitárias do Campus Clóvis Moura: um olhar para a qualidade**. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – CONEDU, 2012, PiauÍ. Anais [...]. PiauÍ: Universidade Estadual do PiauÍ, 2012. Disponível em:<https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/571>. Acesso em: 12 jul. 2025.

ANDRADE, I. C. de. **Assistência estudantil para mães do curso de licenciatura em educação do campo FUP/UnB**. 2022. 140 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Faculdade de Educação, Brasília, 2022. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/45938>. Acesso em: 22 jul. 2025.

ARAÚJO, M. C. P. de; IBARRA, E. del S. R. **Gênero, maternidade e educação superior: Universitárias-mães na Universidade de Brasília**. Anais do Congresso de Diversidade Sociocultural da América Latina, 2019. Disponível em: <https://cdsa.aacademica.org/000-030/1725.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2025.

BADINTER, E. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARBOSA, M. L. de O. **Democratização ou massificação do ensino superior no Brasil?** Revista de Educação PUC-Campinas, Campinas, v. 24, n. 2, p. 240-253, 2019. Disponível em: <https://revistas.puc-campinas.edu.br/index.php/reduc/article/view/21995>. Acesso em: 16 ago. 2025.

BONATO, N. M. da C. **O Fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino: uma fonte múltipla para a história da educação das mulheres**. Acervo, [S. l.], v. 18, n. 1-2, p. 131–146, 2011. Disponível em: . Acesso em: 13 nov. 2024. BRASIL. Lei nº 13.509, de 22 de novembro de 2017. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/189>. Acesso em: 22 mar. 2024.

BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

BOURDIEU, P. e PASSERON, JC **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

BOURDIEU, P. **Homo academicus**. Tradução de Ione Ribeiro Valle e Nilton Valle. Revisão técnica de Maria Tereza de Queiroz Piacentini. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 1, de 5 de abril de 2011**. Dispõe sobre as Diretrizes Operacionais para a Educação Infantil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 6 abr. 2011. Seção 1, p. 8. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=764

4-rceb001-11-pdf&category_slug=marco-2011-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 17 out. 2025.

BRUM, J. da S. **Desafios e possibilidades da maternidade no ensino superior: um estudo de caso do IFES Campus Itapina**. 2022. 47 f. Monografia (Graduação em Licenciatura em Pedagogia) - Instituto Federal do Espírito Santo, Colina, 2022. Disponível em:

<https://repositorio.ifes.edu.br/bitstream/handle/123456789/2268/Brum%2c%20Jana%20c3%adna%20da%20Silva.pdf?sequence=1&isAllowed=y> . Acesso em 16 out. 2025.

CALMON, L. S. et al. **Maternidade e universidade: a experiência de um projeto de extensão focado no acesso, permanência e progressão de mulheres-mães**. Expressa Extensão, v. 27, n. 1, p. 108-117, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/expressaextensao/article/view/21773>. Acesso em: 26 jun. 2025.

CARNEIRO, S. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2015.

CARPES, P. B. M; STANISCUASKI, F; OLIVEIRA, L de; SOLETTI, R. **Parentalidade e carreira científica: o impacto não é o mesmo para todos**. Epidemiologia e Serviços de Saúde, Brasília, v. 31, n. 2, p. e2022354, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ress/a/c7TkCBBBsYtF7nhnsDmZ83n/?lang=en>. Acesso em: 27 set. 2025.

CARVALHO, P. S.; LOUREIRO, M.; SIMÕES, M. R. **Adaptações psicológicas à gravidez e à maternidade**. Psicologia e Educação, v. 2, p. 39-49, 2006. Disponível em: <https://share.google/KddREvdxdku973si> . Acesso em: 16 out. 2025.

CARVALHO, R. A. **Muro das palpitações: um manifesto de mães universitárias**. 2020. 117 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Faculdade de Educação, Uberlândia, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/28725>. Acesso em: 22 jul. 2025.

Censo 2022 | IBGE. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html>. Acesso em: 16 out. 2025.

COLETIVO MÃES DA UFRJ. *Carta do Coletivo Mães da UFRJ à Universidade Federal do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 11 nov. 2021. Disponível em: <https://www.nucleomaterna.org/cartadasmaesdaufjr>. Acesso em: **3 fev. 2026**.

COLLINS, P. H. **Learning from the outsider within: the sociological significance of black feminist thought**. *Social Problems*, v. 33, n. 6, Special theory issue, p. 14-32, Oct.-Dec. 1986. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/800672> . Acesso em: 16 out. 2025.

Com investimento de R\$ 4 bi, Governo concedeu mais de 195 mil bolsas de estudo em 2024. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202504/capes-concedeu-quase-200-mil-bolsas-em-2024>. Acesso em: 17 out. 2025.

CORRÊA, M. S. **Movimentos materno-universitários em rede: o caso da Universidade Federal do Rio de Janeiro**. 2023. 90 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/23694>. Acesso em: 12 jul. 2025.

CORRÊA, M. S; GOMES, A. C. do N; GOMES, M. R. S; SILVA, C. R. R. da; MARCELLO, J. F. N; GUIMARÃES, V. M. **Coletivo Mães da UFRJ: redes, ações e estratégias para o fortalecimento dos ativismos maternos universitários**. In: III Simpósio Brasileiro sobre Maternidade e Ciência – III SBMC, 3. ed., 06 a 10 dez. 2021, [evento online / local não especificado]. Anais ... ISBN 978-65-81152-32-1, 2021. p. (resumo). Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/68876/68876.PDF> Acesso em: 25 set. 2025.

COULON, A. **O ofício do estudante: a entrada na vida universitária**. São Paulo: Editora Unesp, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/Y8zKhQs4W7NYgbCtzYRP4Tb/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 16 out. 2025.

CRENSHAW, K. **Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres não-brancas**. *Revista Subjetiva*, v. 21, 2017. Disponível em:

<https://www.geledes.org.br/mapeando-as-margens-interseccionalidade-politicas-de-identidade-e-violencia-contramulheres-nao-brancas-de-kimberle-crenshaw%E2%80%82A-%E2%80%82Aparte-1-4/> . Acesso em: 16 out. 2025

CUNHA, L. A. C. R. **A pós-graduação no Brasil: função técnica e função social.** Revista de Administração de Empresas, [S. l.], v. 14, n. 5, p. 66-70, 1974. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/hGZ6vTN4tBRx5yz86zKBWNt/?format=html&lang=pt> . Acesso em: 8 ago. 2025.

Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil: 2ª edição. Rio de Janeiro:

IBGE, 2022. Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em: 27 set. 2025.

DIAS, M. de J. S.; SOARES, B. V. P. **Assistência Estudantil X Creches nas Universidades Públicas: desafios para mães-estudantes.** Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana (REMHU), Brasília, v. 12, n. 2, p. 50–74, 2019. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/reducacaoemancipacao/article/view/11481>. Acesso em: 12 jul. 2025.

DOURADO, L. F. **Avaliação do Plano Nacional de Educação 2001-2009: questões estruturais e conjunturais de uma política.** Educação & Sociedade, Campinas, v. 31, n. 112, p. 677-705, jul./set. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/q8MtGNtnrL8zS3sGpnrYkwf/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 11 ago. 2025.

DUARTE, C. L.; NUNES, I. R. (orgs.). **Escrevivência: a escrita de nós – Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo.** Rio de Janeiro: MINA Comunicação e Arte; Itaú Social, 2020. Capítulo “A escrevivência e seus subtextos”, p. 26–47. Disponível em: <https://www.itausocial.org.br/wp-content/uploads/2021/04/Escrevivencia-A-Escrita-de-Nos-Conceicao-Evaristo.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2025.

DUBET, F. **Qual democratização do ensino superior?** Cadernos de Campo & História, v. 1, n. 1, p. 1-13, 2015. Disponível em: <https://share.google/XagzuEI9DTTgdyoio> . Acesso em: 06 out. 2025.

FABBRO, M. R. C; HELOANI, J. R. M. **Mulher, maternidade e trabalho acadêmico.** Investigación y Educación en Enfermería, Medellín, v. 28, n. 2, p. 176–186, jul./dez. 2010. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0120-53072010000200004.. Acesso em: 26 jun. 2025.

FÁVERO, M. de L. A. **Universidade no Brasil: da origem à construção.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Inep, 2000. Disponível em: https://editora.ufrj.br/wp-content/uploads/livros/pdf/Universidade-do-Brasil-das-origens-a-construcao_compressed.pdf . Acesso em: 16 out. 2025.

FERNANDEZ, L. M.; CABAÇO, A. S. **Procesamiento del estrés en las gestantes: Implicaciones para a saúde da mulher e do niño intrauterino.** Família, v. 28, p. 9-24, 2004. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=786335> . Acesso em: 16 out. 2025.

FERREIRA, M. S. C. G. **Ação grupal com mulheres-mães universitárias como estratégia de promoção de saúde mental.** 2023. 108 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Educação, Seropédica, 2023. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/14417>. Acesso em: 22 jul. 2025.

FIGUEIREDO, R. F. de. **A assistência estudantil e a permanência das estudantes-mães na UNIFAL-MG.** 2019. 158 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública) – Universidade Federal de Alfenas, Varginha, 2019. Disponível em: <https://bdtd.unifal-mg.edu.br:8443/handle/tede/1413>. Acesso em: 26 jun. 2025.

IOREZE, C.; STACHELSKI, E.; RIBEIRO, S. **“Para minha família sempre serei lembrado”: reflexões sobre a realidade dos estudantes de primeira geração.** Vivências, [S. l.], v. 18, n. 35, p. 89-104, 2022. DOI: 10.31512/vivencias.v18i35.447. Disponível em: <http://revistas.uri.br/index.php/vivencias/article/view/447>. Acesso em: 11 ago. 2025.

FIORIN, P. C; OLIVEIRA, C. T. de; DIAS, A C. G. **Percepções de mulheres sobre a relação entre trabalho e maternidade.** Revista Brasileira de Psicologia, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 53–64, 2014. Disponível em:. Acesso em: 12 jul. 2025.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 27 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. Disponível em:
<https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/11/Pedagogia-da-Autonomia-Paulo-Freire.pdf> . Acesso em: 16 out. 2025.

GALE, T.; PARKER, S. **Navigating change: a typology of student transition in higher education.** Studies in Higher Education, London, v. 39, p. 734-753, 2014. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/03075079.2012.721351> . Acesso em: 16 out. 2025.

GARRIDO, F. de S. R. G; COSTA, L. C. da; LASSAR, M. B da S. **Percepções acerca da licença-maternidade nos programas de pós-graduação: o direito das estudantes e o contexto atual de avaliação dos cursos.** Revista da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), 2017. Disponível em:https://www.oasisbr.ibict.br/vufind/Record/UNESC-1_1427ee18aaecd54f3a5e1286de30d763. Acesso em: 12 jul. 2025. nbv.

GASPARY, A. S. **Maternidade, Universidade e Educação Infantil: sutis violências de gênero.** 2019. 419 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em:<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/204292>. Acesso em: 27 jun. 2025.

GOMES, A. de S. A escrita acadêmica em tempos de pandemia: percursos e percalços. In: SOARES, Ana Carolina Eiras Coelho; CIDADE, Camilla de Almeida Santos; CARDOSO, Vanessa Clemente (Org.). **Maternidades plurais: os diferentes relatos, aventuras e oceanos das mães cientistas na pandemia.** Belford Roxo: Bindi Acadêmico, p. 120-123, 2020. Disponível em:
https://drive.google.com/file/d/1WcixvmTC2Kskay4UDUMddno_i4KvfFSv/view . Acesso em: 16 out. 2025.

GOMES, M. O. A.; PASSOS, O. G. **A implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) nos Institutos Federais**. Revista de Políticas Públicas, v. 22, n. 1, p. 416-442, 2018. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/9240>. Acesso em: 11 ago. 2025.

GOMES, N L; SILVA, P V B da; BRITO, J E de. **Ações afirmativas de promoção da igualdade racial na educação: lutas, conquistas e desafios**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 42, e258226, 2021. DOI: 10.1590/ES.258226. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/3PyCNZ5FhDNjjchnPBGKhJw/>. Acesso em: 16 ago. 2025.

GOUVÊA, F; MENDONÇA, A. W. P. C. **A contribuição de Anísio Teixeira para a institucionalização da pós-graduação no Brasil: um percurso com os boletins da CAPES**. Perspectiva, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 111–132, jan./jun. 2006. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0102-54732006000100005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 14 ago. 2025.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1992. Disponível em: http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2007/T1-1SF/Canrobert/Medologias_Qualitativas.pdf . Acesso em: 16 out. 2025

HARAWAY, Donna. ***Situated knowledges: the science question in feminism and the privilege of partial perspective***. Feminist Studies, v. 14, n. 3, p. 575–599, 1988. Disponível em: <https://philpapers.org/archive/HARSKT.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2025.

HENRIQUES, C. da S. **Tensões, estratégias e rearranjos: a luta das alunas mães trabalhadoras pelo direito à educação superior**. 2016. 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Educação, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5522/552256784012/>. Acesso em: 22 jul. 2025.

HERINGER, R. R. **Ação afirmativa e igualdade racial no ensino superior brasileiro no período 2005-2022**. Rio de Janeiro: LEPES/UFRJ, 2024. Disponível

em:<https://asduerj.org/acao-affirmativa-e-igualdade-racial-no-ensino-superior-brasileiro-no-periodo-2005-2022/>. Acesso em: 06 out. 2025.

HERINGER, R. R. **Novas leis para o ensino superior público no Brasil: desafios à implementação**. Integración y Conocimiento, n. 14, v. 2, 2025. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/10357168.pdf>. Acesso em: 29 set. 2025.

HERINGER, R; CARREIRA, D. (org.). **10 anos da Lei de Cotas: conquistas e perspectivas**. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Educação; Ação Educativa, 2023. E-book. Disponível em:https://pesquisaleidecotas.org.br/wp-content/uploads/2022/11/Livro_Lei_de_Cotas.pdf. Acesso em: 06 out. 2025.

HIRATA, H. **O trabalho de cuidado**. SUR – Revista Internacional de Direitos Humanos, São Paulo, n. 5, v. 3, p. 152-161, 2016. Disponível em: . Acesso em: 06 out. 2025. Disponível em: https://cursosextensao.usp.br/pluginfile.php/862888/mod_resource/content/0/Helena%20Hirata%20O%20trabalho%20de%20cuidado.pdf . Acesso em: 16 out. 2025.

hooks, b. **Teaching to transgress: education as the practice of freedom**. New York: Routledge, 1994.

hooks, bell. **Mulheres negras: moldando a teoria feminista**. Revista Brasileira de Ciência Política, p. 193-210, 2015.

hooks, bell. **O feminismo é para todo mundo: Políticas arrebatadoras** (AL Libânio, Trad.). Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2015.

JAKES, D. L. do N. *et al.* **Trajetória das discentes-mães nos cursos de pós-graduação em Ciências Contábeis: desempenho, permanência, percepção e desafios**. Observatorio Latinoamericano, v. 4, n. 14, 2023. Disponível em: . Acesso em: 12 jul. 2025. Disponível em: <https://ojs.observatoriolatinoamericano.com/ojs/index.php/olel/article/view/1198> . Acesso em: 16 out. 2025.

MAHMOOD, Saba. **Teoria feminista, agência e sujeito liberatório: algumas reflexões sobre o revivalismo islâmico no Egito**. Etnográfica, Lisboa, v. 23, n. 1,

p. 135-175, 2019. Disponível em:

<https://journals.openedition.org/etnografica/6431#quotation>. Acesso em:

MARTINS, M. K. **Há tendência de democratização no acesso a cursos de prestígio da UFRJ? Análise com base no perfil dos ingressantes – 2013 a 2016.**

Rio de Janeiro, 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://share.google/E2gfMjINgrRRTe1V8> . Acesso em: 16 out. 2025.

MATA, G. C. da. **Quem pode ser mãe: maternidade, produção do conhecimento, escolhas (im)possíveis e vivências de estudantes na UFMG.** 2022. Dissertação

(Mestrado em Estudos Feministas e de Gênero) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022. Disponível em:

<https://repositorio.ufmg.br/items/9a908681-2f64-4c7f-8d04-88e0cb0c352c> . Acesso em: 16 out. 2025.

MATTOS, V. de B; BIANCHETTI, L. **Educação continuada: solução para o**

desemprego? Educação & Sociedade, v. 32, n. 117, p. 1001–1022, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/NMWnTtbpjW4McRrs7xLY7Nc/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 27 set. 2025.

MEC e Inep divulgam resultado do Censo Superior 2023. Disponível em:

<https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/censo-da-educacao-superior/mec-e-inep-divulgam-resultado-do-censo-superior-2023>. Acesso em: 16 out. 2025.

MELO, S. L. de; BORGES, L. de O. **A transição da universidade ao mercado de trabalho na ótica do jovem.** Psicologia: Ciência e Profissão, v. 27, n. 3, p. 376–395,

2007. Disponível

em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/wmfLvJ43qLTB5JMmYFxWcmS/abstract/?lang=pt>.

Acesso em: 27 set. 2025.

MORAES, W. M. A. *et al.* **Maternidade, paternidade e vida acadêmica: impactos e percepções de mães e pais estudantes de Medicina.** Revista Brasileira de

Educação Médica, Brasília, v. 45, n. 4, e150, 2021. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbem/a/JPnBDFS6mrh7fkTdC3tGSqr/?lang=pt>. Acesso em: 26 jun. 2025.

MOROSINI, M. C. **Qualidade na educação superior: tendências do século.** Estudos em Avaliação Educacional, São Paulo, v. 20, n. 43, p. 165-186, 2009. DOI: 10.18222/eae204320092043. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/eae/article/view/2043>. Acesso em: 8 ago. 2025.

MOURA, I. de O. E. de S. **Trajetórias universitárias e maternidade: a condição da mulher mãe no ensino superior.** 2024. 157 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: https://dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/2412524_2024_completo.pdf. Acesso em: 11 jul. 2025.

_____. **Afiliação, não afiliação e afiliação parcial: a condição da mulher mãe estudante no ensino superior e as muitas faces da permanência.** In: SEMINÁRIO DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (PPGS-USP), 9., 2025, São Paulo. *Desafios emergentes: crises e desigualdades no Brasil do século XXI*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2025. ST – Educação Superior: Acesso e Permanência.

_____. **Mães na Universidade e suas estratégias de permanência no ensino superior a partir da “Pedagogia Materna” como metodologia.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 22., 2025, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Universidade de São Paulo, 2025.

Mulheres representam 59% das matrículas na educação superior. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/institucional/mulheres-representam-59-das-matriculas-na-educacao-superior>. Acesso em: 16 out. 2025.

MÜLLER, M. S. A. **O impacto da maternidade na academia: uma análise multidisciplinar nos campos do Direito e das Políticas Públicas sobre as mães em universidades públicas do estado do Rio de Janeiro.** 2018. 140 f.

Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Direito, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://www.unirio.br/ppgd/dissertacoes/dissertacoes-defendidas-em-2016/o-impacto-da-maternidade-na-academia-uma-analise-multidisciplinar-nos-campos-do-direito-e-das-politicas-publicas-sobre-as-maes-em-universidades-publicas-do-estado-do-rio-de-janeiro/view> . Acesso em: 22 jul. 2025.

NASCIMENTO, Abdias. O Genocídio do Negro Brasileiro. Paz e Terra, 1978.

NÓBREGA, L. B. da; GOUVEIA, Y. B.; PORCINO, J. M. A. **Cuidado, parentalidade e a destituição do poder familiar**. Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v. 1, n. 1, 2021. Disponível em: <https://remunom.ojsbr.com/multidisciplinar/article/view/833> . Acesso em: 16 out. 2025.

NÚCLEO MATERNA. UFRJ institui o GT Parentalidade e Equidade de Gênero. Núcleo Materna, 2020. Disponível em: <https://app.pr2.ufrj.br/public/uploads/repositories/BOASPRATICAS.pdf>. Acesso em: 06 out. 2025.

OLIVEIRA, C. A. de M. **Gênero e ensino superior: o CARE e a invisibilidade das alunas mães na universidade**/Camila Alves de Mendonça Oliveira. – Paranaíba, MS: UEMS, 2023. 105 p. Disponível em: <https://posgraduacao.uems.br/uems-sigpos/portal/trabalho-arquivos/download/3653> . Acesso em: 16 out. 2025.

OLIVEIRA, M. G. D. de. **Universitárias e mães: conciliando vida acadêmica e maternidade em tempos de ensino remoto**. 2023. 130 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/57533/1/Universitariasmaesconciliando_Oliveira_2023.pdf. Acesso em: 12 jul. 2025.

OLIVEIRA, T. V. de. **Maternidade e carreira acadêmica: estratégias, desafios e moralidades**. 2023. 184 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Niterói, 2023. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/34174>. Acesso em: 22 jul. 2025.

PAIM, H. H. S. Marcas no corpo: gravidez e maternidade em grupos populares. In: DUARTE, Luiz Fernando Dias; LEAL, Ondina Fachel (orgs.). **Doença, sofrimento, perturbação: perspectivas etnográficas**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998. p. 31-48. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/yw42p> . Acesso em: 16 out. 2025.

Painel de Chamadas de Bolsas de Produtividade - PQ. Disponível em: <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/paineis-de-dados/painel-de-chamadas-de-bolsas-de-produtividade-pq>. Acesso em: 16 out. 2025.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: 2023. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html>. Acesso em: 14 ago. 2025.

PEREIRA, S. de O. G.; NUNES, J. B. **A presença das mulheres no ensino superior e o papel das políticas de permanência das Universidades Federais brasileiras**. Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, v. 1, n. 1, 2018. Disponível em: https://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1500230828_ARQUIVO_AnnaCarolinaVenturini_Texto_completo_MM_FG.pdf. Acesso em: 12 nov. 2024.

PESSANHA, L. F. **Entre livros e fraldas: dilemas e desafios da maternidade durante a graduação**. Revista Gestão e Sociedade, v. 14, n. 1, 2023. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.7769/gesec.v14i1.1515>. Acesso em: 12 jul. 2025.

PINTO, C. R. J. **Feminismo, história e poder**. Revista Sociologia e Política, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/GW9TMRsYgQNzxNjZNcSBf5r/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 24 mar. 2024.

PIOTTO, D. C.; ALVES, R. O. **O ingresso de estudantes das camadas populares em uma universidade pública: desviando do ocaso quase por acaso**. Revista de Educação PUC-Campinas, Campinas, v. 21, n. 2, p. 139-147, 2016. DOI: 10.24220/2318-0870v21n2a2896. Disponível

em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/reeducacao/article/view/2896>. Acesso em: 11 ago. 2025.

POCHMANN, M. **Juventude em busca de novos caminhos no Brasil**. Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo (2004): 217-241. Disponível em: https://sites.uel.br/prograd/wp-content/uploads/gepe/materiais/juventude_sociedade.pdf. Acesso em: 16 out. 2025.

Pós-graduação superou 400 mil matriculados e 90 mil titulados. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/pos-graduacao-superou-400-mil-matriculados-e-90-mil-titulados>. Acesso em: 16 out. 2025.

Política Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes). Disponível em:

<<https://www.gov.br/mec/pt-br/pnaes>>. Acesso em: 16 out. 2025.

Portal da Câmara dos Deputados. Disponível em:

<<https://www2.camara.leg.br/login/fed/lei/2024/lei-14914-3-julho-2024-795887-publicacaooriginal-172283-pl.html>>. Acesso em: 16 out. 2025.

PRATES, T. S; GONÇALVES, V. D. **A maternidade no curso de pedagogia: tensões entre o ser mãe e o ser estudante**. Revista Internacional de Educação Superior, Campinas, v. 6, p. e021017, 2019. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8653753>. Acesso em: 26 jun. 2025.

RAUPP, M. D. **Creches nas universidades federais: questões, dilemas e perspectivas**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 25, n. 86, p. 197–217, abr. 2004. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br/>. Acesso em: 26 jun. 2025.

REIS, N. V. **Entre estudos, leituras, maternidade e trabalho: análise semiótica de histórias de vida de estudantes da área de Letras da UFT**. 2020. 230 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2020. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/2449>. Acesso em: 11 jul. 2025.

RIBEIRO, F. G. **Mães estudantes: desafios da maternidade e da permanência na Universidade enfrentados pelas alunas do Curso de Serviço Social da UnB**.

2016. 63 f. Monografia (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Serviço Social, Brasília, 2016. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/17382>. Acesso em: 12 jul. 2025.

RICOLDI, A.; ARTES, A. **Mulheres no ensino superior brasileiro: espaço garantido e novos desafios**. Ex aequo, v. 33, p. 149-161, 2016. Disponível em: <https://exaequo.apem-estudos.org/artigo/33-mulheres-no-ensino-superior-brasileiro-espaco-garantido-e-nov>. Acesso em: 12 nov. 2024.

RISTOFF, D. **O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação**. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior, Campinas; Sorocaba, SP, v. 19, n. 3, p. 723–747, nov. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/yQz6tVyGStDkzSMZcVpkTbT/?lang=pt>. Acesso em: 14 ago. 2025.

ROCHA, M. N. P. **Mulheres na ciência: uma avaliação das políticas públicas de apoio à maternidade implementadas no âmbito da pós-graduação da Universidade Federal do Ceará (UFC)**. Orientadora: Danielle Maia Cruz. 2022. 188 f. Dissertação (Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas) – Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/67673> . Acesso em: 16 out. 2025.

ROCHA, M. F. **Creche só não basta. Um olhar sobre assistência estudantil, maternidade e gênero nas políticas das IFES** / Maurício Fernandes Rocha: UFRRJ/ICHS, 2017. Disponível em: <https://alessandrarinaldi.com.br/wp-content/uploads/2018/10/mauricio.pdf> . Acesso em: 16 out. 2025.

RODRIGUES, C. **Múltiplas rotas femininas**. Revista Estudos Feministas, v. 13, p. 758-761, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/XqPVQwzqWPNtmqgBn5S8XqM/?lang=pt>. Acesso em: 16 out. 2025.

SAALFELD, T. **Maternidade e vida acadêmica: limites e desafios das estudantes mães na Universidade Federal do Rio Grande – FURG**. 2019. 133 f. Dissertação

(Mestrado em Educação Ambiental) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2019. Disponível em:
https://www.oasisbr.ibict.br/vufind/Record/FURG_9922879232796ab9ff22207bb5905f4e . Acesso em: 16 out. 2025.

SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982. PARENT IN SCIENCE. Produtividade acadêmica durante a pandemia: Efeitos de gênero, raça e parentalidade. 2020. Disponível em:https://cursosextensao.usp.br/pluginfile.php/801694/mod_resource/content/4/A%20mulher%20na%20sociedade%20de%20classes%20-%20Saffioti.pdf?lang=de. Acesso em: 26 set. 2025.

SALGADO, D.G. **Qualidade de vida de mulheres com tripla jornada: mães, estudantes e profissionais**. Pretextos – Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas, v. 4, n. 7, 2019. Disponível em:<https://periodicos.pucminas.br/pretextos/article/view/18657>. Acesso em: 12 jul. 2025.

SANTOS, M. L. A. S. **Itinerários universitários: a permanência de mães trabalhadoras nos Bacharelados Interdisciplinares da Universidade Federal da Bahia**. 2014. 156 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Universidade) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/15827>. Acesso em: 16 out. 2025

SAVIANI, D. **Sistema Nacional de Educação articulado ao Plano Nacional de Educação**. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 15, n. 44, p. 380–393, maio–ago. 2010. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/KdGRyTzTrq88q5HyY3j9pbz/?lang=pt>. Acesso em: 14 ago. 2025.

SEMESP – Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo. **Mapa do ensino superior no Brasil 2024**. São Paulo: Instituto Semesp, 2024. Disponível em:<https://www.semesp.org.br/mapa/home/>. Acesso em: 11 ago. 2025.

SEPE/RJ. Creches no município do Rio deixam de fora 13 mil crianças. Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro, 29 fev. 2024. Disponível em:

<https://seperj.org.br/denuncia-creches-no-municipio-do-rio-deixam-de-fora-13-mil-criancas/>. Acesso em: 17 out. 2025.

SGUISSARDI, V. **Universidade brasileira no século XXI: desafios do presente.** 1. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2009. Disponível em:

<https://www.diagramaeditorial.com.br/project/universidade-brasileira-no-seculo-xxi/> . Acesso em: 16 out. 2025

SILVA, A. P. R. da; AGAPITO, J. **Mães-estudantes: a luta pelo direito à educação.** Revista Monumenta, v. 1, n. 1, 2021. Disponível em:

<https://monumenta.emnuvens.com.br/monumenta/issue/view/4>. Acesso em: 12 jul. 2025.

SILVA, J. M. S. **A partir do momento que eu vi que não estava sozinha consegui avançar: coletivos de mães universitárias do Estado do Rio de Janeiro sob as narrativas de suas fundadoras.** 2024. 178 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: https://www.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/2012063_2024_completo.pdf. Acesso em: 11 jul. 2025.

SILVA, J. M. S. **Mães negras na pós-graduação: uma abordagem interseccional.** 2020. 159 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/32119>. Acesso em: 27 jun. 2025.

SILVA, J. M. S.; CARDOSO, V. C.; ABREU, K. E.; SILVA, L. S. **A feminização do cuidado e a sobrecarga da mulher-mãe na pandemia.** Revista Feminismos, [S. l.], v. 8, n. 3, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/42114>. Acesso em: 11 ago. 2025.

SILVA, J. P. A. da; DO CARMO, V. M.; RAMOS, G. B. J. R. **As quatro ondas do feminismo: lutas e conquistas.** Revista de Direitos Humanos em Perspectiva, v. 7,

n. 1, p. 101-122, 2021. Disponível em:

<https://www.indexlaw.org/index.php/direitoshumanos/article/view/7948> . Acesso em: 16 out. 2025

SILVA, M. E. F. da; SOUZA, L. L. de. A teoria da Ética do Cuidado de Carol Gilligan e suas potencialidades e fragilidades enquanto teoria feminista. In: BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes (org.). **Mulheres em tempos de pandemia**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2023. p. 25-48. Disponível em:

https://ebooks.marilia.unesp.br/index.php/lab_editorial/catalog/download/399/3982/7204?inline=1 . Acesso em: 16 de out. 2025.

SILVA, N. C. B. da. **Ser estudante e mãe preta na diáspora: um estudo de caso na UNILAB, entre 2014 a 2020**. Trabalho de Conclusão de Curso – Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2021. Disponível em: <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/2325>. Acesso em: 27 jun. 2025.

SIQUEIRA, C. B. de; BUSSINGUER, E. C. de A. **As ondas do feminismo e seu impacto no mercado de trabalho da mulher**. Revista Thesis Juris, v. 9, n. 1, p. 145-166, 2020. Disponível em:

<https://periodicos.uninove.br/thesisjuris/article/view/14977> . Acesso em: 16 out. 2025

SOARES, B. V. P. **“Quem entrou quer ficar”: análise da assistência estudantil frente às demandas das mulheres estudantes com filhos da Universidade Federal do Maranhão**. 2021. 137 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas/CCSO) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2021. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/3405>. Acesso em: 26 jun. 2025.

SOARES, E. C.; CARDOSO, V. C. **Perfil atual das pós-graduações em História no Brasil (2020–2023): um estudo sobre os impactos da maternidade na formação e produtividade acadêmica**. MOS, v. 18, n. 1, p. 16-28, 15 jul. 2025. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/view/14766>. Acesso em: 11 ago. 2025.

SORJ, B. **O estigma das feministas**. O Globo, p. 7, 2005. Disponível em: https://www.clam.org.br/uploads/conteudo/o_estigma_das_feministas.pdf. Acesso em: 16 out. 2025.

SOUZA, F. H. O.; FONTELLA, C. **Diga, Gérard, o que é a parentalidade?** Clínica e Cultura, v. 5, n. 1, p. 107-120, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/clinicaecultura/article/view/5375> . Acesso em: 16 out. 2025

SOUZA, J. **A elite do atraso**: da escravidão à Lava Jato. Leya, 2017.

SOUZA, L. F. **Mães na universidade: performances discursivas interseccionais na graduação**. 2019. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://posaplicada.letras.ufrj.br>. Acesso em: 26 jun. 2025.

TAUIL, T. I. **Políticas públicas para mães universitárias: um estudo bibliográfico**. 2019. 36 f. Monografia (Graduação em Administração) – Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2019. Disponível em: https://www.monografias.ufop.br/bitstream/35400000/2524/15/MONOGRAFIA_Pol%C3%ADticasP%C3%9AblicasM%C3%A3es.pdf. Acesso em: 27 jun. 2025.

TIMES HIGHER EDUCATION. **Latin America University Rankings 2024**. Disponível em: <https://www.timeshighereducation.com>. Acesso em: 23 set. 2025.

TSALLIS, A. C. Sonho-pesadelo: a onda de ser Mulher-Mãe-Cientista em 2020. In: SOARES, A. C. E. C; CIDADE, C. de A. S; CARDOSO, V. C. (Org.). **Maternidades plurais: os diferentes relatos, aventuras e oceanos das mães cientistas na pandemia**. Belford Roxo: Bindi Acadêmico, p. 60-65, 2020. Disponível em: <https://gtmaescientistasmaternidadesplurais.historia.ufg.br/p/36500-nossas-publicacoes> . Acesso em: 16 out. 2025

URPIA, A. M. de O.; SAMPAIO, S. M. R. Mães e universitárias: transitando para a vida adulta. In: SAMPAIO, Sônia Maria Rocha (org.). **Observatório da vida estudantil: primeiros estudos**. Salvador: EDUFBA, 2011. p. 145–168. ISBN 978-85-232-1211-7. Disponível

em:http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0120-53072010000200004. Acesso em: 26 jun. 2025.

UFRJ. **Fatos e números**. Disponível em:

[https://ufrj.br/aceso-a-informacao/institucional/fatos-e-numeros/#:~:text=53.690%20estudantes%20de%20gradua%C3%A7%C3%A3o%20\(presencial%20e%20a%20dist%C3%A2ncia\)%2C%20aproximadamente](https://ufrj.br/aceso-a-informacao/institucional/fatos-e-numeros/#:~:text=53.690%20estudantes%20de%20gradua%C3%A7%C3%A3o%20(presencial%20e%20a%20dist%C3%A2ncia)%2C%20aproximadamente). Acesso em: 17 out. 2025.

VIANA, C. A. M. de N. **Educação e maternidade: minha experiência como estudante-mãe no curso de Pedagogia da Universidade de Brasília**. 2016.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em:

<https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/download/3901/3254/12786>. Acesso em: 12 jul. 2025.

ZAGO, P. S. C. **Gravidez na graduação: um estudo crítico e necessário com estudantes do curso de licenciatura em pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Erechim**. 2021. 121 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Erechim, 2021. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/4419>. Acesso em: 27 jun. 2025.

ZANELLO, V. Dispositivo materno e processos de subjetivação: desafios para a psicologia. In: ZANELLO, Valeska; PORTO, Madge (Org.). **Aborto e (não) desejo de maternidade(s): questões para a psicologia**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2016. p. 103-122. Disponível em:

<https://repositorio.unb.br/handle/10482/24590> . Acesso em: 16 out. 2025

APÊNDICE

1 - Formulário de e-survey

1. Aceito participar da pesquisa
2. Qual Programa de Pós-Graduação da UFRJ faz parte?
3. Qual Centro você faz parte?
4. Qual seu curso de graduação?
5. Você realiza Mestrado ou Doutorado?
6. Se está no doutorado em que curso e Universidade realizou mestrado:
7. Quantos anos você tem?
8. Dentro dessas respostas, como você identifica sua cor ou raça?
9. Qual estado você nasceu?
10. Você mora em qual estado brasileiro?
11. Se mora no Rio de Janeiro, em qual município do Estado do Rio de Janeiro mora?
12. Em que bairro você mora?
13. Quantos filhos você tem?
14. Com qual idade você teve o primeiro filho?
15. Com qual idade você teve o seu filho mais novo?
16. Qual seu estado civil?
17. Quantas pessoas moram com você? (incluindo filhos, irmãos, parentes e amigos) Marque apenas uma resposta:
18. A casa onde você mora é?
19. Qual é o nível de escolaridade do seu pai?
20. Qual é o nível de escolaridade da sua mãe?
21. Somando a sua renda com a renda das pessoas que moram com você, quanto é, aproximadamente, a renda familiar mensal?
22. Você realiza alguma atividade remunerada?
23. Se você trabalha, é na sua área de formação?
24. Se não trabalha formalmente, recebe algum auxílio financeiro?
25. Esse auxílio financeiro consegue sustentar você e sua família?

26. Alguém da sua família já cursou a graduação antes de você? Se sim, quem foi?
27. Alguém da sua família já cursou a pós-graduação antes de você? Se sim, quem foi?
28. Com que idade entrou para a faculdade (graduação)?
29. Com que idade você entrou para o mestrado?
30. Se realiza doutorado, com que idade entrou para o doutorado?
31. Qual período você está cursando?
32. Enfrenta dificuldades para conciliar a pós-graduação e a maternidade? Se sim, quais?
33. Você considera que possui uma rede de apoio? Se sim, quem faz parte dela?
34. Onde/Com quem o(s) seu(s) filho(s) ficam durante a sua estada na universidade?
35. Você já levou seu(s) filho(s) para universidade, durante a pós-graduação?
36. Você já sofreu alguma violência (simbólica, física ou verbal) por ser mãe? (Ex: Ter sido constrangida por estar com seu/sua filho(a); Ser expulsa da sala de aula; ser agredida fisicamente por estar com seu filho(a); Ser agredida verbalmente por estar com seu/sua filho(a); Entre outras situações)
37. Você já sofreu alguma violência (simbólica, física ou verbal) por estar em ambientes da universidade com seu(s) filho(s)? (Ex: Ter sido constrangida por estar com seu/sua filho(a); Ser expulsa da sala de aula; ser agredida fisicamente por estar com seu filho(a); Ser agredida verbalmente por estar com seu/sua filho(a); Entre outras situações)
38. Você já viu alguma outra mãe sofrendo essas agressões no ambiente universitário, como as listadas nas questões acima?
39. Você já teve que solicitar algum tipo de auxílio ao seu programa de pós-graduação (atendimento doméstico, licença maternidade, extensão de período de licença maternidade por amamentação, abono de falta por doença ou outras situações com seu(s) filho(a)(s)? Se sim, quais?
40. Você conhece alguma mãe/gestante que tentou solicitar tais auxílios e foi impedida?
41. Você consegue cumprir as atividades exigidas pelo seu Programa de Pós-graduação? Se não, diga quais são suas maiores dificuldades. (Ex: ir a

seminários e congressos; participar de palestras; escrever e publicar artigos e outros textos acadêmicos)

42. Você conhece algum coletivo, espaço ou projeto formado, ou formulado para estudantes mães da UFRJ? Se sim, qual?
43. Você participa de algum coletivo, espaço ou projeto formado, ou formulado para estudantes mães da UFRJ? Se sim, qual?
44. Você utiliza alguma modalidade de auxílio estudantil? Assinale 1 ou mais:
45. Já utilizou alguma modalidade de auxílio estudantil da UFRJ (durante a pós-graduação)? Assinale 1 ou mais:
46. Em ordem de prioridade escreva quais os principais fatores que você acredita que contribuem para permanência das mães na Pós-graduação?
47. Em ordem de prioridade escreva quais os principais fatores que você acredita que contribuem para sua permanência na Pós-graduação?
48. Você acredita que as demandas da maternidade podem dificultar na sua jornada acadêmica (Dificultar a presença nas aulas; congressos e seminários fora e dentro do estado do Rio de Janeiro; entre outros). Se sim, por quê?
49. Você cogitou realizar um mestrado ou doutorado sanduíche (Modalidade realizada uma parte no Brasil ou em outro país)? (Conte um pouco como foi)
50. Você já conseguiu realizar um mestrado/doutorado sanduíche? Levou seu filho(a) com você? Conte um pouco como foi.
51. Você já conseguiu realizar apresentações de trabalhos fora do estado ou fora do país? Levou seu filho(a) com você? Conte um pouco como foi.
52. Como você acredita que a Universidade pode auxiliar na permanência das mães em seus espaços?
53. Caso deseje participar de uma entrevista, deixe seu contato abaixo:

2 - Questionário de entrevista para Mães Pós-graduandas

1. Nome:
2. Idade:
3. Curso:
4. Você ainda realiza atividades presencialmente? Se sim, qual turno você estuda:
5. Quando entrou para mestrado ou doutorado (Mês e ano)?
6. Quando entrou para mestrado/ doutorado já era mãe? Se não era mãe, e se tornou durante o curso, como foi o pedido de licença?
7. Foi necessário solicitar regime domiciliar durante a gestação? Se sim, como foi?
8. Quais foram os maiores desafios durante sua graduação/mestrado?
9. Você tem apoio da sua família para estudar (quem é sua rede de apoio?
10. Você trabalha fora? Qual sua ocupação? Qual sua carga horária semanal de trabalho? Como foi sua inserção no mercado de trabalho?
11. Se recebe bolsa, como foi o processo para conseguir a bolsa de mestrado/doutorado? Você já entrou recebendo bolsa?
12. Você já precisou levar o(s) seu(s) filho(s) para universidade? Com que frequência? Se sim, qual foi sua maior dificuldade?
13. Como a estrutura da universidade te ajudou ou atrapalhou estar com a(s) criança(s) dentro da Universidade?
14. Você acha que a universidade tem uma estrutura que permite a criança estar dentro dela?
15. Você tem fácil acesso a secretaria do seu curso? Eles atendem às suas solicitações com rapidez?
16. Você necessitou pedir extensão de prazo de qualificação ou defesa? Como foi o processo? Enfrentou alguma dificuldade? As informações passadas foram claras?
17. Você tem fácil acesso a/o coordenador/a do seu curso?
18. Os professores do seu curso compreendem as suas demandas maternas? Você consegue extensão de prazo de entrega de trabalhos ou abono de faltas quando necessário, por questões referentes à maternidade?

19. O(a) seu (a) orientador(a) compreende suas demandas maternas? Enfrenta ou enfrentou alguma dificuldade em relação a/o orientador/a em função da sua situação de mãe e estudante?
20. Você pertence a algum grupo dentro da UFRJ? (sem ser o grupo de pesquisa de Orientação)
21. Você conhece algum grupo/coletivo materno dentro da UFRJ?
22. Você conhece algum grupo/coletivo materno fora da UFRJ?
23. Você pertence a algum grupo/coletivo materno fora da UFRJ?
24. Você pertence a algum grupo/coletivo materno dentro da UFRJ?
25. Quanto ao grupo/coletivo materno que você faz parte, qual é o principal objetivo do grupo?
26. Quanto ao grupo/coletivo materno que você faz parte, quais são as principais atividades desenvolvidas pelo grupo?
27. Quanto ao grupo/coletivo materno que você faz parte, cite qual o maior benefício pessoal que você teve dentro dele:
28. Quanto ao grupo/coletivo materno que você faz parte, cite qual o maior benefício para comunidade acadêmica que você acredita que ele tenha alcançado:
29. Para você a existência desses grupos traz algum benefício para a permanência de mães pós-graduandas?
30. Como você lida com o prazo para entrega de tarefas e trabalhos?
31. Como você lida com a escrita de artigos obrigatórios?
32. Como você lida com a escrita de seu trabalho final?
33. Você tem enfrentado problemas financeiros?
34. Você já teve experiências como crise de ansiedade, depressão, pânico ou outros problemas psicológicos durante o período de pós-graduação?
35. O que te motivou a cursar seu curso de pós-graduação?
36. Você acredita que nos próximos 5 anos você terá atingido a sua meta?
37. Levando em consideração sua trajetória durante a graduação, você percebe que houve melhorias em sua qualidade de vida? Se sim, quais aspectos da sua vida você considera que foram mais impactados positivamente?
38. Você acredita que o seu curso irá ajudar a alcançar um lugar melhor no mercado de trabalho?

39. Você tem conhecimento sobre as ações de permanência oferecidas pela UFRJ especificamente para estudantes mães na pós-graduação? Se sim, quais ações você conhece?
40. Na sua opinião, essas políticas oferecidas pela UFRJ atendem de forma satisfatória as demandas das mães?
41. Você conhece alguma ação de permanência que a UFRJ tenha para estudantes mães na pós-graduação? Se sim, quais ações você conhece?